

Autor de 1808 e 1889

LAURENTINO GOMES

Edição Juvenil Ilustrada

1822

Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a criar o Brasil — um país que tinha tudo para dar errado



ILUSTRAÇÕES RITA BROMBERG BRUGGER





LAURENTINO GOMES

1822

Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a
criar o Brasil — um país que tinha tudo para dar errado

EDIÇÃO JUVENIL ILUSTRADA

ILUSTRAÇÕES:

RITA BROMBERG BRUGGER

GLOBAL LIVROS

Copyright © 2015 by Editora Globo s. a. para a presente edição
Copyright © 2016 by Laurentino Gomes

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida — em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. — nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Texto fixado conforme as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto Legislativo no 54, de 1995).

Editora responsável: Juliana de Araujo Rodrigues

Editor assistente: Thiago Barbalho

Editor digital: Erick Santos Cardoso

Adaptação de texto: Luiz Antonio Aguiar

Preparação de texto: Maria Fernanda Alvares

Revisão técnica: Milena da Silveira Pereira

Revisão: Elisa Martins

Projeto gráfico e diagramação: Crayon Editorial

Capa: Alexandre Ferreira e Thaís dos Anjos

1a edição, 2008 [Editora Planeta]

2a edição, 2016

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G613m

2. ed.

Gomes, Laurentino, 1956-

1822 : Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado / Laurentino Gomes ; Ilustrações Rita Bromberg Brugger. - 2. ed. - São Paulo : Globo Livros, 2016.

ISBN 978-85-250-6347-2

'Edição juvenil ilustrada'

1. Pedro I, Imperador do Brasil, 1798-1834. 2. Brasil - História - Independência, 1822. I. Brugger, Rita Bromberg. II. Título : Mil oitocentos e vinte e dois: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado.

16-33847 CDD: 981

CDU: 94(81)

Editora Globo s. a.

Avenida Nove de Julho, 5229 — 01407-907 — São Paulo — SP

www.globolivros.com.br

Sumário

[Capa](#)

[Ilustração](#)

[Folha de rosto](#)

[Créditos](#)

[Dedicatória](#)

[Dom Pedro, o primeiro imperador do Brasil](#)

[Epígrafe](#)

[Cronologia - A era das revoluções](#)

[Introdução](#)

[Capítulo 1 - O Grito](#)

[Capítulo 2 - O vendaval](#)

[Capítulo 3 - Os brasis de dom João](#)

[Capítulo 4 - As cortes](#)

[Capítulo 5 - O país improvável](#)

[Capítulo 6 - De Minas ao Ipiranga](#)

[Capítulo 7 - Dom Pedro I](#)

[Capítulo 8 - A princesa triste](#)

[Capítulo 9 - O homem sábio](#)

[Capítulo 10 - A guerra](#)

[Capítulo 11 - Louco por dinheiro](#)

[Capítulo 12 - A Batalha do Jenipapo](#)

[Capítulo 13 - A Bahia](#)

[Capítulo 14 - O trono e a Constituinte](#)

[Capítulo 15 - A confederação](#)

[Capítulo 16 - A maçonaria](#)

[Capítulo 17 - Os órfãos da Independência](#)

[Capítulo 18 - A marquesa](#)

[Capítulo 19 - O rei português](#)

[Capítulo 20 - Adeus ao Brasil](#)

[Capítulo 21 - A guerra dos irmãos](#)

[Capítulo 22 - O fim](#)

*Para todos os professores de história do Brasil, no seu trabalho anônimo de explicar
as raízes de um país sem memória*



Dom Pedro, o primeiro imperador do Brasil

“É um impossível físico e moral
Portugal governar o Brasil, ou o Brasil
ser governado por Portugal. Não sou
rebelde [...] são as circunstâncias.”

Dom Pedro, príncipe regente do Brasil, em carta ao pai,
dom João vi, rei de Portugal, em 26 de julho de 1822,
seis semanas antes do Grito do Ipiranga

A ERA DAS REVOLUÇÕES

Alguns acontecimentos que marcaram a época da Independência do Brasil.

1798 Em 12 de outubro, dom Pedro nasce no palácio de Queluz, no mesmo quarto em que haveria de morrer 35 anos mais tarde.

1801 Morre dom Antônio Pío, primogênito de dom João VI; com isso, Pedro passa à condição de herdeiro do trono português.

1808 A corte portuguesa de dom João chega ao Brasil fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, que invade Portugal.

Em Viena, Ludwig van Beethoven faz a primeira apresentação de sua *Quinta sinfonia*.

1813 Simón Bolívar, “O Libertador”, ocupa Caracas, capital da Venezuela.

O México torna-se independente da Espanha.

1815 Dom João promove o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Tropas britânicas comandadas pelo duque de Wellington derrotam Napoleão na Batalha de Waterloo.

1816 A Argentina declara sua independência da Espanha.

1817 A Revolução Republicana é sufocada por tropas de dom João VI em Pernambuco.

1819 Primeiro navio a vapor a cruzar o Atlântico, o *Savannah* viaja dos Estados Unidos à Inglaterra em 26 dias.

1820 A Revolução Liberal do Porto exige a volta do rei dom João VI a Portugal.

As cortes portuguesas são convocadas para redigir uma nova constituição e limitar o poder do rei.

1821 O inglês Michael Faraday inventa o motor elétrico.

Dom João VI e a família real retornam a Lisboa, depois de treze anos no Rio de Janeiro.

Dom Pedro é nomeado príncipe regente do Brasil.

Napoleão Bonaparte morre na ilha de Santa Helena.

As cortes portuguesas exigem a volta de dom Pedro a Portugal.

Por decreto das cortes, a administração do Brasil é dividida em juntas provinciais, que se reportam diretamente a Lisboa.

Peru e Panamá se tornam independentes da Espanha.

1822 Em 9 de janeiro, Dia do Fico, dom Pedro anuncia a decisão de permanecer no Brasil, contrariando ordens das cortes portuguesas.

Em fevereiro, começa a Guerra da Independência na Bahia.

Em 7 de setembro, nas margens do riacho Ipiranga, dom Pedro proclama a Independência do Brasil.

Em 1º de dezembro, dom Pedro I é coroado imperador do Brasil.

1823 No Piauí, entre duzentos e quatrocentos brasileiros tombam em cinco horas de combate na trágica Batalha do Jenipapo.

Em 2 de julho, os portugueses são expulsos da Bahia.

Em 12 de novembro, a Assembleia Constituinte, convocada no ano anterior, é dissolvida por dom Pedro I.

1824 Ocorre em Portugal a Abrilada, golpe contra dom João VI tramado por sua mulher, Carlota Joaquina, e seu filho, dom Miguel.

Dom Pedro I outorga a primeira Constituição brasileira, uma das mais liberais do mundo na época.

A Confederação do Equador, revolução liderada por Pernambuco, é derrotada pelas tropas do Império.

1825 Frei Caneca, líder da Confederação do Equador, é executado no Recife.

Inaugurado na Inglaterra o primeiro trem de passageiros.

Portugal reconhece a Independência do Brasil.

1826 Após a morte de dom João VI, o imperador dom Pedro I do Brasil assume o trono português por uma semana com o nome de dom Pedro IV.

Morre no dia 11 de dezembro, aos 29 anos, a imperatriz dona Leopoldina.

1828 Dom Miguel, irmão mais novo de dom Pedro, assume o trono português após um golpe absolutista.

O Brasil reconhece a antiga província Cisplatina como país independente, com o nome de Uruguai.

Morre em Viena o compositor Franz Schubert.

1829 Dom Pedro casa-se em segundas núpcias com Amélia de Beauharnais, princesa da Baviera.

O francês Louis Braille desenvolve uma nova forma de escrita pela qual os cegos conseguem ler.

1830 Revolução em Paris: o rei absolutista Carlos X foge, o liberal Luís Felipe assume o trono.

O escritor francês Stendhal publica *O vermelho e o negro*, sua obra-prima.

1831 Dom Pedro I abdica do trono brasileiro e retorna à Europa.

Charles Darwin embarca para a América do Sul a bordo do *HMS Beagle*.

1832 Dom Pedro desembarca na cidade do Porto à frente do exército liberal e é cercado pelas tropas do irmão dom Miguel.

O escritor alemão Goethe morre no ano da publicação do segundo volume de *Fausto*, sua obra-prima.

1834 A assinatura da Convenção de Évora Monte põe fim à guerra civil portuguesa, vencida pelos liberais de dom Pedro.

Dom Pedro morre no palácio de Queluz, deixando como sucessores em Portugal a filha Maria da Glória, coroada como dona Maria II, e no Brasil o filho Pedro de Alcântara, que subiria ao trono em 1841 como dom Pedro II.



INTRODUÇÃO

As margens plácidas do Ipiranga ouviram um brado heroico, bravo, retumbante...

Que cena!

Ainda mais quando se vê o quadro *Independência ou morte*, pintado meio século mais tarde por Pedro Américo, e hoje no Museu Paulista (também chamado Museu do Ipiranga), na cidade de São Paulo. Na tela, uma numerosa tropa, lindamente uniformizada, desembainha as espadas, em saudação ao grito de dom Pedro. O futuro imperador está montado num belo e poderoso cavalo com a espada para o alto.

Mas, para passar à história, aqui e ali foram feitos alguns retoques. Ou melhor, a cena do Grito do Ipiranga não foi nada daquilo.

Dom Pedro, por exemplo, naquele dia do “Independência ou morte!” (se é que foi o que Sua Alteza gritou), estava atormentado por uma atroz dor de barriga. E chegou àquele ponto do rio Ipiranga numa mula, não num cavalo. A mula era a montaria mais apropriada para atravessar a serra do Mar, entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma trilha ora lamacenta, ora empoeirada, de difíceis subidas beirando precipícios. O que, aliás, dificilmente deixaria o uniforme dos soldados da escolta de dom Pedro tão imaculado quanto no quadro.

Só que esses rearranjos não são o mais importante nessa história. Nem tão curiosos quanto o fato de que, naquele ano de 1822, o Brasil tinha tudo para dar errado. Ou seja, poucos esperavam que o país se libertasse de fato de Portugal. E, mesmo conseguindo, estava falido, quebrado, sem um tostão para pagar as contas. Foi assim que dom João nos deixou, em sua partida, depois de limpar os cofres do Banco do Brasil. Ainda por cima, muito mais do que um país propriamente dito, era um quebra-cabeça com peças — as províncias — mal juntadas, desarticuladas, sem um governo central reconhecido amplamente. Por isso, no trajeto de consolidação da Independência, haveria

um penoso ciclo de revoltas separatistas, como a Revolução Farroupilha, no Sul, e a Confederação do Equador, no Nordeste.

Mais ainda...

A elite política nacional e as classes ricas estavam divididas entre diferentes projetos: monarquia absolutista, monarquia com constituição, república. Era um país onde imperava a ignorância, mesmo entre os mais abastados: de cada dez pessoas, somente uma sabia ler. E onde a tensão social era altíssima. Dois terços da população brasileira eram formados de escravos, privados de direitos e sobrevivendo a maus-tratos.

Há quem defenda a tese de que a elite colonial somente se uniu a dom Pedro por medo de ver a população escrava se insurgir. E não apenas as elites políticas e econômicas, mas também setores intermediários — como padres, advogados e comerciantes — só aceitaram a proposta de uma monarquia constitucional com dom Pedro por temer a desagregação do país e a rebelião dos escravos.

No fundo, o trono brasileiro nasceu representando os traficantes de escravos e os donos dos cativos — fazendeiros, senhores de engenho e pecuaristas. Uns e outros exigiram, em troca de seu apoio à Independência, que a escravidão não fosse abolida.

E conseguiram isso, obrigando dois protagonistas do episódio a aceitarem a continuidade da escravidão. José Bonifácio de Andrada e Silva, principal conselheiro do imperador e grande negociador do pacto político emblemático no Sete de Setembro, e o próprio dom Pedro defendiam a abolição da escravatura. Bonifácio, mais avançado, era também favorável a uma ampla reforma agrária, com distribuição de terras improdutivas e estímulo à agricultura familiar, liberdade política e religiosa, educação, proteção às florestas e tratamento respeitoso para os índios.



José Bonifácio, o Patriarca da Independência

Dom Pedro e, principalmente, José Bonifácio abriram mão de seus ideais, e essa foi a condição para, apesar da fragilidade política e econômica em que se via o príncipe, ele se tornar imperador.

Em outra perspectiva, há historiadores, como Sérgio Buarque de Holanda, que entendem a Independência como uma espécie de “guerra civil entre portugueses”. Isso porque, quando teve de fugir da Europa, posto para correr pelos exércitos de Napoleão Bonaparte, dom João deixou Portugal no abandono. A sede do Império foi transferida para o Brasil, junto com a família real. Durante os treze anos de permanência de dom João no Brasil, na sua pátria de origem cresceram aos poucos a mágoa, os ressentimentos e as dificuldades geradas pela perda da condição de metrópole. A situação econômica de Portugal era extremamente grave, já que o país europeu dependia muito da exploração da colônia.

Em 1820, forças políticas portuguesas, tendo como um de seus propósitos principais submeter de novo o Brasil e recuperar privilégios, se reuniram com o nome de cortes. Pretendendo estar acima do rei, deram-lhe um ultimato para que retornasse a Lisboa. Só que as medidas tomadas pelas cortes foram tão autoritárias e pouco inteligentes que, se eram raras no Brasil, até então, os partidários da Independência, os atos das cortes conseguiram tornar a separação em relação à antiga metrópole uma paixão nacional.

Os brasileiros, segundo a tese de Buarque de Holanda, se aproveitaram da confusão e das disputas que dominaram os portugueses para executar um projeto que, a rigor, ainda não estava maduro.

No entanto, permanecia a grande dúvida das pessoas mais preparadas para refletir sobre nossas alternativas da época: daria para construir um país com essa matéria-prima? Dúvida, aliás, que persistiu até bem depois do Grito do Ipiranga. Eram tantos os empecilhos que a aposta mais segura era que o país, na tentativa de se tornar uma nação independente, afundaria numa longa e cruenta guerra civil, da qual sairia partido em diversos pequenos países, como acontecia no restante da América espanhola.

Mas, contrariando todas as expectativas, o país consolidou sua independência, manteve sua integridade territorial, enfrentou seus problemas políticos e, até mesmo, encontrou meios para superar o momento mais crítico de sua penúria econômica. Com isso, a nova pátria organizou-se de cima para baixo, cabendo a direção do processo à elite imperial, bem preparada em Coimbra e outros centros europeus, e que lhe deu forma, inclusive perseguindo e eliminando alternativas republicanas, democráticas e federalistas, representadas por homens como Joaquim Gonçalves Ledo, Cipriano Barata e frei Joaquim do Amor Divino Caneca, líder e mártir da Confederação do Equador — o primeiro, afastado do cenário político, o segundo encarcerado por grande parte da vida, e o último, executado. Quem quer que se opusesse a dom Pedro era, de uma maneira ou de outra, silenciado.

Então, essa é nossa história. Nela, entram muita aventura, e também ousadia e esperteza política. É uma história repleta de heróis e de sacrifícios heroicos. De batalhas, intrigas, coragem, ideal, amor, sofrimento e orgulho. De

manobras políticas e lances da sorte. Uma história rica e complexa, que teve vários episódios, como a brava luta dos baianos, culminando com a expulsão das tropas portuguesas, em 2 de julho de 1823, e como a Batalha do Jenipapo, no Piauí, tão trágica, até pelo esquecimento em que caiu, junto com os túmulos de nossos combatentes, abandonados hoje em dia em meio a um denso matagal.



Em suma, o *Independência ou morte* não teve como palco apenas as margens do pequeno Ipiranga, é muito maior do que dom Pedro e não ocorreu exatamente como se conta por aí, na versão preparada para virar letra de hino, quadro e filme. E mesmo assim, a tela de Pedro Américo, bem como o episódio que retrata, simboliza com justeza nossa luta pela independência.

Este livro conta como esse *milagre* se fez possível.

A princípio, graças à ação de determinados personagens fundamentais — justamente o *homem sábio*, a *princesa triste* e o *escocês louco por dinheiro*, mencionados no subtítulo. Mas também por causa de outros brasileiros, alguns reconhecidos pela história, outros anônimos, de várias regiões do país, que deram a vida ou cuja luta foi crucial.

Sem eles, o Grito do Ipiranga jamais teria ecoado pelo país afora e o Brasil nunca teria acontecido. “Ensopai a terra no sangue dos tiranos portugueses [...] Rasgai de vez as entranhas desses monstros”, escreveu Cipriano Barata, deputado, médico e jornalista, no jornal *Sentinela da Liberdade* de 5 de abril de 1823, conclamando os baianos a resistir às tropas portuguesas.



CAPÍTULO I

O GRITO

Sua Alteza, dom Pedro, o príncipe regente, proclamou a Independência do Brasil com os trajes cobertos de lama e da poeira do caminho, mais parecendo um humilde tropeiro, daqueles que faziam transporte de cargas pelas regiões mais remotas do país, seguiam em caravana, ou tropas, e costumavam usar mulas para transpor trilhas tortuosas e íngremes, beirando abismos, às vezes. Foi esse o percurso que dom Pedro vencera, até chegar ao ponto histórico.

Ainda por cima, por culpa de algum alimento estragado, comido no dia anterior, em Santos, no litoral paulista, ou da água contaminada das bicas e chafarizes que havia pela trilha, estava afligido por um desarranjo intestinal que o obrigava, segundo testemunha dos acontecimentos — o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, subcomandante da guarda de honra e futuro barão de Pindamonhangaba —, a vez por outra desmontar às pressas, detendo a escolta, para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.

Naquele momento, enquanto os soldados descansavam numa vendinha, dom Pedro afastara-se, acompanhado de alguns poucos auxiliares mais próximos e do padre Belchior Pinheiro de Oliveira, sobrinho de José Bonifácio, e subira ao alto de uma colina. E foi lá que o encontraram dois mensageiros que tinham percorrido a cavalo cerca de quinhentos quilômetros, em cinco dias, praticamente sem dormir. Traziam três cartas: de José Bonifácio, da princesa Leopoldina, mulher de dom Pedro, e do cônsul britânico no Rio de Janeiro. A entrega era tão urgente que, ainda no Rio, um

dos mensageiros havia recebido de José Bonifácio as seguintes instruções: “Se não arrebentar uma dúzia de cavalos no caminho, nunca mais será correio. Veja o que faz!”.

Padre Belchior, em depoimento escrito quatro anos depois, relata que leu para o príncipe as cartas, e então: “Dom Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou-os e deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, virou-se para mim e disse: ‘E agora, padre Belchior?’”.

Aquelas cartas seriam determinantes para a Independência do Brasil.

O “RAPAZINHO BRASILEIRO”

Os meses anteriores haviam sido de grande tensão, com vários confrontos entre portugueses e brasileiros. Havia ressentimentos e desconfianças de ambos os lados do Atlântico. Em Portugal, pretendia-se reconduzir o Brasil à condição de colônia, como fora desde o descobrimento até a chegada da família real por aqui, em 1808. O país mudara de maneira profunda e irreversível nos últimos anos.

O rei dom João sabia disso. Tanto que em 1815 promovera o Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves (anexando também a província da Cisplatina, que hoje é o Uruguai). Antes de zarpar, na volta a Lisboa em 1821, deixara dom Pedro como príncipe regente. Mas, agora, as cortes vinham reduzindo os poderes do príncipe, pretendendo torná-lo um mero executor das ordens das autoridades portuguesas.

Pouco depois da partida de dom João, as cortes haviam ordenado o retorno de dom Pedro a Portugal, determinando que ele passasse um ano viajando incógnito pela Europa para se educar. Dom Pedro decidira permanecer no Brasil — a proclamação que ficou famosa como o Dia do Fico —, e as cortes passaram a tentar ridicularizá-lo, chamando-o de “desgraçado e miserável rapaz”, ou “rapazinho”. Ou, ainda, o que julgavam uma ofensa, chamando-o de “brasileiro”.

Em 28 de agosto de 1822, dias antes do Grito do Ipiranga, quando dom Pedro estava em meio à viagem a São Paulo, o brigue *Três Corações* atracou no Rio de Janeiro, trazendo ordens explosivas de Lisboa. Eram decretos das cortes constituintes portuguesas, destituindo-o, na prática, do papel de príncipe regente. Todas as suas decisões estariam anuladas e seus ministros seriam dali para a frente nomeados em Portugal. A autoridade de dom Pedro ficaria restrita ao Rio de Janeiro e a áreas vizinhas. Quanto às demais províncias, seriam governadas por juntas subordinadas diretamente a Lisboa.

Além disso, as cortes determinaram abertura de processo contra todos os brasileiros que houvessem contrariado as ordens do governo português. Era evidente que o alvo principal era o ministro José Bonifácio, defensor da Independência e grande aliado de dom Pedro.

As cartas que dom Pedro recebeu na colina do Ipiranga eram sobre esses decretos. A da princesa Leopoldina pedia prudência ao marido e que ele ouvisse com atenção os conselhos de José Bonifácio. Terminava incitando: “Senhor, o pomo está maduro, colhe-o já!”. A do ministro informava que 7.100 soldados embarcavam em Lisboa para se juntar aos seiscentos que já tinham chegado à Bahia e dali atacar o Rio de Janeiro para esmagar os partidários da Independência. Diante disso, afirmava Bonifácio, restavam apenas dois caminhos a dom Pedro. Ou ele retornava a Portugal, onde se tornaria prisioneiro das cortes, assim como o pai, dom João VI, ou proclamava a Independência e se fazia “imperador ou rei” do Brasil.

A terceira carta era do cônsul britânico no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, relatando que em Lisboa já se falava em anular a condição de dom Pedro de herdeiro do trono, como punição por sua desobediência às cortes constituintes.

Daí se entende, quando as cartas foram lidas para ele, a raiva que tomou o impetuoso dom Pedro, que completaria 24 anos cerca de um mês depois, em 12 de outubro. Era a mesma idade do padre Belchior, a quem o príncipe pediu conselho na hora. A resposta imediata de Belchior praticamente reproduziu as palavras do tio, José Bonifácio:

— *Se Vossa Alteza não se faz rei do Brasil será prisioneiro das cortes e, talvez, deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação.*

Dom Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Bregaro, Carlota e outros, em direção aos animais que se achavam à beira do caminho. De repente, estacou já no meio da estrada, dizendo-me:

— *Padre Belchior, eles o querem, eles terão a sua conta. As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão agora quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero com o governo português e proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal.*

Respondemos imediatamente, com entusiasmo:

— *Viva a Liberdade! Viva o Brasil separado! Viva dom Pedro!*

O príncipe virou-se para seu ajudante de ordens e falou:

— *Diga à minha guarda que eu acabo de fazer a independência do Brasil. Estamos separados de Portugal.*



— Viva o Brasil independente!

ÀS MARGENS DO RIO VERMELHO

O ajudante de ordens era o alferes Francisco de Castro Canto e Melo, amigo de dom Pedro e irmão de Domitila de Castro Canto e Melo. Conta-se que foi o alferes quem a apresentou ao príncipe, e Domitila, que se tornaria a

marquesa de Santos, seria também o caso amoroso mais escandaloso de dom Pedro. Francisco havia retornado à comitiva momentos antes.

Deixando temporariamente São Paulo, o príncipe fora até Santos e agora seguia de volta para a capital da província. O tenente fora despachado para seguir na frente até São Paulo, com a missão de vir informar o príncipe de qualquer novidade proveniente do Rio de Janeiro. O que, aliás, sugere que dom Pedro pressentia ou esperava acontecimentos importantes.

O relato do padre Belchior não menciona o famoso brado “Independência ou morte”, celebrizado por Tarcísio Meira, no papel de dom Pedro, em filme de 1972. O Grito do Ipiranga só vai aparecer no testemunho escrito por Francisco de Castro Canto e Melo, bem mais tarde, quando o episódio já havia entrado para a galeria dos momentos épicos nacionais. A versão do alferes mostra um dom Pedro decidido, maduro, que teria lido as cartas e, “após um momento de reflexão”, explodira: “Viva o Brasil independente! É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!”.

Em ambas as versões, a guarda de honra de dom Pedro o aguardava, descansando, na venda, à beira do riacho, local hoje conhecido como Casa do Grito. Foi onde ocorreu uma outra proclamação, conhecida como Segundo Brado do Ipiranga, descrita pelo comandante da tropa, o coronel Marcondes. O primeiro Brado foi mais simples, na presença de um grupo restrito, e revela traços de indecisão na atitude de dom Pedro. O segundo, solene e convicto, perante a guarda de honra, é o que ficou registrado na memória nacional. De acordo com Marcondes, o príncipe surgiu cavalgando da colina em direção à venda, pouco depois da passagem dos mensageiros com as três cartas decisivas:

Vinha o príncipe na frente. Vendo-o voltar-se para o nosso lado, saímos ao seu encontro. Diante da guarda, que descrevia um semicírculo, estacou o seu animal e, de espada desembainhada, bradou:

— Amigos! Estão, para sempre, quebrados os laços que nos ligavam ao governo português! E quanto aos topos daquela nação, convido-os a fazer assim!

E arrancando do chapéu que ali trazia a fita azul e branca, a arrojou no chão, sendo nisto acompanhado por toda a guarda que, tirando dos braços o mesmo distintivo, lhe deu igual destino.

— E viva o Brasil livre e independente — gritou dom Pedro.

Ao que, desembainhando também nossas espadas, respondemos:

— Viva o Brasil livre e independente! Viva dom Pedro, seu defensor perpétuo!

E bradou ainda o príncipe:

— Será nossa divisa de ora em diante: Independência ou Morte!

Por nossa parte, e com o mais vivo entusiasmo, repetimos:

— Independência ou Morte!

Em tupi-guarani, Ipiranga significa “rio vermelho”. Naquela época, apesar da tonalidade escura e barrenta de suas águas (daí a denominação), era um riacho selvagem de águas limpas, correndo por entre roças e pastagens, salpicadas por cupinzeiros, e de chácaras e sítios que se estendiam até se perder de vista. Das margens do Ipiranga à cidade de São Paulo havia apenas oito casas, onde moravam 42 pessoas. Hoje, é um canal de esgotos encaixotado sob o asfalto e o concreto de uma das maiores metrópoles do planeta. Das 24 nascentes originais, situadas dentro do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, quatro desapareceram pela redução do lençol freático na região. Alguns quilômetros adiante, após receber uma quantidade monumental de lixo, descargas domésticas e industriais, deságua no rio Tamanduateí. Ali, o índice de poluição é absurdo: 62 miligramas por litro de água. A taxa de oxigênio, próxima de zero nos meses sem chuvas, o torna um riacho morto, incapaz de abrigar peixes ou qualquer outra forma de vida.

Nada sugere, portanto, um palco apropriado para o momento apoteótico de uma nação, no qual se define seu caráter e destino — tanto que serve de tema para nosso Hino Nacional, assim como a Queda da Bastilha o é para *A Marselhesa* e para os franceses. E de fato, o Grito do Ipiranga não foi o episódio mais importante da história de nossa Independência. Muita coisa teve de acontecer antes e depois para que este país pudesse reivindicar um lugar entre as nações do planeta.

E, neste ponto, nossa narrativa vai dar um recuo de cerca de trinta anos. E vai também mudar de cenário. Vamos para a França, na última década do século XVIII. Lá está ocorrendo um dos mais importantes episódios históricos que já houve no Ocidente, e que, naturalmente, se refletiu no Brasil: a Revolução Francesa.

O VENDAVAL

Quilômetros ao norte do centro de Paris fica a basílica de São Dionísio (Saint-Denis, em francês, o padroeiro de Paris), monumento gótico do século VII. No subterrâneo dessa catedral, existem duas grandes caixas de pedra, escondidas num corredor mal iluminado e cobertas de lápides de mármore nas quais estão gravadas dezenas de nomes e datas. Ali estão os restos mortais de quase todos os reis franceses dos últimos mil anos.

Só que essa não é a necrópole original.

Já houve túmulos e inscrições para cada soberano que hoje, nessas duas caixas, jazem misturados, num embaralhamento de costelas e fêmures medievais, com crânios renascentistas e clavículas modernas, que ninguém nunca será capaz de desfazer.

O ossuário de São Dionísio é um exemplo das consequências do vendaval que varreu a história, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX: a Revolução Francesa.

Em 1793, liderados por filósofos e intelectuais, as classes médias e principalmente o povo pobre e faminto das ruas tomaram o poder na França. Inúmeros nobres e a própria família real foram guilhotinados, ou seja, tiveram a cabeça cortada no aparelho inventado pelo médico Joseph-Ignace Guillotin. O furor revolucionário, entre outros atos contra os símbolos da monarquia, invadiu São Dionísio, saqueou os túmulos e atirou os ossos de Suas Majestades na lama, do lado de fora. Em 1817, após a restauração da monarquia, Luís XVIII providenciou para que fossem recolhidos, mas, na hora de sepultá-los, foi impossível identificar os ossos e a solução foi dar-lhes os dois túmulos coletivos.



A crença de que o poder dos soberanos emanava de Deus e era intocável foi pulverizada pela Revolução Francesa. Se até os ossos dos reis poderiam ser atirados numa vala comum, que diferenças poderiam haver entre plebeus e os de sangue azul? Foi nesse clima que se deu a Independência do Brasil.

Mas, antes disso, desdobramentos da Queda da Bastilha — uma prisão de presos políticos e comuns arrombada pela multidão em Paris, que cantava *A Marselhesa* — teriam profundas influências na história de nosso país. Logo entraria em cena um jovem oficial chamado Napoleão Bonaparte. Maior gênio militar que a história já conheceu, coube a ele impor pela força dos canhões as ideias da Revolução Francesa que já iam se diluindo em meio a disputas e infundáveis discussões.

O PESADELO DOS REIS

Napoleão destronou, prendeu, exilou e humilhou vários monarcas da Europa. Tornou-se o pesadelo das cabeças coroadas do continente e de suas imensas cortes, formadas de nobres que viviam no ócio, sustentados pela exploração do povo e das classes médias.

Ora, Portugal era uma monarquia desse tipo. E cedo se colocaria no caminho de Napoleão Bonaparte.

No entanto, outro episódio de enorme importância, e que também ecoou em nossas terras, deve ser mencionado. Antes do vendaval francês, ocorreu a Independência dos Estados Unidos, em 1776, que resultou na primeira democracia republicana da história moderna. Se filósofos iluministas como o escocês David Hume, o inglês John Locke, o suíço Jean-Jacques Rousseau e os franceses Montesquieu e Voltaire sustentavam que era possível e benéfico limitar o poder dos reis ou até mesmo governar sem eles, a Declaração da Independência Americana — a Certidão de Nascimento dos Estados Unidos — era a aposta prática nesse ideal revolucionário. Redigida pelo advogado Thomas Jefferson, a Carta anunciava que “todos os homens nascem iguais”, e com alguns direitos inalienáveis, incluindo a vida, a liberdade e a busca da felicidade.

Hoje, parece uma afirmação bastante óbvia, mas não era assim naquele tempo, em que esses direitos eram sempre concedidos ou pelo rei ou por um imperador ou pelo papa, da mesma maneira como poderiam, a qualquer momento, ser tomados por essas mesmas autoridades. Não seriam portanto direitos *de nasença*, mas concedidos, e não seriam *inalienáveis*, mas uma concessão podendo ser revogada.



Napoleão Bonaparte, imperador francês e gênio militar

A Independência norte-americana, desafiando a coroa inglesa e seus princípios, negando o caráter divino do poder dos monarcas, servira de inspiração, no Brasil, para a Inconfidência Mineira. Na época, dona Maria I reinava em Portugal — antes de enlouquecer e ser substituída pelo filho dom João, o mesmo que viria para o Brasil, posto para correr por Napoleão, em 1808. Por inspiração da soberana, que acreditava estar preservando privilégios de nascença — inclusive a exploração extorsiva do Brasil —, dados a ela por direito de herança por sua linhagem real e por patrocínio do próprio Deus, Tiradentes foi, a exemplo de outros libertários antes e depois dele, torturado e executado pelas autoridades portuguesas no Brasil.



Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos

FRANCESIAS ABAIXO DO EQUADOR

A maré das inovações na Europa e nos Estados Unidos chegaria com algum atraso ao Brasil, mas teria o mesmo efeito devastador. Situada do outro lado do mundo, a América portuguesa fora mantida até 1808 como uma colônia analfabeta, isolada e controlada com rigor. A proibição de manufaturas incluía a indústria gráfica e a publicação de jornais. A circulação de livros estava submetida a três instâncias de censura. O direito de reunião era vigiado. A educação limitava-se aos níveis mais básicos e a uma minoria muito restrita da população. De cada cem brasileiros, menos de dez sabiam ler e escrever. As primeiras universidades só apareceriam no começo do século xx. O salário de um professor, de 70 mil-réis anuais, equivalia a um terço do que se pagava a um feitor de escravos nas fazendas.

Era uma situação bem diferente da encontrada nos Estados Unidos, onde a cultura protestante havia criado uma colônia alfabetizada, empreendedora, habituada a participar das decisões comunitárias e a se manter

bem-informada sobre as novidades que chegavam da Europa. Em 1776, o ano da Independência, o padrão de vida nos Estados Unidos já era superior ao de sua própria metrópole, a Inglaterra. A circulação de jornais chegava a 3 milhões de exemplares por ano, marca que o Brasil só atingiria dois séculos mais tarde. Até os escravos eram alfabetizados. O índice de analfabetismo aproximava-se de zero. Havia nove universidades, incluindo a prestigiada Harvard, criada em 1636. O espírito empreendedor fizera florescer uma próspera indústria em variados setores.

Assim, as ideias revolucionárias chegavam ao Brasil geralmente de forma clandestina, em publicações contrabandeadas ou em reuniões de sociedades secretas, como a maçonaria. Viajavam também na bagagem da pequena elite local que tivera oportunidade de estudar em Coimbra e em outras universidades europeias no fim do período colonial. Essas ideias, como vimos, estavam por trás da Inconfidência Mineira, da Revolta dos Alfaiates, na Bahia, da Revolução Pernambucana, em 1817, da própria Independência, em 1822, e de inúmeros outros movimentos de rebelião regional, como a Confederação do Equador, em 1824.



Os autos de devassa da Inconfidência Mineira registram a apreensão de uma grande coleção de livros proibidos na casa de um dos conspiradores, o cônego Luís Vieira da Silva, da cidade de Mariana. Abrangia a íntegra da *Enciclopédia*, escritos de Montesquieu e inúmeras obras de história, geografia, ciências naturais — todas em língua francesa e vetadas pela censura da coroa portuguesa. Em 1794, o conde de Resende, então vice-rei do Brasil, ordenou uma devassa para apurar as atividades da Sociedade Literária do Rio de Janeiro,

grupo que se reunia periodicamente para discutir as novidades que chegavam de fora da colônia. O inquérito apontou vários entusiastas da Revolução Francesa. O mais surpreendente é que na lista de acusados não havia só intelectuais, como professores, médicos, padres, poetas e advogados, mas também um marceneiro, um sapateiro, um ourives e um entalhador. Como testemunhas, havia alfaiates, gravadores e torneiros.

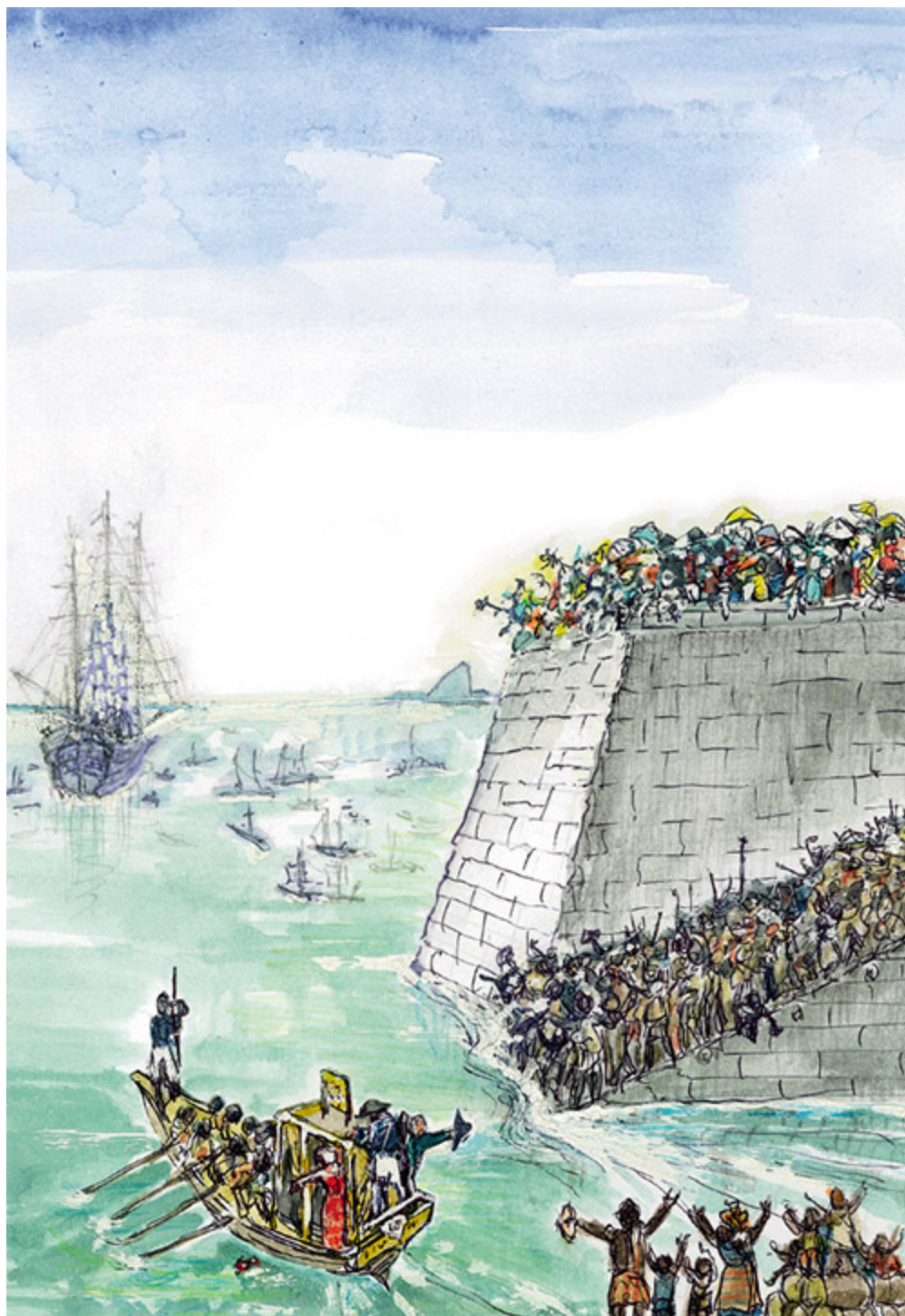
Alguns anos mais tarde, em 1798, a chamada Revolta dos Alfaiates (também conhecida como Conjuração Baiana), em Salvador, envolveu igualmente pessoas de origem humilde, que, na devassa ordenada pela coroa portuguesa, foram acusadas de “francesia”, ou seja, de defender as noções e os princípios políticos da Revolução Francesa e imitar os revolucionários até na forma de se vestir. Um dos líderes da revolta, João de Deus Nascimento, pardo livre e alfaiate, preconizava que “todos se fizessem franceses para viver em igualdade e abundância”. Foi executado e esquartejado em uma praça do centro da capital. Sua cabeça ficou exposta em frente à casa onde morava. Os outros pedaços do corpo foram deixados ao relento em vários pontos da cidade para serem consumidos pelo tempo.



O acesso a novidades pelas camadas mais pobres da população era a prova de que a colônia brasileira, sem universidades, sem livros, sem jornais ou comunicações regulares, acompanhava atentamente os acontecimentos na

Europa. E isso seria decisivo ao chegar o momento de romper os laços com Portugal. Habituada a três séculos de letargia, a antiga América portuguesa seria sacudida pelo vendaval das novas ideias que varria o mundo.

Um novo país nasceria da tempestade.



A família real deixa o Brasil

OS BRASIS DE DOM JOÃO

Era evidente que napoleão não tardaria a invadir Portugal.

Para fugir ao risco de ser encarcerado, ou mesmo guilhotinado, dom João resolveu escapar do país, entregando-o sem luta aos franceses. Com isso, transferia a capital do Império para além-mar — foi um jeito esperto (sugestão dos ingleses, dizem) de continuar rei, embora com menos majestade.

Num belo dia, portanto, o povo de Lisboa, atônito, assistiu à família real — o maior símbolo do país — embarcar com toda a nobreza e os altos funcionários, sem grandes satisfações. Soube-se por rumores que estavam indo para o Brasil. Era como se um povo inteiro de repente perdesse o chão — sua nação — sob os pés.

Foram treze anos de ausência que, além de aprofundar a decadência portuguesa, transformaram para sempre a colônia do outro lado do Atlântico. Para começar, tirando-a, definitivamente, da posição subalterna de colônia, devendo obediência à metrópole, que a expropriava de suas riquezas, cobrava de seus habitantes impostos extorsivos e a mantinha no atraso.

No entanto, quando retornasse a Lisboa, em abril de 1821, dom João VI deixaria para trás dois brasis inteiramente diferentes.



O Brasil de 1821

De um lado, havia um país transformado pela permanência da corte nos trópicos, já com os pés firmes no turbulento século XIX, bem-informado das novidades que redesenhavam o mundo na época. Era um Brasil muito pequeno, de apenas alguns milhares de pessoas, que tinha seu epicentro no Rio de Janeiro, o modesto vilarejo colonial de 1808, convertido numa cidade com traços e refinamentos de capital europeia nos treze anos seguintes.

O outro Brasil, já nessa época, era um gigante adormecido. Um sono de três séculos. Tratava-se de um território vasto, isolado, não muito diferente do lugar selvagem e escassamente povoado que Pedro Álvares Cabral havia encontrado ao aportar na Bahia.

Esses dois brasis pareciam desligados um do outro; pode-se dizer que se ignoravam mutuamente.

O Brasil transformado tinha compositores, maestros, dançarinos, cantores, arquitetos, pintores, cientistas, professores, escolas de ensino superior, livros e jornais, fábricas de ferro, pólvora e tecidos, moinhos de farinha de trigo, lojas que vendiam as últimas novidades chegadas de Londres e Paris, navios que já usavam a novíssima tecnologia da navegação a vapor.

Era o Brasil que se exibia nos concertos do Real Teatro de São João, nas missas e *Te Deum* da Capela Real, nas cerimônias do beija-mão no palácio da Quinta da Boa Vista e nos salões frequentados pelo corpo diplomático, pelos oficiais e comerciantes estrangeiros e pela nova corte criada por dom João depois da chegada ao Brasil, constituída por barões do açúcar, viscondes do café, marqueses da pecuária, condes das minas de ouro e diamantes e gentishomens do tráfico de escravos, então ainda o grande negócio brasileiro.

O BRASIL DE 1821

As contribuições pagas por essa nova nobreza, inclusive pela compra de seus títulos, era o mais importante sustento da outra nobreza, a que viera de Lisboa sem casa e sem tostão. O jornal *Aurora Fluminense*, dirigido pelo poeta, livreiro e futuro deputado liberal Evaristo da Veiga, escreveu que a monarquia portuguesa, depois de 736 anos de existência, tinha dezesseis marqueses, oito viscondes, quatro barões e 26 condes. Já a brasileira, com apenas oito anos, ostentava 28 marqueses, dezesseis viscondes, 21 barões e oito condes. O também liberal padre Diogo Antônio Feijó descrevia essa nova corte como “uma aristocracia fantástica”, à qual “faltava dinheiro, grandes ações, vasto saber e prestígio”.

Ao passear pela rua do Ouvidor, repleta de lojas com artigos franceses, o aventureiro alemão Carl Seidler registrou: “As classes superiores se vestem pelo último figurino parisiense e não raro exageram ridiculamente as modas importadas”. Outro viajante, o francês Jacques Arago, ficou surpreso ao visitar a Biblioteca Real trazida de Portugal por dom João. Com 60 mil volumes e obras raras, era uma das maiores do mundo. Situada, porém, num país de gente analfabeta, vivia às moscas.

“Grande e bela e enriquecida das melhores obras literárias, científicas e filosóficas das nações civilizadas, ela é perfeitamente deserta e desconhecida pelos brasileiros”, lamentou Arago. “Visitei-a duas vezes, e duas me encontrei aí sozinho com o diretor.”

O outro Brasil de dom João — pobre, descalço e primitivo — ainda caçava e escravizava índios arredios que atacavam fazendas no interior do país, viajava a pé, em canoas ou no lombo de mulas que atravessavam estradas enlameadas e esburacadas, vivia em choupanas de pau a pique, chão de terra batida e cobertura de palha, alimentava-se da pesca e de uma agricultura rudimentar, não sabia ler e escrever nem tinha acesso a qualquer informação sobre o que se passava a alguns quilômetros além de suas comunidades.

Ao visitar esse pedaço do Brasil, entre 1816 e 1822, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire ficou chocado com o que viu. Passando pela cidade de Paranaguá e a vizinha vila de Guaratuba, encontrou pessoas em estado de desnutrição tão profunda que adquiriam o hábito de comer terra na tentativa de repor vitaminas e sais minerais.

AI, QUE PREGUIÇA!

Esses dois brasis tinham alguns traços em comum. Um era a aversão ao trabalho e a total dependência da mão de obra escrava. Seidler faz um retrato devastador da relação entre escravos e senhores no Rio de Janeiro, uma sociedade que se pretendia desenvolvida e cosmopolita, mas era, no entender do viajante alemão, marcada pela “excessiva preguiça e indolência”:

Madame tem suas escravas, duas, três, seis ou oito, conforme o infeliz esposo abrir a bolsa, e essas criadas negras nunca podem arredar-se da imediata proximidade da sua severa dona, devem entender-lhe e até interpretar-lhe o olhar. Seria demais exigir que a senhora, fosse ela mulher de um simples vendeiro, se sirva ela mesma de um copo d'água, ainda que o jarro esteja junto dela sobre a mesa. É tão doce poder tyranizar. De cozinhar e lavar, então, nem se fale: para semelhante trabalho de escravos Deus criou os negros...

Saint-Hilaire também fala da aversão ao trabalho ao passar pelos Campos Gerais do Paraná: “Como no resto do Brasil, todo mundo trabalha o menos possível. A vida dos homens muito pobres difere pouco da dos índios

Em 1822, o Brasil tinha cerca de 4,5 milhões de habitantes — menos de 3% de sua população atual. Eram 800 mil índios, 1 milhão de brancos, 1,2 milhão de escravos (africanos ou seus descendentes) e 1,5 milhão de mulatos, pardos, caboclos e mestiços. Resultado de três séculos de miscigenação racial entre portugueses, negros e índios, esta última parcela da população compunha um grupo semilivre que se espalhava pelas zonas interiores e vivia submisso às leis e vontades dos coronéis locais.



Amazonas, mas o mapa do Brasil já tinha mais ou menos seus contornos atuais, com duas exceções: a província Cisplatina, que ganharia sua independência como Uruguai em 1828, e o estado do Acre, que na época fazia parte da Bolívia e seria comprado pelo barão do Rio Branco e incorporado ao território brasileiro no começo do século xx.

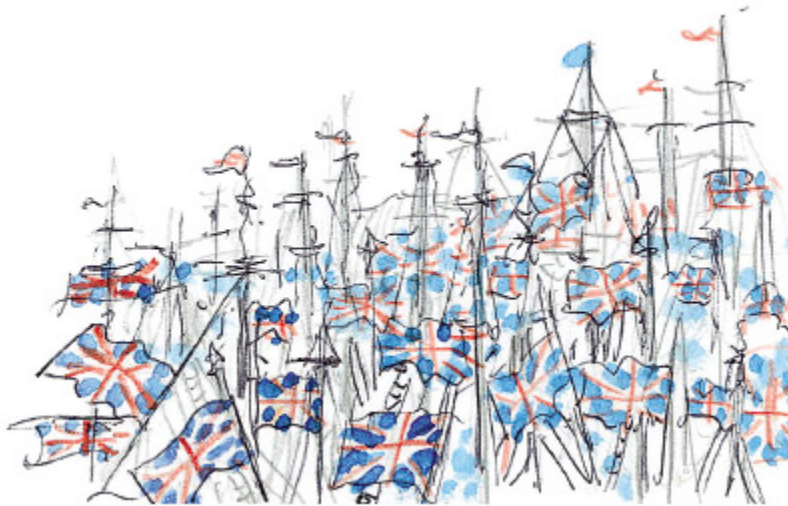
Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas. Pressionado pelas circunstâncias, dom João tomou inúmeras decisões que resultaram em um surto de prosperidade sem precedentes na história da América portuguesa. A providência mais importante foi a abertura dos portos, anunciada em Salvador no dia 28 de janeiro de 1808, uma semana depois de a família real atracar na Bahia. Com isso, o Brasil poderia agora, sem a intermediação de Portugal, comerciar com o resto do mundo, ou pelo menos com as nações que os portugueses consideravam amigas.



Combinada com outras duas medidas — o fim da proibição de manufaturas e a concessão de liberdade de comércio —, representava na prática o fim do período colonial brasileiro. Pela primeira vez, em mais de três

séculos, o país estava livre do regime de monopólio português para se integrar ao sistema internacional de produção e comércio.

Principal beneficiária da abertura dos portos, a Inglaterra da Revolução Industrial inundaria o Brasil com seus produtos. Em 1822, metade dos 434 navios estrangeiros atracados no Rio de Janeiro era inglesa. O país também se abriu para a visita de cientistas e artistas europeus, que o percorreram em diferentes trajetos, documentando o que encontravam em textos, coleta de espécimes e ilustrações.



A poderosa esquadra inglesa

Dom João providenciou a melhoria da comunicação entre as diversas regiões, estimulando o povoamento e o aproveitamento das riquezas da colônia. Revogando uma lei de 1733, mandou abrir novas estradas, ajudando a diminuir o isolamento que até então vigorava entre as províncias. As áreas mais remotas foram exploradas e mapeadas. A navegação fluvial também foi estimulada. O primeiro barco a vapor, comprado na Inglaterra em 1818 por Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, rico senhor de engenho e futuro marquês de Barbacena, começou a navegar dois anos mais tarde nas águas do Recôncavo Baiano. As cidades mais próximas da corte cresceram em tamanho e riqueza. Convertido em capital do império colonial português, o Rio de Janeiro passou por transformações drásticas. A população, que em 1808 era de apenas 60 mil habitantes, saltou para 110 mil em 1821, incluindo a área

rural agora repleta de chácaras e casas de campo habitadas por nobres e estrangeiros. O número de escravos triplicou.



O primeiro barco a vapor

A criação de uma escola de medicina em Salvador inaugurou o ensino superior no Brasil. Vieram logo em seguida uma escola de técnicas agrícolas, um laboratório de estudos e análises químicas e a Academia Real Militar, cujas funções incluíam o ensino de engenharia civil e mineração. Uma nova estrutura do Estado, que até então funcionava em Portugal, se transferiu para o Brasil com a organização do Supremo Conselho Militar e de Justiça, da Casa de Suplicação (que seria o equivalente hoje ao Supremo Tribunal Federal), da Intendência Geral de Polícia da Corte (mistura de prefeitura com secretaria de segurança pública), do Erário Régio, do Banco do Brasil, do Conselho de Fazenda e do Corpo da Guarda Real. No Real Teatro de São João apresentavam-se cantores, compositores, dançarinos e companhias teatrais vindas da Europa.



Uma mudança de grande impacto foi o surgimento da imprensa, proibida no Brasil até 1808. Mesmo com uma censura vigilante e burocrática, muitos jornais novos surgiram, mudando o ambiente intelectual e político do país, que passou a debater as ideias políticas que chegavam da Europa e dos Estados Unidos. A censura caiu, finalmente, com o decreto de 2 de março de 1821. Os jornais se transformariam rapidamente no palco em que se travaram os principais debates durante a Independência e o Primeiro Reinado. No ano da Independência já havia 53 jornais em circulação em todo o Império.

Segundo a historiadora Isabel Lustosa, como resultado, o país viveu “um momento extremamente vibrante, onde se assistiu a um processo de liberalização política sem precedentes na nossa história... Cada um escrevia e assinava o que bem entendia”.

A música era, de longe, a arte preferida pela corte portuguesa no Rio de Janeiro. O pintor Jean-Baptiste Debret, que chegou ao Brasil com a Missão

Artística Francesa de 1816, estimou que dom João gastava 300 mil francos anuais, uma fortuna para a época, na manutenção da Capela Real e de seu corpo de artistas, que incluía “cinquenta cantores, entre eles magníficos virtuosos italianos, dos quais alguns famosos *castrati*, e cem executantes excelentes, dirigidos por dois mestres de capela”.

Em 1811, tinha chegado ao Rio de Janeiro o mais renomado músico português, o maestro Marcos Antônio da Fonseca Portugal. Até a partida da corte, em 1821, ele comporia inúmeras peças e músicas sacras em homenagem aos grandes eventos da coroa. Em 1816, foi a vez do compositor e maestro austríaco Sigismund Neukomm chegar ao Brasil.

Um dos maiores organistas de sua época, nascido em Salzburgo, na Áustria, em 1778, Neukomm foi aluno de Joseph Haydn e colega de estudos de Ludwig van Beethoven, em Viena. No Brasil, compôs 71 obras que até hoje surpreendem os especialistas pelo refinamento e pela complexidade. Incluem a Marcha Triunfal à Grande Orquestra, uma orquestração de seis valsas do príncipe dom Pedro, de quem foi professor, além de uma marcha sinfônica, uma missa e um *Te Deum* para a cerimônia de aclamação de dom João VI, em 1818. Outra grande contribuição sua foi o registro de modinhas do violonista e compositor Joaquim Manuel Gago da Câmara. Compositores locais foram reconhecidos, como o padre José Maurício Nunes Garcia, também professor de música de dom Pedro ao lado de Marcos Antônio da Fonseca Portugal e Neukomm. Mulato e pai de três filhos, o padre é considerado hoje o mais importante compositor brasileiro da corte de dom João.



As mudanças teriam seu ponto culminante em 16 de dezembro de 1815. Nesse dia, véspera da comemoração do aniversário de 81 anos da rainha Maria I, dom João promoveu o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, ficando o Rio de Janeiro como sede oficial da coroa.

ENQUANTO ISSO, EM PORTUGAL...

Enquanto o Brasil prosperava, a antiga metrópole, Lisboa, vivia uma crise sem precedentes. Os treze anos em que dom João VI permaneceu no Rio de Janeiro representaram enormes sofrimentos para o povo português. Entre 1807 e 1814, Portugal perdeu meio milhão de habitantes. Um sexto da população pereceu de fome ou nos campos de batalha — sim, porque, se Suas Majestades haviam fugido, o povo, corajosamente, assumiu a missão de reconquista de seu país —; outros, simplesmente abandonaram Portugal. Nunca o país havia perdido um número tão grande de habitantes em tão pouco tempo. A abertura dos portos da antiga colônia, em 1808, e o tratado especial de comércio com os ingleses, em 1810, haviam sido golpes duríssimos para os comerciantes portugueses, que até então intermediavam todas as trocas do Brasil com a metrópole e o resto do mundo. Prejudicado pela concorrência britânica, o

comércio de Portugal com o Brasil despencou. No sentido contrário, as exportações do Brasil para Portugal se reduziram para a metade.



Em Portugal, alimentava-se a esperança de que, terminada a guerra contra Napoleão, o tratado com a Inglaterra seria revogado e a corte retornaria a Lisboa. Não aconteceu uma coisa nem outra. O tratado continuaria em vigor ainda por muito tempo. E dom João não queria voltar.

Os ressentimentos explodiram na manhã de 24 de agosto de 1820, quando tropas rebeladas reuniram-se no campo de Santo Ovídio, na cidade do Porto, e se declararam contra o domínio inglês. Três semanas depois, no dia 15 de setembro, a revolta chegou a Lisboa, onde se registraram várias manifestações populares pedindo o fim do absolutismo monárquico. No dia 27 foi constituída na cidade de Alcobaça a Junta Provisional Preparatória das Cortes, que ficaria encarregada de redigir uma constituição liberal para o país.

As cortes eram um conselho de Estado previsto no regime monárquico português, que havia se reunido pela última vez em 1698, mais de 120 anos

antes. Só a convocação, depois de tanto tempo fora do cenário político português, indicava o quanto o poder do rei estava ameaçado. Pela decisão dos revoltosos, a dinastia de Bragança seria poupada, mas o retorno do rei a Portugal virava uma questão de honra.

AS CORTES

Portugal fez a independência do Brasil.

Até as vésperas do Grito do Ipiranga, era difícil encontrar brasileiros que apoiassem a separação completa entre os dois países. A maioria defendia a manutenção do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, na forma criada por dom João, em 1815.

Esse era o tom das proclamações do príncipe regente dom Pedro, dos discursos dos deputados brasileiros em Lisboa e também a linha dos editoriais do jornalista Hipólito José da Costa no *Correio Braziliense*, o principal formador de opinião da imprensa brasileira na época, publicado em Londres para fugir à censura no país. Foi quando entraram em cena as cortes constituintes.

A atuação das cortes, no Brasil, representou a grande virada no que se poderia chamar de opinião pública da época. Foi o que levou a população brasileira a querer se ver livre de Portugal de vez.

Em 1820, já fazia mais de 120 anos que as cortes não eram convocadas. Foi o período do absolutismo, quando o poder do rei esteve no auge. O soberano decidia sozinho, sem ouvir ninguém, ou delegava essa tarefa a ministros poderosos, que governavam em seu nome.

Batizada de “Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, a assembleia convocada em 1820, além de quebrar o longo jejum dessas reuniões no século anterior, tinha uma diferença importante em relação a todas as que a haviam precedido. Eram cortes liberais, profundamente influenciadas pela Revolução Francesa, que defendiam o fim ou a drástica redução do poder dos reis.

Caberia a essas cortes a difícil tarefa de construir um novo e desconhecido sistema político, a monarquia constitucional, até então nunca tentado em Portugal. Embora inspirada nas ideias francesas, era uma revolução no escuro, sujeita mais a erros do que a acertos e cercada por um forte clima de radicalização política.

As cortes eram uma assembleia na qual tradicionalmente os reis e a nobreza de Portugal pactuavam suas relações. Também a composição das cortes de 1820 se diferenciava das demais. Em lugar da grande nobreza da terra e da alta hierarquia militar e eclesiástica, era integrada, em sua maioria, por padres, professores, advogados e comerciantes — representantes de uma nova elite política e intelectual que havia emergido no país durante a permanência da família real no Rio de Janeiro.

NINGUÉM QUER A INDEPENDÊNCIA

Convocadas em setembro de 1820, um mês após a eclosão da Revolução Liberal do Porto, as cortes só começaram a se reunir em Lisboa no dia 26 de janeiro do ano seguinte. Antes foi necessário proceder às eleições dos deputados, que viriam de todos os confins do Império português. O número de representantes seria proporcional à população de cada região. Mas os escravos estavam excluídos e, assim, embora contasse 4,5 milhões de habitantes, população superior à da metrópole, o Brasil só teve direito a ocupar 72 das 181 cadeiras, cabendo a Portugal cem deputados. Ocorreu ainda que só 46 brasileiros tomaram posse em Lisboa, e apenas na segunda metade de 1821. Os demais permaneceram no Brasil por dificuldades de locomoção ou por divergências dentro da própria delegação, caso da província de Minas Gerais, que não enviou nenhum dos seus treze deputados. Com isso, havia duas vezes mais constituintes portugueses que brasileiros.



Dom João vi surge no Paço Imperial

As notícias da Revolução Liberal do Porto, ocorrida em agosto de 1820, tinham sido recebidas com entusiasmo no Brasil e alastraram-se rapidamente pelo país. O Grão-Pará foi a primeira província a aderir à causa constitucional. No dia 10 de fevereiro de 1821, foi a vez de a Bahia insurgir-se, após uma rápida troca de tiros entre tropas leais ao governador, o conde de Palma, e oficiais rebeldes aquartelados no Forte São Pedro, em Salvador. A cabeça do Império, o Rio de Janeiro, caiu duas semanas depois. Pressionado pelos revoltosos, um assustado dom João VI apareceu no dia 26 de fevereiro nas janelas do Paço Imperial e balbuciou as palavras com as quais jurou ser fiel às bases da futura Constituição a serem elaboradas pelas cortes.

Pela primeira vez, em sete séculos de monarquia portuguesa, um soberano aceitava abrir mão de parte de sua autoridade em favor de um

congresso. Com quase meio século de atraso, Brasil e Portugal eram finalmente capturados pelos ventos soprados dos Estados Unidos, em 1776, e da França, em 1789. Dom João também acatou as ordens de embarcar de volta para Lisboa, deixando o filho dom Pedro como príncipe regente do Brasil.



Revolucionários cumpriam pena na cadeia

Diante de tantas novidades, o clima era de euforia. Aparentemente, todos — brasileiros e portugueses — lutavam pela mesma causa. Os representantes brasileiros começavam a se mobilizar para comparecer às cortes. Do Brasil seguiram alguns dos homens mais revolucionários da época. A lista incluía diversos republicanos, participantes da Revolução Pernambucana de 1817, caso de José Martiniano de Alencar (pai do escritor romântico José de Alencar), deputado pelo Ceará; do vigário Virgínio Rodrigues Campelo, representante da Paraíba; do monsenhor Francisco Muniz Tavares, da delegação de Pernambuco; e de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva (o irmão de José Bonifácio), eleito por São Paulo. Todos tinham acabado de sair da cadeia, depois de cumprir penas que variavam de três a quatro anos em regime fechado.

Pela Bahia, foram o médico e jornalista Cipriano José Barata de Almeida, o “Baratinha”, agitador político que passaria boa parte da vida atrás das grades, e o padre Francisco Agostinho Gomes, suspeito de envolvimento na Conjuração Baiana de 1798, também conhecida como Revolta dos Alfaiates. Pelo Rio de Janeiro, o advogado Joaquim Gonçalves Ledo, líder da maçonaria, em cujas lojas seriam tramados os eventos mais cruciais do ano da

Independência. Na delegação de Minas Gerais, que não chegou a embarcar, havia o deputado José de Rezende Costa, o filho, um inconfidente punido com a pena de dez anos de degredo em Cabo Verde, na África.

Na sessão de 21 de maio de 1822, ou seja, menos de quatro meses antes da proclamação de Sete de Setembro, o deputado paulista Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva ainda negaria a existência de um partido da Independência no Brasil. “Que haja um ou outro doido que pense nisso, pode ser, mas digo que não existe um partido da Independência”, afirmou. “Estou plenamente convencido que Portugal ganha com a união do Brasil, e o Brasil com a de Portugal, por isso pugno pela união.”

O Brasil tinha interesse na manutenção do Reino Unido por razões econômicas. Antes mesmo da fuga da família real para o Rio de Janeiro, a colônia já se havia tornado a mais rica e influente porção dos domínios portugueses. Os grandes traficantes de escravos, então maior negócio do Império, e os principais comerciantes de açúcar, tabaco, algodão, ouro, diamantes e outras riquezas estavam estabelecidos no Brasil, em especial em Salvador e no Rio de Janeiro. A continuidade do Reino Unido dava a esses comerciantes acesso privilegiado às outras partes do Império e também ao rico mercado europeu.

BOICOTE AO BRASIL

Aos poucos, no entanto, as divergências foram ficando mais claras. As cortes se revelariam liberais em relação a seus próprios interesses em Portugal, mas reacionárias no que dizia respeito ao Brasil. Havia contas a ajustar entre os dois lados do Atlântico. “A verdade é que a revolução portuguesa, debaixo de sua capa liberal, de defensora dos direitos do homem, escondia rancores e ressentimentos contra a colônia que se transformara em centro da monarquia”, escreveu o historiador Octávio Tarquínio de Sousa.

Ao desembarcar em Lisboa, já no fim de 1821, os deputados brasileiros foram surpreendidos por diversas decisões já tomadas pelas cortes. Todas

tinham o objetivo de recolonizar o Brasil cassando os privilégios e benefícios concedidos por dom João VI nos anos anteriores. Ao agir desse modo, os representantes portugueses haviam quebrado a promessa, contida no edital de convocação, de não tocar em assuntos de interesse do Brasil antes da chegada de seus representantes.

Em um esforço deliberado de fragmentar o território brasileiro para controlá-lo mais facilmente, no dia 24 de abril de 1821 as cortes decidiram dividir o Brasil em províncias autônomas. Cada uma delas elegeria sua própria junta provisória de governo, que responderia diretamente a Lisboa, sem dar satisfações ao príncipe regente dom Pedro. Ao saber que o Pará aderira à revolução constitucionalista, o deputado Fernandes Tomás propôs que aquela parte do território passasse a ser chamada de província de Portugal, sem nenhum vínculo com o restante do Brasil. O projeto foi aprovado no dia 5 de abril de 1821, antes que os deputados brasileiros chegassem a Lisboa em condições de contestá-lo.

As medidas mais drásticas saíram no dia 29 de setembro. Anulavam os tribunais de justiça e outras instituições criadas por dom João no Rio de Janeiro, restabeleciam o antigo sistema de monopólio comercial português sobre os produtos comprados ou vendidos pelos brasileiros e, por fim, determinavam que o príncipe regente dom Pedro retornasse imediatamente a Lisboa e dali passasse a viajar incógnito pela Espanha, França e Inglaterra “a fim de instruir-se”. Para assegurar que suas resoluções fossem cumpridas, em outubro as cortes nomearam novos governadores de armas para cada província, na prática interventores militares encarregados de sufocar qualquer tentativa de autonomia, e que só obedeceriam a ordens de Lisboa.

A soma de todas essas decisões devolvia o Brasil à condição de colônia de Portugal.

O tom dos discursos entre os deputados portugueses era incendiário. Ao pedir mais tropas para a Bahia na sessão de 21 de maio de 1822, José Joaquim Ferreira de Moura afirmou que a população brasileira era “composta de negros, e de mulatos, e de crioulos e de europeus de diferentes caracteres”, ou seja, gente de segunda classe, a ser tratada a pau e chicote. Dois meses depois,

Xavier Monteiro chamava dom Pedro de “um mancebo vazio de experiência, arrebatado pelo amor da novidade e por um insaciável desejo de figurar, vacilante em princípio, incoerente em ação, contraditório em palavras”. Com termos ainda mais duros, outro representante português, Barreto Feio, se referia ao herdeiro da coroa como “um mancebo ambicioso e alucinado à testa de um punhado de facciosos”. No dia da aprovação do decreto que determinava a volta de dom Pedro a Lisboa, Manuel Fernandes Tomás alertou que “o Soberano Congresso não dá ao príncipe opiniões, mas ordens”. E arrematava de forma insolente: “Não és digno de governar, vai-te!”.

Naquela época, as comunicações entre Brasil e Portugal eram muito lentas. Uma viagem de Salvador a Lisboa demorava 65 dias. Do Rio de Janeiro, setenta dias. Só no dia 9 de dezembro de 1821 o navio *Infante Dom Sebastião* atracou no Rio de Janeiro com as notícias de que as repartições governamentais no Brasil seriam fechadas e que dom Pedro deveria embarcar para Lisboa. A reação dos brasileiros ao tomar conhecimento de notícias tão humilhantes e contrárias a seus interesses foi de revolta. Manifestos e abaixo-assinados contra as cortes e pedindo a permanência de dom Pedro no Brasil começaram a ser organizados em São Paulo, Minas Gerais e na própria capital. “O Rio de Janeiro fervilhava com panfletos, jornais, clubes, sociedades pregando a separação”, apontou o historiador Hernâni Donato. Encarregado de negócios da Áustria no Brasil, o barão Wenzel de Mareschal registrou em suas anotações: “É incrível como as medidas das cortes lograram em tão pouco tempo desorganizar inteiramente este país e criar um ódio profundo contra o nome português, de par com um espírito de independência impossível de comprimir mais longamente”.

O FICO

No Rio de Janeiro, o centro da conspiração era uma modesta cela no Convento de Santo Antônio, situado no largo da Carioca. Seu ocupante, frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, ligado à maçonaria, foi o autor da

representação que seria entregue ao príncipe pedindo que ficasse no Brasil. O abaixo-assinado reuniu 8 mil assinaturas — número espantoso para uma cidade de apenas 120 mil habitantes. A data da entrega do documento, 9 de janeiro de 1822, passaria para a história como o Dia do Fico. Ao recebê-lo, das mãos do presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, dom Pedro anunciou que permaneceria no Brasil, contrariando as ordens das cortes.

Os brasileiros mal tiveram tempo de comemorar o Fico. Na tentativa de forçar o príncipe a recuar e obedecer às ordens das cortes, o general Jorge de Avilez Juzarte de Sousa Tavares, comandante da Divisão Auxiliadora, principal guarnição militar portuguesa no Rio de Janeiro, ocupou o morro do Castelo, elevação que antigamente dominava o centro e a zona portuária da cidade. Na porta do Teatro de São João, onde dom Pedro compareceu na noite do dia 11, o tenente-coronel português José Maria da Costa lançou um desafio: “Havemos de levá-lo pelas orelhas”, gritou. “A tropa vai cercá-lo e prendê-lo.” Referia-se a um plano secreto, urdido por parte das tropas, de sequestrar o príncipe e levá-lo à força para bordo da fragata *União*, já preparada para transportá-lo com a família de volta para Lisboa.

A cidade amanheceu em clima de guerra, com brasileiros e portugueses prontos para a batalha. No lado brasileiro, concentradas no campo de Santana (atual praça da República), havia 8 mil pessoas em armas, incluindo soldados, mas também “frades a cavalo armados de pistolas, facas e simples paus, [...] negros carregando capim e milho para os animais ou levando à cabeça tabuleiros de doces e refrescos para os homens”, na descrição da viajante Maria Graham — senhora inglesa que acompanhou o almirante Cochrane ao Brasil e chegou a ocupar o cargo de preceptora da princesa Maria da Glória. Os portugueses eram em número menor — cerca de 2 mil soldados —, porém mais bem-treinados e organizados.



Abaixo-assinados contra as cortes

No dia 12, os ânimos se acalmaram com a notícia de que o general Avilez se dispunha a retirar seus homens para Praia Grande, em Niterói, do outro lado da baía da Guanabara. Foi um grande alívio. O comércio reabriu as portas e a cidade voltou a funcionar. Dom Pedro mandou bloquear as tropas de Avilez por terra e mar, e determinou que embarcassem para Lisboa, ordem que o general cumpriu no dia 15 de fevereiro.

Mas esse primeiro grande enfrentamento entre portugueses e brasileiros resultou numa tragédia familiar que abalou profundamente o ânimo de dom Pedro. Assustado com os rumores sobre o plano de sequestro durante o motim da Divisão Auxiliadora, dom Pedro decidira proteger a família enviando a princesa Leopoldina e os filhos pequenos para a Real Fazenda de Santa Cruz, mais afastada da cidade. Foi uma viagem desconfortável, por estradas esburacadas e sob o calor sufocante do alto verão carioca. Grávida de oito meses, Leopoldina levava nos braços o filho mais velho, João Carlos, de apenas

dez meses, frágil e doente. O principezinho, herdeiro do trono, morreu no dia 4 de fevereiro depois de 28 horas seguidas de convulsões.



O bloqueio às tropas de Jorge de Avilez



Maria Graham

Ao dar a notícia ao recém-nomeado ministro José Bonifácio, dom Pedro mostrava-se inconsolável:

Chorando escrevo esta a dizer-lhes que venham amanhã, às horas de costume, porque eu lá não posso ir, visto o meu querido filho (estar) exalando o último suspiro e assim não durará uma hora. Nunca tive — e Deus permita que não tenha outra — ocasião

igual a esta como foi o dar-lhe o último beijo e deitar-lhe a última bênção paterna. Calcule pelo amor que tem à sua família e ao meu filho, qual será a dor que transpassa o coração.

Em outra carta, ao pai dom João VI, acusou as tropas portuguesas e prometeu vingança: “A Divisão Auxiliadora [...] foi a que assassinou o meu filho, o neto de Vossa Majestade. Em consequência, é contra ela que levanto a minha voz.”

BONIFÁCIO EM AÇÃO



A partir daí, as relações entre brasileiros e portugueses azedaram de vez. Em Lisboa, os deputados brasileiros eram alvo de zombaria nas ruas e vaiados no recinto das cortes.

Irritado com esse tratamento, o baiano Cipriano Barata avisou na sessão de 1º de julho de 1822: “E que fazemos nós brasileiros? Nada mais nos resta senão chamarmos Deus e a Nação por testemunhas, cobrirmo-nos de luto, pedirmos nossos passaportes e irmos defender nossa pátria”. Em outubro, o ambiente se tornara de tal forma insuportável que Cipriano e outros seis deputados fugiram, sem passaporte, para a Inglaterra e, de lá, embarcaram de volta para o Brasil.

No dia 16 de janeiro, uma semana após o Dia do Fico, dom Pedro organizou seu primeiro governo no Brasil. Era liderado pelo paulista José Bonifácio, o homem cujos conselhos e influência seriam decisivos nas ações do príncipe no caminho para a Independência.

Bonifácio agiu rápido. Com uma série de decretos, restaurou a administração das diversas províncias a partir do Rio de Janeiro. Também anunciou que a execução de qualquer ordem das cortes seria ilegal sem o prévio consentimento do príncipe regente. Por fim, convocou um “Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias”, logo substituído por uma Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar as primeiras leis do Brasil independente. Eram todas decisões típicas de um país já autônomo, que desautorizava qualquer interferência de Portugal nos seus destinos. Em maio, dom Pedro aceitou o título de “Defensor Perpétuo e Protetor do Brasil”, que lhe foi oferecido também por iniciativa da maçonaria.

As cortes insistiram em ignorar a indignação dos brasileiros. Proibiram o embarque de armas e reforços para as províncias obedientes ao Rio de Janeiro e determinaram que dom Pedro dissolvesse o novo governo, cancelasse a convocação da Constituinte e prendesse os ministros contrários às decisões de Lisboa. Foi o relato sobre essas ordens insolentes que dom Pedro recebeu das

mãos do esbaforido mensageiro Paulo Bregaro ao cair da tarde de 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga.

O PAÍS IMPROVÁVEL



Os sonhos dos brasileiros de 1822 eram grandiosos. Queriam libertar-se de três séculos de dependência de Portugal e erguer na América um imenso império — um dos maiores que a humanidade havia conhecido até então. O novo país que pretendiam organizar desdobrava-se das profundezas da floresta Amazônica, quase nas franjas da cordilheira dos Andes, até as planícies dos pampas no Sul, desenhando no caminho uma linha de quase 10 mil quilômetros de litoral, trinta vezes a distância entre Paris e Londres, as duas grandes capitais europeias da época. Com mais de 8 milhões de quilômetros quadrados de superfície, tinha o dobro do território europeu e era maior do que a área continental dos Estados Unidos. Dentro dele a diminuta metrópole portuguesa caberia 93 vezes. Os problemas, porém, eram proporcionais ao tamanho desses sonhos.

Às vésperas do Grito do Ipiranga, o Brasil tinha tudo para dar errado. Para começar, de cada três brasileiros, dois eram submetidos a trabalhos forçados e privados de qualquer direito — os escravos —, ou eram negros libertos (forros), mulatos, índios e mestiços, todos esses excluídos da riqueza nacional e da esperança de prosperidade, uma população pobre, carente de tudo. Os ricos, embora muito ricos, eram poucos e, em sua maioria, ignorantes. Havia uma pequena elite intelectual, bem preparada na Universidade de Coimbra, mas ela também estava dividida por divergências políticas. O isolamento e as rivalidades entre as províncias prenunciavam uma guerra civil, que poderia resultar na fragmentação territorial, como ocorria nas vizinhas colônias espanholas.

O SAQUE

Ao retornar a Lisboa em abril de 1821, o rei dom João VI deixara para trás um Brasil profundamente transformado pelas decisões que havia tomado nos seus treze anos de permanência no Rio de Janeiro. No entanto, sua última providência antes de partir fora desastrosa para o país. Mandara raspar os cofres do Banco do Brasil e encaixotar às pressas o ouro, os diamantes e outras pedras preciosas estocadas no tesouro.

Por isso, ao assumir o governo na condição de príncipe regente nomeado pelo pai, dom Pedro estava sem um tostão em caixa. As despesas públicas consumiam mais do que o dobro da arrecadação de impostos nas províncias que reconheciam sua autoridade. Ou seja, para cada real de receita, dom Pedro gastava dois. Como resultado, em dezembro de 1821, a dívida nacional atingia 9.800 contos de réis, cerca de 1,9 milhão de libras esterlinas ou 600 milhões de reais atuais, valor que triplicaria nos cinco anos seguintes à medida que um governo frágil e desesperado ordenava despesas sem ter de onde tirar recursos.



O novo país não tinha exércitos, navios, oficiais, armas ou munição para sustentar a guerra pela sua independência, que se prenunciava longa, cara e desgastante. Em 1822, na Bahia, campo de batalha decisivo nessa guerra, o pagamento do soldo dos oficiais e soldados estava atrasado dois meses por falta de dinheiro nos cofres da província. Os canhões, decrépitos e sem

munição, não funcionavam. Os soldados andavam descalços e portavam espingardas de matar passarinho.

Em Portugal, a situação também era precária, mas de lá a cada dia chegavam notícias de novas providências destinadas a esmagar os dispersos partidários da Independência brasileira. As tropas lusas já existentes no Brasil eram mais bem treinadas e organizadas do que as forças armadas daqui, que, a rigor, nem eram armadas, nem, como *força*, existiam.

O historiador britânico Brian Vale, autor de *Independence or Death*, livro sobre a Guerra da Independência brasileira, escreveu: “Seria uma questão de tempo até os brasileiros serem subjugados. Apenas assumindo o comando dos mares, eles poderiam cortar as rotas de suprimentos portuguesas, expulsar as suas tropas e assegurar a independência do território. Mas como? O Brasil não tinha Marinha de guerra, navios ou suprimentos nem oficiais ou marinheiros confiáveis”.

“De parte nenhuma vem nada”, queixava-se dom Pedro a dom João VI, em 21 de setembro de 1821. “Todos os estabelecimentos e repartições ficaram; os que comem da nação são sem-número [...], não há dinheiro [...], não sei o que hei de fazer.” Em outra carta, escrita em 24 de junho de 1821, o jovem príncipe, de apenas 22 anos, mostrava-se assustado com os desafios que a história lhe impunha. Implorava ao pai que o dispensasse do cargo e o chamasse de volta a Portugal: “Peço a Vossa Majestade que o quanto antes me faça partir”. Três meses depois, em 21 de setembro de 1821, portanto um ano antes do Grito do Ipiranga, repetia a súplica: “Peço a Vossa Majestade, por tudo quanto há de mais sagrado, me queira dispensar deste emprego que seguramente me matará pelos contínuos e horrorosos painéis que tenho, uns já à vista, e outros muito piores para o futuro”.



Dom João vi e o dinheiro podre

Mais tarde, no esforço de comprar navios, contratar oficiais e marinheiros mercenários e manter acesa a esperança de vencer Portugal na guerra pela independência, o governo tomou duas providências. Uma delas foi, a exemplo da metrópole, recorrer aos empréstimos internacionais. Os dois primeiros foram contraídos em 1824 e 1825, sendo 20% do montante retido pelos bancos como taxa de risco e pagamento de juros antecipados. O novo país já nascia endividado e assim permaneceria pelos dois séculos seguintes.

A segunda providência envolveu uma prática também conhecidíssima dos brasileiros até duas décadas atrás: a inflação. O tesouro comprava folhas de cobre por 500 a 660 réis a libra (pouco menos de meio quilo) e cunhava moedas com valor de face de 1.280 réis, mais do que o dobro do custo original da matéria-prima. Ou seja, era dinheiro podre, sem lastro, mas ajudava o governo a pagar suas despesas e dívidas de curto prazo. Dom Pedro havia aprendido a esperteza com o pai, dom João, que também recorrera à fabricação de dinheiro em 1814, para cobrir os gastos da perdulária corte, repleta de nobres sustentados pela coroa, em 1808.

MUDANÇAS NA ECONOMIA

Às dificuldades financeiras somavam-se os problemas econômicos. A Independência do Brasil ocorreu no meio de uma transformação importante na economia brasileira. A produção de açúcar e a mineração de ouro e diamantes estavam em decadência. Eram as duas grandes riquezas que haviam sustentado a prosperidade da colônia e sua metrópole nos séculos anteriores.

Muito dependente da mão de obra escrava, a produção açucareira entrara em declínio devido ao crescente combate ao tráfico negreiro pela Inglaterra e à mudança de tecnologia nos mercados competidores. Mais próxima dos mercados consumidores dos Estados Unidos e da Europa, a ilha de Cuba havia adotado engenhos movidos a vapor, o que tornara sua produção mais eficiente e barata em relação à brasileira.



Já nas antigas regiões produtoras de ouro e diamante, a prosperidade dera lugar à incerteza, à medida que as minas começaram a dar sinais de exaurimento. A novidade era o vulto tomado pela produção de algodão, destinada a abastecer os novíssimos teares mecânicos da Revolução Industrial inglesa. Despontava também, agora, o Vale do Paraíba, região das lavouras de

café. Cultivado em hortas e jardins botânicos até o começo do século XIX, esse produto se tornaria rapidamente a nova estrela da pauta de exportações.

Como resultado da abertura dos portos e da liberdade de comércio concedida por dom João em 1808, surgiu um crescente mercado brasileiro exportador e um próspero sistema de trocas internas entre as províncias, que já não dependiam do monopólio nem da intermediação da metrópole portuguesa, ao mesmo tempo que abria novas rotas de comunicação pelo interior do país.

Esse novo mercado interno, que contribuiria para aproximar os interesses entre os brasileiros das diferentes províncias, era prejudicado, no entanto, pela excessiva carga tributária. O abuso nos impostos vinha desde a época da colônia, quando foram criados para favorecer o monopólio português ou, já na época de dom João, para sustentar as despesas da corte no Rio de Janeiro. Na tentativa de reanimar a economia, já no primeiro mês após a partida de dom João para Portugal, dom Pedro aboliu o imposto do sal e sobre a navegação de cabotagem, duas barreiras que até então encareciam a produção de charque e o comércio regional. Mas só isso não bastava para enfrentar as grandes emergências da época.

O Brasil precisava economizar cada centavo das suas combalidas economias e, para dar exemplo, o príncipe tomou medidas drásticas de contenção das despesas domésticas, incluindo o corte do próprio salário e a venda de 1.134 dos 1.290 animais das cavalaria reais, apontadas pelo cônsul inglês James Henderson na época de dom João como uma das mais onerosas do mundo. Para reduzir as despesas na compra de milho, os escravos da fazenda real de Santa Cruz, situada nos arredores da cidade, foram incumbidos de produzir, no quintal do próprio palácio, o capim que serviria de ração para os 156 cavalos e mulas restantes, além de lavar as roupas de dom Pedro, sua família e seus empregados. “Comecei a fazer bastante economias, principiando por mim”, explicou, orgulhoso, ao pai na carta de 17 de julho de 1821. “Essas mudanças se fizeram quase de graça, porque os escravos [...] são os trabalhadores.”

Infelizmente, os empréstimos internacionais, a fabricação artificial de dinheiro, o pacote de estímulos às atividades econômicas e o corte nas despesas domésticas da corte eram simples medidas paliativas. Apenas adiaram e aliviaram a pressão dos problemas financeiros. Mas havia outros, ainda mais graves, a conspirar contra o sucesso do novo Brasil. De todos, o maior eram as divergências internas. Nem de longe os brasileiros estavam de acordo a respeito dos rumos a seguir.



Tropas brasileiras em Montevidéu

Em setembro de 1822, apenas Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais aderiram à independência proclamada por dom Pedro nas margens do Ipiranga. As demais províncias ou ainda estavam sob controle das tropas portuguesas, caso da Bahia, ou discordavam da ideia de trocar a tutela até então exercida por Lisboa pelo poder centralizado no Rio de Janeiro, caso de Pernambuco, que reivindicava maior autonomia regional. Na província Cisplatina (atual Uruguai), o comandante do regimento português, Álvaro da Costa de Souza Macedo, anunciou que só acataria as orientações das cortes e

encastelou suas forças em Montevideú. Foi sitiado pelas tropas brasileiras comandadas por Carlos Frederico Lecor, barão de Laguna desde 1818, numa guerra que se prolongaria por quase dois anos.

Nos dois anos que se seguiram ao Grito do Ipiranga, se todas as províncias problemáticas se separassem, o Brasil de hoje seria um território menor do que o da Argentina.

Uma prova dessa fragilidade regional pode ser medida na delegação brasileira enviada a Portugal para participar das votações das cortes entre 1821 e 1822. O Brasil tinha direito a 65 deputados, mas só 46 compareceram às sessões em Lisboa, o que os deixava em minoria frente à representação portuguesa, composta de cem delegados. Apesar disso, os brasileiros se dividiram nas votações. Com raras exceções, os delegados das províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Bahia se alinharam aos interesses portugueses e votaram sistematicamente contra as propostas brasileiras das demais regiões.



Debates sobre o futuro do novo país

Além das divisões regionais, havia as divergências políticas. Como visto anteriormente, vivia-se uma época revolucionária, em que o Ocidente debatia intensamente qual seria a forma ideal de organizar e governar as sociedades. O poder dos reis estava sendo contestado, mas havia muitas dúvidas a respeito de como substituí-lo por outro mais legítimo e eficaz. No Brasil, o projeto de

independência ganhara ampla aceitação, mas poucos concordavam a respeito do que fazer com o novo país depois de conquistada a autonomia. Na falta de partidos políticos organizados, essas noções eram debatidas e defendidas em igrejas, clubes e sociedades secretas, como a maçonaria. Ali se agrupavam, de um lado, monarquistas constitucionais, e, de outro, os republicanos; grupos com visões bem diferentes a respeito do futuro do Brasil.

ANTES QUE UM AVENTUREIRO LANCE MÃO

A república era, obviamente, a proposta que mais assustava quem tinha interesses estabelecidos. Ao romper com a ordem vigente e ampliar a participação nas decisões do poder, a nova forma de governo deixava o futuro muito mais incerto e ameaçador, especialmente para aqueles que tinham muito a perder. Além disso, a república era um modelo relativamente desconhecido na história da humanidade, e pouco testado na prática. O exemplo mais bem-sucedido era o dos Estados Unidos, que se haviam tornado independentes menos de meio século antes. Outras experiências, mais desanimadoras, vinham dos países vizinhos, as antigas colônias espanholas, às voltas com intermináveis guerras civis, nas quais já despontavam os primeiros caudilhos, que haveriam de marcar a história da América Latina independente.

Às vésperas de embarcar de volta para Lisboa, em 1821, dom João VI dera um sábio conselho ao filho dom Pedro, nomeado príncipe regente: “Pedro, se o Brasil tiver de se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para qualquer um desses aventureiros”. Nessa frase havia três mensagens. A primeira: depois de todas as transformações ocorridas desde 1808, a independência brasileira parecia inevitável. A segunda: o processo de separação tinha de ser controlado pela monarquia portuguesa e pela real família de Bragança. A terceira e última mensagem dizia que dom Pedro precisava evitar a todo custo que o novo país caísse nas mãos dos republicanos. Nas palavras cifradas de dom João, eram esses os “aventureiros” que estavam fazendo a independência da vizinha América espanhola.

Caberia ao ministro José Bonifácio de Andrada e Silva pôr em prática o projeto de dom João. Como líder dos monarquistas constitucionais, Bonifácio sustentava que só a permanência do príncipe regente no Rio de Janeiro garantiria a integridade territorial brasileira e o sucesso na luta contra os portugueses.

Foi o projeto que prevaleceu no final, graças à liderança de José Bonifácio. Era o que oferecia menos riscos naquele momento. O Brasil se manteve unido sob o governo do imperador Pedro I, cujos poderes, ao menos em parte, foram limitados por uma Constituição liberal. As divergências regionais e as tensões sociais foram sufocadas à custa de guerras, prisões, exílios e perseguições. Foi esse o caminho longo e penoso, repleto de incertezas, sangue e sofrimento, que o Brasil trilhou para assegurar sua independência.

DE MINAS AO IPIRANGA

Nossa narrativa volta agora ao dia 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga...

A jornada que levaria dom Pedro até aquele local começara algumas semanas depois do Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, nas montanhas de Minas Gerais. Alarmado com a notícia de rebelião nas cidades mineiras, dom Pedro viajou munido apenas de cara e coragem. Sua escolta era composta de dez pessoas apenas, incluindo o padre Belchior, que mais tarde seria testemunha do Grito do Ipiranga. Tratava-se, assim, de uma aventura de alto risco: um sequestro ou atentado ao herdeiro da coroa portuguesa comprometeria todo o processo de independência.

Além disso, foi uma viagem muito desconfortável. A inglesa Maria Graham, que na época estava no Brasil, conta que dom Pedro viajava “o dia inteiro, por estradas precárias e perigosas, molhado até os ossos pelas chuvas tropicais”, e que ao entardecer contentava-se em “jantar um bocado de toucinho e farinha de mandioca”. À noite, dormia em lugares improvisados, usando como cama uma porta ou uma janela arrancada da parede para protegê-lo do chão frio.



Dom Pedro em sua viagem ao riacho Ipiranga

Nada disso parecia abalar o ânimo de dom Pedro. Ao contrário, estava fascinado com o que via pelo caminho. Era a primeira vez que se embrenhava pelo interior do Brasil desde que chegara ao Rio de Janeiro, em 1808, na época um menino de apenas nove anos, na companhia do pai, dom João, e da mãe, Carlota Joaquina. Até então desconhecia por completo a paisagem e os habitantes do interior do país que o pai havia deixado a seus cuidados.

Ao passar pela fazenda do padre Correia, no alto da serra fluminense, ficou tão encantado com o lugar que mais tarde compraria a propriedade vizinha, chamada Córrego Seco. Ali seria criada a cidade de Petrópolis, onde seu filho, Pedro II, se refugiaria no verão com a corte do Segundo Reinado.

Os mineiros o acolheram de braços abertos. Dom Pedro percorreu Barbacena, São João del-Rei, Vila Rica e outras localidades menores. Foi aclamado e festejado por onde passou. Ao chegar a Vila Rica, em vez de enfrentar resistência, foi recebido de joelhos pelo tenente-coronel José Maria Pinto Peixoto, que a partir daquele momento se tornou um de seus mais fiéis

aliados. Por sua vez, o juiz de fora Cassiano Esperidião de Melo Matos, o chefe rebelde, foi preso e despachado para o Rio.

Encerrada a jornada vitoriosa, dom Pedro voltou para a capital em disparada, percorrendo 530 quilômetros em apenas quatro dias e meio. E isso para poder, à noite, ir ao teatro e anunciar que a situação em Minas estava calma. Foi recebido em delírio pela plateia, que lotava a casa. Repetiria a façanha após o Grito do Ipiranga, ao cruzar os cerca de quinhentos quilômetros entre São Paulo e Rio de Janeiro em cinco dias, trajeto que um correio da época fazia normalmente em oito.

As cavalgadas épicas asseguraram ao príncipe a lealdade do coração geográfico do Brasil formado por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As três províncias garantiriam o apoio de que necessitava para efetivar a Independência, depois do Grito do Ipiranga.

EM SÃO PAULO

A segunda viagem ao interior do país, rumo a São Paulo, começou no dia 14 de agosto de 1822. O objetivo, como na ocasião anterior, foi apaziguar os ânimos na província, dividida entre dois grupos políticos. Um era ligado à família do ministro José Bonifácio e o outro, ao coronel Francisco Inácio de Sousa Queirós, comandante da força pública e aliado de João Carlos Augusto de Oeynhausen, presidente da Junta Provisória local, nomeada pelas cortes.

Também neste caso, a escolta era pequena. Ao partir do Rio de Janeiro, ainda sem guarda de honra, cinco pessoas o acompanhavam. O grupo foi aumentando à medida que se aproximava de São Paulo. Na localidade de Venda Grande, juntaram-se à comitiva o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo e o padre Belchior.

Numa demonstração de apoio a José Bonifácio, logo na primeira noite de viagem, na Real Fazenda de Santa Cruz, dom Pedro negou-se a receber Oeynhausen, que por ali passava a caminho do Rio de Janeiro. Ordenou que seguisse direto e se apresentasse à princesa Leopoldina e ao próprio ministro.



Em várias localidades do interior paulista, sempre foi recebido com festa, curiosidade e homenagens. Era a primeira vez que a população humilde do Vale do Paraíba e cidades vizinhas via um membro da família real portuguesa. Todos se surpreendiam com a simplicidade e os modos quase grosseiros do príncipe regente. Apesar da solenidade do momento e das consequências dramáticas que a viagem teria na história do Brasil, em algumas ocasiões dom Pedro se comportava como um adolescente em férias.

A certa altura, na travessia de um rio, em vez de embarcar na balsa enfeitada que os moradores haviam colocado à disposição da comitiva, esporeou o cavalo e entrou direto na água. Chegou rapidamente à outra margem, molhado até a cintura. Diante do espanto das pessoas que testemunhavam a cena, perguntou quem teria roupas do seu tamanho. Apresentou-se um rapaz chamado Adriano Gomes Vieira de Almeida. Sem fazer cerimônias, dom Pedro pediu-lhe que tirasse as calças. “Pois bem, troquemos nossos calções”, disse. Feita a troca, seguiu viagem com as calças secas, enquanto Adriano ficava para trás, encharcado, mas orgulhoso de ter prestado um favor ao príncipe.

Em Água Preta, hoje bairro da cidade de Pindamonhangaba, um grupo de cavaleiros foi dar-lhe as boas-vindas. Dom Pedro ficou encantado com a beleza dos cavalos e saiu em disparada, acompanhado pelos demais. Um dos cavaleiros, mais idoso e cansado, ficou para trás. O príncipe voltou e, em meio a gargalhadas, foi chicoteando o animal até a entrada da cidade, obrigando-o a acompanhar o restante do grupo. Em Taubaté, escapou durante a noite para

visitar uma prostituta. Dias mais tarde, já em Santos, encantou-se com uma jovem mulata ao atravessar uma rua. Cercou-a, fazendo galanteios, e tentou segurá-la pelos braços. Irritada e sem reconhecer o príncipe, a moça deferiu-lhe uma bofetada e saiu correndo. Dom Pedro não se ofendeu. Procurou informações sobre a mulher até descobrir que se tratava de uma escrava, mucama de estimação de uma das famílias mais conhecidas da cidade. Ainda tentou comprá-la, sem sucesso.



Antigo aspecto do bairro da Penha, em São Paulo

Ao chegar à localidade da Penha, hoje um populoso bairro da zona leste de São Paulo, despachou o alferes Canto e Melo e o ajudante Gomes da Silva para a capital da província com o objetivo de sondar o que se passava. Os dois retornaram à meia-noite dizendo que estava tudo tranquilo. No dia seguinte, assistiu à missa e ditou algumas ordens ao secretário Saldanha da Gama. Entrou em São Paulo acompanhado da guarda de honra que as cidades do Vale do Paraíba haviam organizado na sua passagem.



A cerimônia do beija-mão

QUASE ALDEIA

A cidade se enfeitou para homenagear o príncipe. Recebido debaixo de um pátio, acompanhou um *Te Deum* na igreja da Sé. Depois se dirigiu ao Palácio do Governo, construção no Pátio do Colégio demolida mais tarde, para um beija-mão, antiga cerimônia da monarquia de Portugal popularizada no Brasil por dom João VI nos treze anos de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Na noite de 25 de agosto, os prédios públicos e diversas casas do centro da cidade colocaram luminárias nas janelas.

A São Paulo que hospedou dom Pedro era ainda “uma pequena cidade, quase aldeia, de âmbito acanhado e de ruas pouco extensas, estreitas e tortuosas”, na descrição do historiador Afonso A. de Freitas. Com 28 ruas, dez travessas, sete pátios, seis becos e 1.866 casas, o vilarejo abrigava na área urbana somente 6.920 habitantes. Incluindo os arrabaldes mais afastados e a zona rural, a população não passava de 20 mil pessoas.

Havia escassez de homens na São Paulo da Independência. As mulheres formavam quase 60% da população. Eram 2.916 homens contra 4.004 moradoras. Para complicar o quadro, no primeiro semestre de 1822, a população masculina tinha sido desfalcada pelos 1.200 soldados do Batalhão

de Caçadores que, a pedido de dom Pedro, São Paulo enviara ao Rio de Janeiro para ajudar na defesa da cidade, ameaçada pelas tropas portuguesas da Divisão Auxiliadora comandada pelo general Jorge de Avilez.

Entre os profissionais relacionados no precário censo populacional de São Paulo no ano da Independência, aparecem sete médicos, três boticários (farmacêuticos), dois advogados, nove professores, um tabelião, 92 costureiras, 48 rendeiras, 46 negociantes, um fabricante de colchas de algodão, 24 carpinteiros, 21 alfaiates, quinze ferreiros, vinte sapateiros, três violeiros e um barbeiro, que também era sineiro da igreja da Sé.

Ao chegar a São Paulo, dom Pedro começou a trabalhar em ritmo acelerado. A jornada começava às oito horas da manhã e ia até as duas da madrugada. O príncipe conversava, ouvia e decidia as questões urgentes. Recebeu delegações, que foram saudá-lo, de Itu, Sorocaba, Campinas e Santos. O poeta e latinista Vicente da Costa Taques Góis e Aranha foi vê-lo vestido com um casacão vermelho, camisa de babados, galardões dourados, peruca com rabicho e um espadagão na cintura — uma indumentária do século XVII. Ao vê-lo, dom Pedro caiu na gargalhada e o capitão se retirou magoado com a grosseria. Rapidamente, o príncipe se arrependeu e foi procurá-lo para pedir desculpas. Alguns meses depois, ainda tentando reparar o estrago, concedeu-lhe as condecorações da Ordem do Cruzeiro e da Ordem de Cristo.



Vicente da Costa

No dia 29 de agosto, presidiu a escolha do novo governo provisório. Oeynhausen, o presidente destituído, adversário de Bonifácio, foi reeleito. Dom Pedro respeitou a decisão e mais tarde o promoveria a marquês de Aracati. Também nesse dia, o jovem príncipe iniciou “a mais séria e mais escandalosa de suas aventuras de amor”, na definição do historiador Tarquínio de Sousa. Foi seu primeiro encontro com Domitila de Castro Canto e Melo, futura marquesa de Santos, a mulher cuja influência no coração do primeiro imperador brasileiro mudaria os rumos de sua vida e do próprio país.



Primeiro encontro de dom Pedro e Domitila

CONSTRUINDO LENDAS

No dia 5 de setembro, finalmente, desceu a serra do Mar até Santos. Curiosamente, já na noite de 7 de setembro, mito e realidade começaram a se misturar na história da Independência brasileira, como se veria no episódio da aclamação de dom Pedro como primeiro rei brasileiro.

Logo após o Grito e acompanhado pela guarda de honra, desde aquele momento rebatizada com o pomposo nome de Dragões da Independência, conta-se que dom Pedro teria chicoteado sua “baia gateada” para então vencer os últimos cinco quilômetros do total de setenta que percorreria naquele dia em seu retorno a São Paulo.

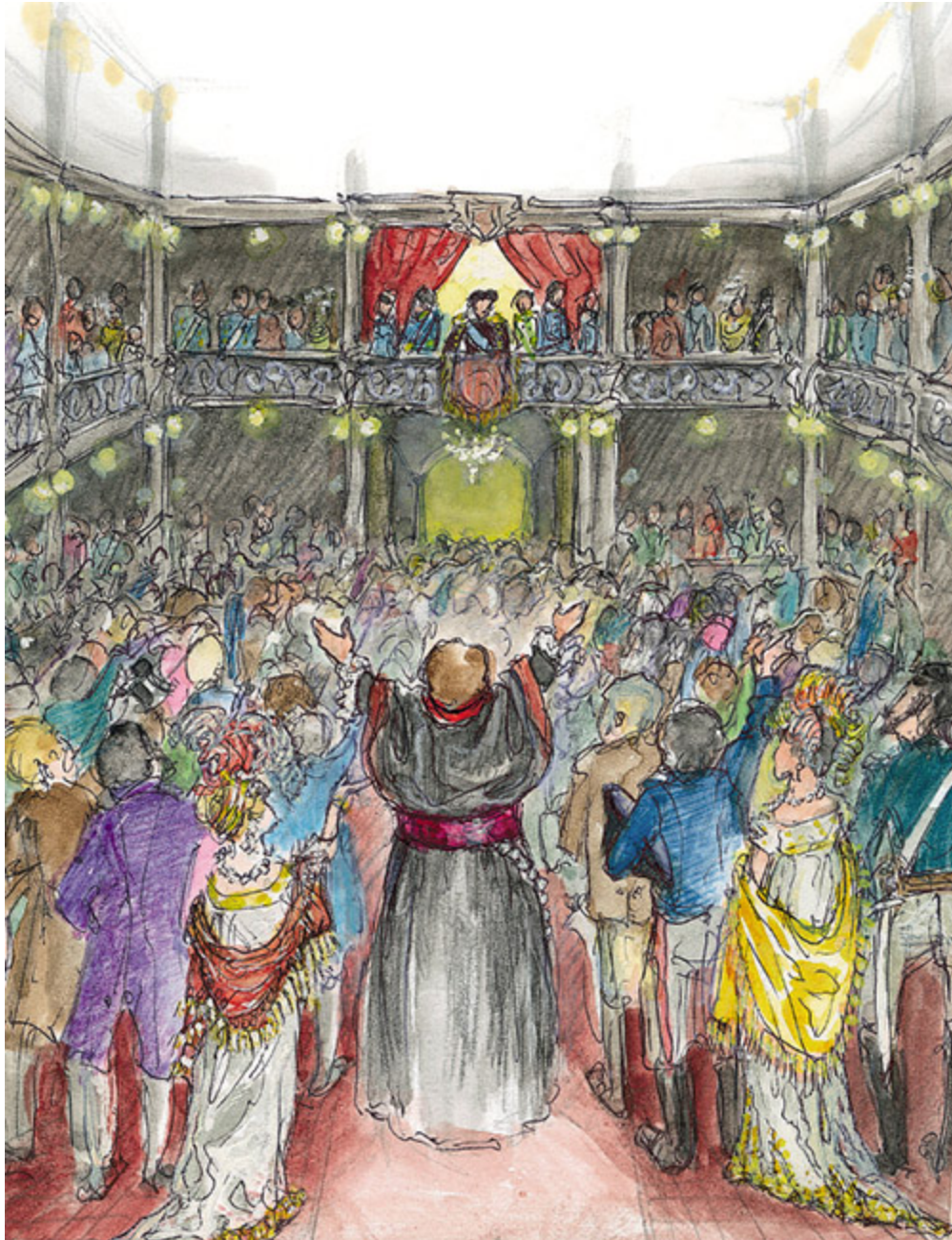
Faltava uma hora para o pôr do sol quando entrou na cidade, saudado pelos sinos das igrejas e pelos escassos moradores que se aglomeravam nas ruas de terra batida. Exausto, empoeirado e ainda debilitado pelos problemas intestinais, recolheu-se ao Palácio dos Governadores, o mesmo que o havia hospedado dias antes, ao chegar do Rio de Janeiro.

Só que as notícias dos extraordinários acontecimentos daquela tarde às margens do Ipiranga haviam se espalhado rapidamente. Na frente do acanhado teatrinho do Pátio do Colégio, um grupo de partidários da independência ligado à Igreja e à maçonaria reuniu-se para decidir o que fazer. Era preciso homenagear o príncipe, mas ninguém sabia exatamente como proceder. Obviamente, não havia tempo de preparar um *Te Deum*, nem uma recepção de gala, como a situação pedia. Era necessário improvisar. Por isso, decidiu-se aproveitar a encenação da peça *O convidado de pedra*, marcada para aquela noite.

Dom Pedro gostava de teatro e sua presença no camarote principal já estava confirmada. Entrou no teatro às 21h30 e, como previsto, dirigiu-se ao camarote sem saber da homenagem que lhe prestariam. Antes que o espetáculo começasse, o padre Ildefonso Xavier Ferreira, membro do grupo que acompanhava dom Pedro, levantou-se do camarote número 11, onde se reunia o grupo de maçons, e desceu à plateia. Ali, colocou-se de pé na terceira bancada, bem em frente ao lugar ocupado pelo príncipe, respirou fundo e se preparou para cumprir seu papel.

Na hora de fazer a aclamação, porém, ficou inseguro e relutou por alguns segundos. “Temia que o príncipe não aceitasse”, contou depois. “Então, eu seria preso como revolucionário.” Por fim criou coragem e soltou o vozeirão: “Viva o primeiro rei brasileiro!”.

Para seu alívio, dom Pedro inclinou-se em sinal de aprovação e agradecimento. Era a senha para que todo o teatro viesse abaixo e repetisse o brado do padre Ildefonso:



— Viva o primeiro rei brasileiro!

— Viva o primeiro rei brasileiro! — explodiu a multidão.

Animado com a repercussão, padre Ildefonso repetiu o grito três vezes. “Virou o herói da noite diante daquele que havia sido o herói do dia”, na

inspirada definição de Octávio Tarquínio de Sousa.

Ora, se a aclamação de dom Pedro como primeiro rei brasileiro foi decidida às pressas e de modo improvisado nos momentos que se seguiram ao Grito do Ipiranga, a história oficial, no entanto, se encarregou de propagar a versão de que aquela noite teria sido épica, repleta de celebrações, discursos e composições inspiradas. Entre outras proezas, no intervalo de apenas cinco horas, entre o Grito do Ipiranga e o início do espetáculo no teatrinho do Pátio do Colégio, o próprio dom Pedro teria composto, ensaiado e executado o atual Hino da Independência, aquele que até tempos atrás todo estudante de ensino médio sabia de cor.

Dom Pedro era de fato um músico talentoso, capaz de fazer composições de qualidade bastante razoável. Ainda assim, seria extraordinário que tivesse realizado tal proeza em tempo tão escasso, ainda mais considerando que o hino tem estrutura bastante complexa. Isso jamais aconteceu. “Este caso da composição do hino é lenda imaginada pela bajulação cortesã”, escreveu o historiador Alberto Sousa, autor de uma inspirada biografia da família Andrada, publicada em 1922. Segundo ele, dom Pedro já teria partido do Rio de Janeiro com outra música ensaiada, que seria executada naquela noite. Era o Hino Constitucional Português, de autoria do maestro Marcos Antônio Portugal, amigo e professor do príncipe regente — o que confirma a hipótese de certa premeditação nos acontecimentos do dia 7 de setembro.

A música do atual Hino da Independência foi composta por dom Pedro, mas numa data posterior ao Sete de Setembro. A letra é de um poema chamado “Brava gente”, de autoria de Evaristo da Veiga:

*Ou ficar a pátria livre
Ou morrer pelo Brasil*

PARA SAIR BEM NO QUADRO

No fim do Primeiro Reinado, Evaristo se tornaria um dos grandes jornalistas brasileiros, mas em 1822 era caixeiro de uma livraria na rua dos Pescadores, 49, no Rio de Janeiro, e poeta nas horas vagas. Os versos emprestados ao Hino da Independência faziam parte inicialmente do Hino Constitucional Brasiliense, composto por Evaristo no Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1822, portanto dois dias depois da partida de dom Pedro para São Paulo. Dificilmente as pessoas que estavam no teatrinho do Pátio do Colégio na noite de 7 de setembro conheceriam essa letra.



Uma segunda construção mitológica na história oficial da Independência é o próprio quadro que celebra o Grito do Ipiranga. A obra de Pedro Américo em nada lembra a simplicidade e os transtornos enfrentados por dom Pedro na cena real da Independência descrita pelo padre Belchior e pelo coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo. O príncipe aparece montado em um belo cavalo cor de canela, e não em uma mula, e está impecavelmente vestido com o uniforme de gala que costumava usar nas cerimônias oficiais. A guarda de honra é exibida com os uniformes que só mais tarde seriam desenhados para os Dragões da Independência, que hoje fazem a guarda do presidente da República em Brasília. Também montados em cavalos fogosos, os soldados descrevem um semicírculo diante do príncipe, que, do alto da colina, aponta a espada para o céu no momento do Grito. À esquerda do quadro, um sertanejo

com um carro de bois contempla a cena como se nada entendesse do que estava acontecendo.

O quadro de Pedro Américo foi apresentado ao imperador Pedro II na Academia Real de Belas-Artes de Florença no dia 8 de abril de 1888, ou seja, 66 anos depois da Independência. Também convidada para a cerimônia, a rainha Vitória, da Inglaterra, chegou surpreendentemente atrasada, quando os convidados já se retiravam do edifício. Foi um dos últimos grandes eventos do Império brasileiro. No ano seguinte seria proclamada a República. No texto de apresentação de sua obra, Pedro Américo disse que trocou a mula por um cavalo porque tal montaria não condizia com a cena da Independência. Pela mesma razão, fugiu de qualquer insinuação de fragilidade do príncipe naquele momento, decorrente dos problemas intestinais. “Se tal ocorrência foi com efeito real, e até mereceu atenção do cronista, ela é indigna da história, contrária à intenção moral da pintura, e por consequência imerecedora da contemplação dos pósteros”, escreveu o pintor.

Em outras palavras, era preciso adaptar a narrativa histórica aos valores que se pretendia que o quadro representasse. A versão era mais importante do que a realidade. Começava ali a construção de um país mais imaginário do que real.

Mais tarde se descobriu que a cena não havia sido apenas alterada. A pintura de Pedro Américo era uma cópia quase idêntica de outra obra famosa, o quadro *1807, Friedland*, obra do francês Jean-Louis Ernest Meissonier, hoje exposta no Metropolitan Museum de Nova York. Meissonier havia concluído o quadro em 1875, treze anos antes da obra de Pedro Américo, com o objetivo de celebrar uma famosa vitória do imperador Napoleão Bonaparte. Autora de um estudo sobre o tema, a historiadora Cláudia Valladão de Mattos afirma que, antes de fazer *Independência ou morte*, Pedro Américo “estudou detalhadamente” a tela de Meissonier. No texto de 1888, em momento algum o pintor brasileiro se refere ao trabalho do colega francês.



Dom Pedro i e Napoleão Bonaparte

DOM PEDRO I

Dom Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon foi um meteoro que cruzou os céus da história numa noite turbulenta. Primeiro imperador do Brasil e 29º rei de Portugal, viveu apenas 35 anos, mas tornou-se um enigma que permanece nos livros e nas obras populares que inspirou. Raros personagens passaram para a posteridade motivando opiniões tão controversas. Nos séculos seguintes, sua imagem vem sendo moldada, polida ou desfigurada de acordo com as conveniências políticas de cada momento.

Em 1972, ano do Sesquicentenário da Independência, dom Pedro foi mostrado no filme brasileiro *Independência ou morte* como um herói de porte marcial, sem vacilações nem defeitos, interpretado pelo ator Tarcísio Meira. Era a moldura que lhe cabia naquele momento em que o governo militar torturava presos políticos, propagandeava o milagre econômico e tentava dourar a história oficial nas aulas de educação moral e cívica e organização social e política brasileira.

Em 2002, reapareceu na série *O quinto dos infernos*, da Rede Globo, transfigurado em jovem boêmio, farrista e mulherengo, na pele do ator Marcos Pasquim. Era a imagem que lhe estava reservada numa fase de grandes transformações, em que pela primeira vez um retirante nordestino, sindicalista e metalúrgico chegava ao poder. “Nunca antes na história deste país...”, seria o bordão favorito do presidente Luís Inácio Lula da Silva, numa demonstração de que era preciso novamente reescrever a história para adaptá-la aos novos tempos.



Dom Miguel, irmão de dom Pedro

O duplo papel de herói e vilão se repete em Portugal, onde dom Pedro IV — título sob o qual assumiu a coroa portuguesa por brevíssimos sete dias após a morte do pai, em 1826 — ainda hoje é visto com repúdio ou admiração, dependendo das convicções políticas do interlocutor. Há quem argumente que ele enfrentou e derrotou o irmão, dom Miguel, que havia usurpado o trono e mergulhado o país em longo período de terror e perseguições. Há, por outro lado, os que lembram que, como português e representante da coroa portuguesa, proclamou a Independência do Brasil, com isso selando a decadência política e econômica de Portugal.

QUIXOTESCO DO COMEÇO AO FIM

Dom Pedro nasceu em 12 de outubro de 1798 no palácio de Queluz, quinze quilômetros ao norte de Lisboa, no mesmo quarto em que morreria 35 anos mais tarde. Situado no segundo andar do edifício, com janelas que se abrem para os jardins inspirados no palácio de Versalhes, na França, o quarto chama-se Dom Quixote. As paredes e o teto são decorados com cenas das façanhas do personagem criado pelo espanhol Miguel de Cervantes. Um dos mais notáveis heróis de todos os tempos, Dom Quixote de la Mancha enfrentava moinhos de vento, que enxergava como gigantes, e amava de maneira incondicional Dulcineia, mulher humilde, sem beleza, considerando-a a mais linda e mais nobre das donzelas.

Não poderia haver ambientação mais adequada para o começo e o fim da existência deste rei que fez a independência de um país, reconquistou outro nos campos de batalha, esforçou-se para modernizar as leis e as sociedades que governou, amou muitas mulheres, dedicou-se à política com paixão, foi bom soldado e chefe carismático, viveu à frente de seu tempo e teve uma morte heroica e romântica.

Entre a Independência e a derrota de dom Miguel, abdicou de duas coroas — a portuguesa, em 1826, e a brasileira, em 1831. E recusou outras duas: a da Espanha, que lhe foi oferecida três vezes pelos liberais que lutavam contra o rei Fernando VII, e a da Grécia, país que o convidou para, na condição de monarca, liderar a guerra contra os turcos-otomanos em 1822.



Dom Quixote, personagem de Cervantes

Por onde passou despertou ódios e paixões com igual intensidade. Na Independência, era amado pelos brasileiros e odiado pelos portugueses, que o acusavam de trair sua terra natal. Em 1831, ao abdicar do trono brasileiro, a situação se inverteu. Dom Pedro era odiado pelos liberais brasileiros, que o

acusavam de tramar um golpe absolutista e a restauração do domínio português, e amado pelos liberais portugueses, que o festejavam como defensor das liberdades na luta contra o absolutismo de dom Miguel.

Considerava Napoleão Bonaparte — o homem que havia forçado seu pai a fugir de Portugal em 1807 — o “maior herói da história”. Além de admirador, dom Pedro foi ligado ao imperador francês por laços de família. Sua primeira mulher, a princesa austríaca Leopoldina, era irmã de Maria Luísa, com quem Napoleão havia se casado em segundas núpcias. Quando Leopoldina morreu, dom Pedro casou-se com Amélia, filha de Eugênio de Beauharnais, por sua vez filho de Josefina, primeira mulher de Napoleão. Assim como seu ídolo, exerceu o poder com mão de ferro e não hesitou em demitir, prender, exilar e mandar executar todos os que ousaram contrariar suas vontades. Foi um monarca de discurso liberal e prática autoritária.

Em 1823, dissolveu a Assembleia Constituinte, que ele mesmo convocara, mas que não se curvara a suas exigências. No ano seguinte, porém, outorgou ao Brasil uma das constituições mais liberais da época e até hoje a mais duradoura na história do país — só seria revogada em 1891, depois da Proclamação da República. Ao morrer, em 24 de setembro de 1834, duas semanas antes de completar 36 anos, deixaria sucessores soberanos em cada margem do Atlântico: em Portugal, a filha mais velha, Maria da Glória, coroada com o nome de dona Maria II; no Brasil, o filho Pedro de Alcântara, que assumiria o trono em 1841 como dom Pedro II.

O GOSTO DO MANDO

Dom Pedro era moreno, alto, de estatura acima da média, ombros largos, cabelos encaracolados, bigodes e costeletas fartas. No rosto se destacavam os olhos negros e brilhantes. A pele era levemente marcada pelos sinais da varíola, doença à qual sobrevivera na infância.

Do pai, herdou a paixão pela música. E só. Ao contrário de dom João VI, famoso pela falta de asseio pessoal e pela índole sedentária, tomava banho e

fazia exercícios físicos regularmente. Em público, vestia-se com elegância, como mostram os quadros do pintor francês Jean-Baptiste Debret.



Dom Pedro e sua indumentária doméstica

Sua indumentária doméstica, no entanto, era muito simples. Ao chegar ao palácio, em setembro de 1824, a inglesa Maria Graham encontrou-o a sua espera no portão “de chinelos sem meias, calças e casaco de algodão listrado e um chapéu de palha forrado e amarrado com uma fita verde”.

Hiperativo, acordava às seis horas da manhã e ia dormir só depois das onze da noite. Devoto de Nossa Senhora, galopava pela manhã de São Cristóvão à igreja da Glória só para ouvir a missa. De volta ao palácio, almoçava às nove horas e jantava às duas da tarde. Gastava menos de vinte

minutos em cada refeição. Tinha o apetite voraz, mas hábitos gastronômicos simplórios: seu quitute preferido era um pedaço gorduroso de carne de porco ou de boi com arroz, batata e abóbora cozida — tudo misturado no mesmo prato.



Debret pinta dom Pedro

Como detestava delegar poderes a ministros e auxiliares, fazia quase tudo sozinho: inspecionava os navios no porto, visitava as fortalezas, percorria as repartições públicas para conferir se os funcionários trabalhavam direito, ia ao teatro ver os preparativos para os espetáculos, supervisionava as cavalaria do palácio e se imiscuía em questões pequenas diante da importância do cargo que ocupava. Numa ocasião, chegou de surpresa às lojas do centro do Rio de Janeiro, depois de receber a denúncia de que os comerciantes fraudavam as medidas para enganar os clientes na venda de tecidos e outras mercadorias. Munido da medida-padrão do Império, foi de loja em loja mensurando as réguas métricas e tomando nota dos infratores, que seriam punidos mais tarde.

Apesar da agenda lotada, ainda tinha tempo para suas famosas escapadas amorosas, que muitas vezes invadiam as madrugadas.

Cioso de sua autoridade, dom Pedro sempre iniciava suas cartas com o pronome possessivo na primeira pessoa: “meu conde”, “meu Barbacena”,

“meu Queluz”, “meu pai”, “meu Senhor”, “meu filho”. Tinha prazer em mandar e abominava ser desafiado.

“Ao contrário do pai, cujo horror a tomar decisões levava-o a adiá-las e contorná-las o mais possível, possuía o gosto, a volúpia do mando”, afirmou Octávio Tarquínio de Sousa, seu biógrafo. “Nascera para ser chefe, para governar, para ser obedecido.” No tratamento com os ministros era sempre autoritário e inquisitivo, usando expressões como “eu lhe ordeno” ou “execute literalmente”. Numa carta a João Severiano Maciel da Costa, ministro do Império e futuro marquês de Queluz, deu um conselho tipicamente brasileiro: “Não preciso recomendar-lhe que faça muito espalhafato, indo aos Arsenais, Alfândegas etc. etc.; já governou e sabe muito bem como se engana o povo...”.

Mesmo nascido numa família real, mantinha negócios paralelos, alguns até mesquinhos, que não combinavam com as altas responsabilidades da função de imperador. Na juventude, dom João VI o repreendeu ao descobrir que comprava cavalos comuns no Rio de Janeiro, marcava-os com o selo da Real Fazenda de Santa Cruz e os revendia por um preço muito maior para pessoas que queriam ostentar proximidade com a corte.

Era impaciente com as regras e as restrições do cerimonial da corte. Nesse aspecto, assemelhava-se à mãe, a geniosa espanhola Carlota Joaquina, também conhecida pela destreza com os cavalos e pelas aventuras sexuais. Como a mãe, adorava cavalgar e disputar corridas de carruagens, em disparada e açoitando os animais com chicotes. O cronista Luiz Lamago diz que teria sofrido ao todo 36 quedas a cavalo. Numa delas, havia fraturado quatro costelas.



Carlota Joaquina

Certa vez, um de seus animais perdeu a ferradura enquanto cavalgava nos arredores do Rio. Dom Pedro bateu à porta de um ferreiro e lhe deu ordens para ferrar a montaria. Ao perceber que o homem não dominava bem o ofício, tomou-lhe as ferramentas e ordenou: “Sai daí, porcalhão”. Em poucos minutos, fez o serviço sozinho.

“Dom Pedro sabia melhor que os moços das cavalaria tratar, dar banhos, sangrar e ferrar cavalos e muito se vangloriava disso”, afirmou Carlos Oberacker Jr., biógrafo da imperatriz Leopoldina. “Vivia a maior parte do dia em companhia dos lacaios e criados, ou dos filhos destes, adotando sua gíria grosseira e obscena, salpicando a conversa de expressões que um homem bem-educado não pronunciaria.”



MAU PERDEDOR

Gostava de jogar, mas era mau perdedor. O viajante francês Jacques Arago contou ter sido convidado pelo imperador para uma partida de bilhar quando estava no Rio de Janeiro. Conhecedora do caráter impulsivo do marido, a imperatriz Leopoldina aproximou-se do francês antes que o jogo começasse e cochichou-lhe ao ouvido: “Deixe-o ganhar algumas partidas, meu marido é bastante colérico”. Arago, que era um excelente jogador, não lhe deu atenção e ganhou todas as partidas. Dom Pedro reagiu de forma desesperada produzindo “uma cena de pessoas perversas em uma das piores tavernas de nossos arrabaldes”, segundo o relato do viajante.

“Era sujeito a súbitas alterações de humor e a violentas e repentinas explosões que tornavam difícil o seu convívio”, apontou a historiadora Isabel Lustosa. E “eram logo sucedidas por atitudes de franca conciliação, quando dava demonstrações exageradas de arrependimento a quem antes ofendera”.

O espírito indomável seria abatido apenas pelos ataques de epilepsia, doença caracterizada por uma violenta descarga elétrica no cérebro que, dependendo da área atingida, faz o paciente perder os sentidos e se debater em convulsões.

Nascido em uma das cortes mais conservadoras da Europa, dom Pedro era o segundo filho homem de dom João e Carlota Joaquina. Nessa condição, estaria destinado a levar uma vida tranquila e pacata. A dura tarefa de governar caberia ao irmão, dom Antônio, herdeiro natural do trono e três anos mais velho que ele. Mas na real família de Bragança havia uma lendária maldição: todos os filhos primogênitos morreriam ainda na infância. Segundo a tradição, tratava-se de uma praga rogada contra o fundador da dinastia, o duque de Bragança, restaurador da independência portuguesa em 1640 com o título de dom João IV, após a longa união ibérica em que o trono foi ocupado por reis espanhóis.

Conta a lenda que certo dia um frade franciscano pediu uma esmola ao duque de Bragança, que, de mau humor, em vez de dinheiro, deu-lhe um pontapé. Em represália, o frade lançou-lhe a maldição segundo a qual nenhum filho primogênito da real dinastia viveria o suficiente para herdar o trono do pai.

De fato, foi exatamente o que aconteceu desde então em todas as gerações dos Bragança, sem exceção, tanto no Brasil como em Portugal, até a chegada da República nesses dois países. A partir daí, os pequenos príncipes poderiam sobreviver porque já não tinham direito a coroa alguma.



O frade e o duque de Bragança

TEXTOS VULGARES

São escassas ou imprecisas as informações sobre a educação de dom Pedro. Cartas e bilhetes hoje preservados nos arquivos revelam domínio precário da língua portuguesa. Há erros de ortografia, concordância e, em especial, falta de pontuação. Os textos têm palavras vulgares, mais dignas de um cavaleiro do que de um príncipe. Os poemas que perpetrou eram medíocres. Dom João VI recomendou-lhe de Lisboa: “Quando escreveres, lembra-te que és um príncipe e que os teus escritos são vistos por todo mundo e debes ter cautela não só no que dizes mas também no modo de te explicares” — um conselho que dom

Pedro, obviamente, não levou em conta. Uma carta de 1822 a José Bonifácio, escrita da cidade de Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, começava assim: “Nu em pelo, pego na pena para lhe participar que vamos bem”.

Seu biógrafo Octávio Tarquínio de Sousa assegura, no entanto, que essa imagem é falsa. Segundo ele, embora não fosse um leitor assíduo e disciplinado, dom Pedro “leu mais do que pretende inculcar a imagem de um semianalfabeto”. Suas leituras incluíam obras de propagadores das novas ideias políticas, como Voltaire, um dos pais da Revolução Francesa. “O meu esposo, Deus nos valha, ama as novas ideias”, uma assustada princesa Leopoldina escreveu em junho de 1821 ao pai, o absolutista Francisco I, imperador da Áustria.

Na música, sua educação foi bem mais esmerada, incluindo professores como os maestros e compositores Marcos Antônio Portugal, José Maurício Nunes Garcia e Sigismund Neukomm. Como resultado, a obra musical de dom Pedro ainda hoje surpreende os especialistas, com destaque para os acordes que compôs para o Hino da Independência. Anos mais tarde, depois de abdicar do trono brasileiro, em 1831, tornou-se amigo, em Paris, do compositor Gioacchino Rossini, que se dizia encantado com os conhecimentos musicais de dom Pedro.

A troca de cartas com o pai nas vésperas da Independência revela a rápida evolução política do príncipe. No começo, mostra-se titubeante em relação à causa brasileira e até contrário a ela. Em 4 de outubro de 1821, menos de um ano antes do Grito do Ipiranga, ainda jurava fidelidade ao pai e a Portugal, como se a Independência do Brasil fosse resultado de uma conspiração na qual ele não queria, em hipótese alguma, tomar parte:

A Independência tem-se querido cobrir comigo e com a tropa; com nenhum conseguiu, nem conseguirá; porque a minha honra e a dela (da tropa) é maior que todo o Brasil; queriam-me e dizem que me querem aclamar Imperador; protesto a Vossa Majestade que nunca serei perjuro, e que nunca lhe serei falso; e que eles farão esta loucura mas será depois de eu e todos os portugueses estarmos feitos em postas. [...] É o que juro a Vossa Majestade, escrevendo nesta com meu sangue estas seguintes

palavras: juro ser sempre fiel a Vossa Majestade, à Nação portuguesa e à Constituição portuguesa.

No dia seguinte, repetiria o tom da carta em uma proclamação ao povo do Rio de Janeiro: “Estais iludidos, estais enganados e [...] estais perdidos se intentardes outra ordem de coisas, se não seguirdes o caminho da honra e da glória”. Encerrava com uma advertência: “Sossego, fluminenses!”.

Era um jogo de faz de conta, para tentar acalmar as tropas portuguesas aquarteladas no Rio de Janeiro e na Bahia, e contra as quais dom Pedro ainda não tinha forças militares suficientes para resistir. O ânimo do príncipe mudou por força das ordens arrogantes das cortes de Lisboa para que voltasse imediatamente a Portugal, o que gerou uma onda de protestos no Brasil, e da morte do filho primogênito, o príncipe João Carlos.

REINAÇÕES DE UM PRÍNCIPE

Em 26 de julho de 1822, no caminho que o levaria às margens do Ipiranga, ele escrevera ao pai: “Eu, Senhor, vejo as coisas de tal modo (falando claro) que relações com Vossa Majestade só familiares, porque assim é o espírito público do Brasil. [...] É um impossível físico e moral Portugal governar o Brasil, ou o Brasil ser governado por Portugal. Não sou rebelde [...] são as circunstâncias”.

Em 22 de setembro, já consumada a independência, o tom é mais duro: “De Portugal nada, nada; não queremos nada!”. Critica “os decretos pretéritos dessas facciosas, horrorosas, maquiavélicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas cortes” e avisa que “triunfa e triunfará a independência brasileira ou a morte nos há de custar”.

Teve vida privada intensa e tumultuada. Embora não bebesse, gostava de farras, noitadas, amigos de má reputação e, em especial, das mulheres. Seu grande parceiro foi o português Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, um dos personagens mais memoráveis da história brasileira. Sete anos mais velho que dom Pedro, beerrão, bom tocador de viola, Chalaça, ex-seminarista, era filho

adotivo de um joalheiro que fugira com a família real para o Brasil em 1808. Tinha na corte um protetor influente, o roupeiro de dom João, Francisco José Rufino de Sousa Lobato, seu suposto pai biológico e um homem de reputação também duvidosa. Alguns historiadores, como Tobias Monteiro, levantam a suspeita de que Lobato seria um parceiro sexual de dom João, que, em troca de favores íntimos, o teria premiado com o título de visconde de Vila Nova da Rainha.

Apesar da alta proteção, em 1816, Chalaça foi expulso do palácio. O motivo seria a desastrada tentativa de seduzir uma dama da nobreza que, ofendida, foi reclamar ao rei. Coube a dom Pedro tirá-lo do ostracismo e levá-lo de volta para a corte depois que o amigo o defendeu numa briga de bar. A partir daí os dois se tornaram inseparáveis parceiros de boemia e negócios obscuros. Chalaça era dono de várias casas noturnas no centro da cidade, frequentadas por prostitutas, vagabundos e marinheiros. E nessa condição se tornou o alcoviteiro do príncipe em suas escapadas sexuais.

Nos dois casamentos oficiais, dom Pedro teve oito filhos; sete com Leopoldina e um com Amélia. Fora do casamento, o número é lendário. Octávio Tarquínio de Sousa assegura que, entre naturais e bastardos, teve uma dúzia e meia de filhos. Alguns cronistas chegaram a lhe atribuir mais de 120 rebentos ilegítimos, cifra nunca comprovada, mas não de todo impossível.



Dom Pedro e Chalaça

As aventuras sexuais teriam começado muito cedo na adolescência, envolvendo “criaturas fáceis, serviçais de dependências da Quinta da Boa Vista, raparigas dos arredores, mulatinhas a quem lançava um olhar de cobiça e para logo o satisfaziam”, no dizer de Octávio Tarquínio de Sousa. O primeiro caso que deixou vestígio foi com a dançarina francesa Noemi Thierry. Ela engravidou do príncipe no momento em que as negociações em Viena para o casamento com a princesa Leopoldina já estavam bem avançadas. Mas a história teria um fim trágico.

Sob pressão da rainha Carlota Joaquina, que ameaçava deserdar o filho, Noemi concordou em romper o romance e embarcar para o Recife. Incapaz de impedir a viagem, dom Pedro lhe deu na despedida doze contos de réis, tomados de empréstimo a Antônio Alves, traficante de escravos. De dom João VI, Noemi recebeu mais onze contos de réis, enxoval completo e vários presentes. A dançarina deu à luz um menino, que morreu ainda recém-nascido.

Transtornado, dom Pedro teria pedido ao governador que lhe enviasse o cadáver do filho mumificado. Guardada no gabinete do imperador, a macabra

reliquia teria sido sepultada por ordem da regência em 1831, depois da abdicação ao trono e da volta de dom Pedro a Portugal.

A PRINCESA TRISTE



Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, primeira imperatriz brasileira, tinha qualidades que o marido, dom Pedro I, valorizava numa mulher, mas não o que ele considerava fundamental: beleza e sensualidade.

Mulher certa casada com o homem errado, Leopoldina reunia um conjunto notável de virtudes no campo do saber, da educação, das boas maneiras e da sensatez na forma de agir. Tinha nascido no berço mais dourado da época: a corte da Áustria, uma das mais ilustres e bem-educadas da Europa. A intelectual e virtuosa Leopoldina era, porém, rechonchuda e desleixada com as roupas e o corpo. Preferia colecionar rochas, borboletas, plantas e animais silvestres a participar das festas e noitadas que tanto fascinavam o marido.

Leopoldina era a quinta herdeira numa família de doze irmãos. Cresceu assombrada pelas guerras que haveriam de redesenhar o mapa político da Europa depois da Revolução Francesa. Sua tia-avó, a rainha da França, Maria

Antonieta, havia sido decapitada na guilhotina em Paris. Em 1797, ano de seu nascimento, Napoleão Bonaparte obteve as primeiras vitórias contra seu pai na região norte da Itália. As décadas seguintes seriam de perdas e sofrimentos, à medida que o outrora vasto território da dinastia austríaca seria conquistado e retalhado pelas armas francesas. Em mais de uma ocasião a família teve de fugir às pressas diante da aproximação do inimigo.

A suprema humilhação viria em 1810, ano em que sua irmã mais velha, Maria Luísa, se viu obrigada a desposar o odiado imperador francês em troca da promessa de uma paz que não foi cumprida. Com a conivência da Igreja, Napoleão decidira anular seu primeiro casamento, com a imperatriz Josefina, sob a justificativa de que ela não lhe dera um herdeiro. Leopoldina viu a partida da irmã para a França como a imolação de uma vítima inocente no altar dos interesses da política. Em nome dos mesmos interesses, sete anos depois seria sua vez de partir para a América.

Na corte de Viena, as princesas eram preparadas de forma metódica para servir ao Estado, o que significava engravidar e parir a prole mais numerosa e saudável possível para o marido. Nessa função, jamais se deveria contar com amor e felicidade no casamento. “Uma princesa nunca pode agir como quer”, escreveu Leopoldina em 1816 à irmã Maria Luísa, a essa altura já separada de Napoleão também por imposição política. “Nós, pobres princesas, somos como dados que se jogam e cuja sorte ou azar depende do resultado”, repetiria em outra carta dez anos mais tarde.



A princesa Leopoldina

MANUAL DA PRINCESA

À espera da sorte que lhe caberia nesse jogo, Leopoldina mergulhou cedo na rigorosa rotina de estudos e aulas de etiqueta. Sua educação privilegiava o rigor do protocolo, desestimulava os excessos e procurava anular qualquer desejo que não se enquadrasse nos objetivos oficiais.

O resultado pode ser medido pelo manual de conduta que escreveu para si mesma em 1817, ano de seu casamento com dom Pedro. Intitulado “Minhas resoluções”, o texto em francês contém as seguintes instruções:

- *Eu me vestirei com toda a modéstia possível;*
- *Meu coração estará eternamente fechado ao espírito perverso do mundo;*
- *Longe de mim os gastos inúteis, o luxo nocivo, os adornos indecentes, as mundanidades e as vestimentas escandalosas;*

— *Deus me preserve de ficar sozinha com um homem, por mais sábio que pareça, num lugar solitário.*

O casamento com dom Pedro, como mandava a tradição, envolvia os altos interesses no delicado jogo de xadrez que se estabelecera entre as monarquias europeias após a queda de Napoleão, em 1815. Exilado nos trópicos desde 1808, dom João VI precisava estreitar os laços entre a coroa portuguesa e os Habsburgo austríacos como forma de se contrapor à excessiva influência da Inglaterra nos seus domínios.

A Áustria, por sua vez, também queria tirar Portugal da órbita inglesa, mas tinha especial interesse em fortalecer o regime de monarquia na América, um continente assolado pelas revoluções republicanas. Peça estratégica nesse jogo, Leopoldina aceitou sem questionar seu destino porque assim fora educada desde o nascimento.

O ESPETÁCULO DE MARIALVA



Coube ao marquês de Marialva, embaixador português em Paris, pedir a mão da princesa e assinar os papéis em nome de dom Pedro. Interessado em mostrar que a corte no Rio de Janeiro não era tão frágil como se imaginava na Europa, Marialva protagonizou em Viena um espetáculo grandioso. A descrição é do historiador Jurandir Malerba:

A 17 de fevereiro de 1817, Marialva entrava em Viena com um cortejo formado por 41 carruagens puxadas por seis cavalos, acompanhadas por criados de ambos os lados, vestidos com ricas librés. A entourage do ministro compunha-se de 77 pessoas, entre pajens, criados e oficiais, a pé e montados. Seguiam-se os coches da casa imperial, ladeados por seus lacaios e aparados pelos homens de serviço, logo atrás. Fechavam o cortejo as carruagens dos embaixadores da Inglaterra, França e Espanha. [...] A 1ª de junho na capital austríaca, mandou construir portentosos salões nos jardins do Augarten de Viena, onde se realizou um baile para 2 mil pessoas entre as quais a família imperial austríaca, todo o corpo diplomático e toda a nobreza. Tendo iniciado a dança às oito horas, às onze serviu-se a requintada ceia, na qual, relata-se, o imperador e a família foram servidos em mesa de quarenta talheres, sendo a baixela de ouro; os demais convidados, em baixela de prata. Custo: 1 milhão de florins ou 1,5 milhão de francos.

É um número espantoso. Na época, em Viena um par de sapatos custava cinco florins. Ou seja, com 1 milhão de florins, o dinheiro gasto pelo marquês de Marialva, daria para calçar cerca de 200 mil pessoas, perto do dobro da população da capital da corte, o Rio de Janeiro.

Já casada no papel, Leopoldina saiu de Viena, em 3 de junho de 1817 e chegou ao Rio de Janeiro cinco meses depois, numa jornada de 8 mil quilômetros. Em sua bagagem constavam 42 caixas da altura de um homem contendo, além do enxoval, uma biblioteca, as coleções de ciências naturais, os presentes de casamento e um detalhe macabro: três caixões ricamente ornamentados, para a eventualidade de vir a morrer durante a viagem. Só a bagagem ocupava quase o navio inteiro, mas o séquito incluía a camareira-mor, Ana Maria, a condessa Von Kuenburg, um mordomo-mor, seis damas da corte, quatro pajens, seis nobres húngaros, seis guardas austríacos, seis camaristas, um esmoler-mor, um capelão, além da maior expedição científica que até então visitara o Brasil.

Composta de naturalistas, desenhistas e pintores, a missão trazia, entre outros, o médico e mineralogista Johann Baptist Emanuel Pohl, o paisagista Thomas Ender — que produziu mais de setecentas aquarelas de paisagens e

tipos humanos, boa parte delas hoje exposta na Academia de Belas-Artes de Viena — e os botânicos Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius. Esse grupo voltaria para a Europa com cargas exóticas de insetos e pássaros empalhados, animais vivos, amostras de rochas e plantas, além de um grupo de índios botocudos, exibido como curiosidade antropológica aos refinados cortesões austríacos.

Antes de viajar ao encontro do marido, Leopoldina leu tudo o que lhe chegou às mãos sobre o Brasil. Encantou-se com a possibilidade de estudar as famosas rochas brasileiras, fontes da riqueza mineral que sustentava a prosperidade da metrópole portuguesa. A mineralogia era, de longe, seu assunto preferido. Já em 1810, com treze anos, escrevia à irmã mais velha, Maria Luísa, dizendo que poderia passar o dia todo no Gabinete de Mineralogia de Viena sem se alimentar.



Aspecto da chácara em Botafogo, em 1808

Pelas cartas, observa-se que o Brasil dos sonhos da jovem princesa austríaca se parecia mais com um parque temático dos filmes de Steven Spielberg do que com a terra bruta, selvagem, de bichos peçonhentos, nuvens de mosquito e Sol inclemente em que viveria seus derradeiros nove anos seguintes. O encantamento persistiu algum tempo depois da chegada ao Rio de Janeiro, como mostra nesta carta à família:

As noites são mágicas nos trópicos, cheias de ruídos, produzidos por seres que piam, batem asas, rastejam entre folhas secas [...] frutos maduros que tombam das árvores, água que corre entre pedras e o coaxar dos sapos [...]. Não existe o silêncio, jamais, neste lado do mundo.

Nesse lugar idílico da chegada, o marido ainda se apresentava como um príncipe encantado. “Faz dois dias que estou junto do meu esposo, que não é apenas lindo, mas também bom e compreensivo; [...] estou muito feliz”, contou à irmã em 8 de novembro de 1817. “O meu muito querido esposo não me deixou dormir”, confidenciou ao pai no mesmo dia, insinuando que as noites do casal eram bastante animadas.

A IMPERATRIZ ILUDIDA

Ao desembarcar, tinha beijado os pés do sogro, dom João VI, e da sogra, Carlota Joaquina. Dom Pedro fora recebê-la a bordo. Juntos percorreram a pé as ruas do centro da cidade enfeitadas com pétalas de rosas e arcos triunfais, em meio às salvas de canhões e aos aplausos da multidão. “Todos são anjos de bondade”, afirmou na mesma carta ao pai, referindo-se à família real portuguesa. “Especialmente o meu querido Pedro, que, além de tudo, é muito culto.”

Era um terrível engano. Na família real portuguesa não havia anjos de bondade nem pessoas cultas. A corte de dom João era conservadora, carola, lúgubre e repleta de intrigas estimuladas pelo casamento de aparência entre o rei e a rainha. Havia mais de uma década que dom João e Carlota Joaquina não moravam juntos. Ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1808, ela fora viver com as filhas numa chácara em Botafogo.

Ele preferiu a Quinta da Boa Vista, que ganhou do traficante de escravos Elias Antônio Lopes. Às vésperas da Independência, portugueses e brasileiros se digladiavam numa rede de conspirações e maledicências que tornavam o ar na corte irrespirável.

Rapidamente a dura realidade dos trópicos se imporia aos sonhos da princesa. O Rio de Janeiro era insalubre, repleto de doenças espalhadas pela miríade de insetos que infestavam os pântanos e os esgotos sem tratamento. Na falta de banheiros, o lixo e os dejetos das casas eram atirados à rua ou despejados nas praias. Nos arredores do palácio da Quinta da Boa Vista não existiam árvores nem calçadas, o que resultava em grande lamaçal na estação chuvosa. “Havia enorme estrumeira junto ao paço, que produzia um fedor bestial só dissipado na época das enxurradas que tudo levavam para o mar”, relatou um estrangeiro. Desse esgoto a céu aberto provinham nuvens de mosquitos que flagelavam a corte nas noites de verão. “A América portuguesa seria um paraíso terrestre se não houvesse um calor insuportável de 88 graus [Fahrenheit] e muitos mosquitos”, afirmou Leopoldina em carta de 24 de janeiro de 1818, admitindo pela primeira vez que nem tudo era a perfeição que imaginara.

Logo após o desembarque ela teve também o primeiro susto, ao descobrir que o marido era epilético. Ninguém lhe falara sobre isso em Viena. “Meu esposo esteve um dia bem doente dos nervos e me fez um medo horrível, pois aconteceu de noite e era eu o único socorro”, escreveu ao pai em 7 de dezembro de 1817. Outra surpresa estava relacionada ao gênio difícil do príncipe, dado a explosões de mau humor que assustavam a princesa. “O caráter do meu marido é extremamente exaltado”, queixou-se em 1821. “Tudo que denote levemente liberdade lhe é odioso. Assim só posso continuar observando e ficar chorando em silêncio.”

Apesar de tudo, o casamento foi relativamente feliz nos três primeiros anos. O casal costumava passear a cavalo pela floresta da Tijuca, caçar borboletas e observar a natureza. Às vezes, Leopoldina acompanhava o marido na revista às tropas. À noite iam ao teatro ou tocavam juntos no palácio. “Como meu esposo toca muito bem quase todos os instrumentos, eu o acompanho ao piano e de certa maneira tenho a satisfação de estar todo o tempo junto da pessoa querida”, escreveu à tia em janeiro de 1818.

As refeições eram feitas em alas diferentes, ele servido por um cozinheiro português, ela por um francês. Uma curiosidade: na hora de dormir,

dom Pedro mandava trancar e vigiar até o dia seguinte os aposentos da princesa. Por ciúmes? O historiador português Eugênio dos Santos dá uma explicação mais plausível: Leopoldina ficava trancafiada para que o príncipe não fosse surpreendido pela mulher em suas famosas escapadas noturnas. Depois que as luzes do palácio se apagavam, dom Pedro saía pela cidade, vagueando pelos bares, prostíbulos ou casas das amantes até de madrugada. Na volta, ainda passava em revista a guarda palaciana para se certificar de que tudo andara bem enquanto estivera fora.

No fim da tarde do dia 4 de abril de 1819, Domingo de Ramos, fogos de artifício lançados da Quinta da Boa Vista e do Morro do Castelo anunciaram a grande notícia: Pedro e Leopoldina finalmente eram pais. A primeira princesa nascida no Brasil e futura rainha de Portugal foi batizada com o nome de Maria da Glória. “Estou vivendo uma felicidade perfeita, numa quietude que eu amo, cuidando da minha filha e vivendo somente para meu esposo e meus estudos”, anotou Leopoldina. Depois de Maria da Glória, ela ainda daria a dom Pedro seis herdeiros, um por ano:

- Em 1820, Miguel, morto ao nascer;
- Em 1821, João Carlos, morto aos onze meses;
- Em 1822, Januária Maria Carlota, que viveu até 1901;
- Em 1823, Paula Mariana, morta dez anos depois;
- Em 1824, Francisca Carolina Joana, falecida em 1898;
- Em 1825, Pedro de Alcântara, o imperador Pedro II do Brasil, morto em 1891, dois anos depois da Proclamação da República.

A sequência de gravidez e parto logo cobrou seu preço. A princesa de olhos muito azuis e pele rosada que chegara ao Brasil em 1817 virou uma matrona. Por comodidade, não usava colete nem espartilho, como era moda entre as mulheres elegantes da época. A falta desse adereço deixava à mostra o corpo flácido e as curvas exageradas. O francês Jacques Étienne Victor Arago a descreveu como uma cigana malvestida, com os cabelos desalinhados, que pareciam não ter sido penteados havia mais de uma semana. “Nenhum colar,

nenhum brinco ou anel nos dedos”, registrou. “A camisola demonstrava ter sido usada muito tempo, a calça estava amassada e surrada em vários lugares.”

A IMPERATRIZ CONSCIENTE

À medida que Leopoldina engordava e descuidava da aparência, dom Pedro ia se tornando mais abusado nas aventuras extraconjugais. O que antes era dissimulado logo se tomou público. A princesa, por sua vez, se envolvia cada vez mais no turbilhão dos acontecimentos políticos que precediam a Independência. Logo, se tornaria grande aliada de José Bonifácio de Andrada e Silva, distanciando-se das ideias conservadoras da corte de Viena e adotando um discurso mais liberal a favor da causa brasileira. Foi ela quem convenceu Bonifácio a aceitar a nomeação para o ministério em janeiro de 1822, cargo que o paulista insistia em recusar por ainda não confiar em dom Pedro. A declaração de Independência, em setembro, escrita por José Bonifácio, foi assinada por ela e enviada a dom Pedro, que ainda estava em São Paulo. Ou seja, do ponto de vista formal, a Independência foi feita por Leopoldina e Bonifácio, cabendo ao príncipe o papel teatral de proclamá-la na colina do Ipiranga.



Leopoldina e José Bonifácio

Depois disso, Leopoldina se empenhou a fundo no reconhecimento da autonomia do novo país pelas cortes europeias, escrevendo cartas ao pai, imperador da Áustria, e ao sogro, rei de Portugal.

O amadurecimento de Leopoldina, na vida privada, por sua vez, ocorre em meio à desilusão com o marido, com a mediocridade da vida social no Rio de Janeiro e a resignação de nunca mais voltar à Europa. A princesa se deu conta de que estava abandonada à própria sorte no Brasil.

No ano da Independência, dom Pedro se apaixonaria perdidamente por Domitila de Castro Canto e Melo, a futura marquesa de Santos. Na semana desse encontro decisivo, véspera do Grito do Ipiranga, Leopoldina escreveu ao marido reclamando da falta de notícias. É um texto fatalista, no qual a princesa ainda usa termos carinhosos tentando se agarrar ao tênue fio de esperança que logo se romperia:

Meu querido e amado esposo!

Confesso-lhe que tenho já muito pouca vontade de escrever-lhe, não sendo merecedor de tantas finezas. Faz oito dias que me deixou e ainda não tenho nenhuma

regra sua. Ordinariamente quando se ama com ternura uma pessoa, sempre se acha momentos e ocasiões de provar-lhe a sua amizade e amor.

Estamos todos bem e tudo muito sossegado graças a Deus. Receba mil abraços e saudades minhas com a certeza de ser esta a última carta. [ininteligível] necessidade urgente de ter notícias suas.

Desta sua amante esposa, Leopoldina.

O pior viria a seguir. Levada por dom Pedro para o Rio de Janeiro, Domitila passou a receber todas as atenções, presentes e honrarias do imperador, enquanto Leopoldina ia sendo ofuscada e humilhada em público. Além disso, recebia cada vez menos dinheiro para a casa e o sustento dos filhos. A marquesa, ao contrário, ostentava joias e presentes, traficava influência com diplomatas e altos funcionários do governo, indicava familiares para cargos e honrarias da corte e vivia suntuosamente.

Leopoldina começou a murchar, tragada pela depressão que ceifaria sua vida prematuramente. Ao morrer, em 1826, estava tão endividada que o parlamento brasileiro teve de votar uma dotação orçamentária de emergência para pagar seus credores. Seu biógrafo, Carlos H. Oberacker Jr., acredita que ela gastava dinheiro “para socorrer os necessitados, e não para si mesma”, provavelmente por convicções religiosas. Diz que raras vezes ela recebia de dom Pedro a mesada estipulada no contrato de casamento e que, “nestes casos, ainda a cedia ao marido que, por meios pouco elegantes, costumava extorqui-la”.

A imperatriz era, de fato, uma mulher muito caridosa. Mas aparentemente os gastos envolviam outras necessidades. Educada no fausto da corte de Viena, Leopoldina tinha escassas noções de economia doméstica e custou a entender as enormes dificuldades enfrentadas pela corte do marido após a partida de dom João VI em 1821. Com os cofres vazios e sem dinheiro para honrar os compromissos públicos, dom Pedro foi obrigado a tomar severas medidas, como confiscar a mesada de Leopoldina.

Entretanto, pela lista de compras que ela enviava aos familiares e diplomatas brasileiros e portugueses na Europa, Leopoldina parecia não se dar

conta disso. Numa carta, pedia à irmã que lhe mandasse seis vacas e um touro da raça suíça para organizar uma pequena granja. Os pedidos eram muitos: animais de sela, carruagens, caixa de música, anel de marfim, livros, partituras.



Jorge Antonio von Schäffer

Em 1820, três anos depois de chegar ao Brasil, estava financeiramente quebrada. Depois de recorrer a amigos e ao pai, que não a socorreram, passou a depender de um agiota, o alemão Jorge Antonio von Schäffer, que lhe arranjava empréstimos a juros absurdos em troca de favores na corte. Pressionada pelos credores e amargurada com o marido, confessou à irmã, em setembro de 1824: “Não reconheceria mais em mim a tua velha Leopoldina; meu caráter animado e brincalhão se transformou em melancolia”.

Era o começo do fim. Em novembro de 1826, dom Pedro partiu para o Rio Grande do Sul com o objetivo de acompanhar de perto os desdobramentos da Guerra Cisplatina. No dia 29, doente e deprimida, Leopoldina presidiu a reunião do conselho de ministros. Foi seu último compromisso público. Nas horas seguintes, começou a ter febre alta e crises convulsivas. No dia 2 de dezembro, abortou o feto de um menino. Estava na nona gravidez. Morreu às dez e quinze da manhã do dia 11 de dezembro, um mês antes de completar 29 anos.

A notícia da morte espalhou comoção pela cidade. O povo saiu às ruas em prantos. Escravos se lamentavam aos gritos: “Nossa mãe morreu. O que será de nós?”.

A casa da marquesa de Santos, apontada como culpada pelo sofrimento da imperatriz, foi apedrejada. Ao saber da morte de Leopoldina, dom Pedro

voltou às pressas para o Rio de Janeiro e se trancou em luto de oito dias. Pelas cartas e bilhetes que deixou, sabe-se hoje que o luto foi mais aparente do que real. Já na noite seguinte ao regresso, dom Pedro foi enxugar as lágrimas na cama da marquesa de Santos.



Cortejo fúnebre da imperatriz Leopoldina

O HOMEM SÁBIO



Nascido em 1763, Bonifácio era quatro anos mais velho do que o rei de Portugal, dom João VI, e tinha idade para ser pai de dom Pedro. Quando o príncipe nasceu, em 1798, já era um dos cientistas mais respeitados e admirados da Europa. Três anos antes da Independência do Brasil, pensava já haver cumprido seu destino. Até ali, tivera uma vida memorável. Tinha 56 anos, idade relativamente avançada para a época, e pedia insistentemente ao rei que o deixasse voltar para o Brasil, pretendendo retirar-se da vida pública. O que José Bonifácio não imaginava é que seu grande papel na história ainda estava por acontecer.

Havia partido para a Europa em 1783, com apenas vinte anos. Na Universidade de Coimbra formara-se em direito, filosofia e matemática. Aluno brilhante, ganhara uma bolsa para estudar química e mineralogia em outros países europeus.

Entre outras realizações, publicaria tratados para melhorar a pesca da baleia, o plantio de bosques e a recuperação de minas exauridas em Portugal. Como mineralogista, sua especialidade, descreveria doze novos tipos de minerais. Um deles, a petalita, seria usado em 2008 para tornar os fornos de micro-ondas mais eficientes e econômicos. Em homenagem ao brasileiro, em 1868, o cientista norte-americano James Dwight Dana batizaria a descoberta de um mineral com o nome de andradita.

Em Paris, primeira escala da viagem, testemunhou o furor da Revolução Francesa. Alguns anos depois estaria nas trincheiras de Portugal, lutando contra as tropas do imperador Napoleão Bonaparte, que invadiram o país enquanto a corte de dom João fugia para o Brasil. Por tudo isso, em 1819, queria apenas que o deixassem passar o restante da vida como um modesto agricultor em Santos, no litoral paulista, sua terra natal.



A batalha contra as tropas napoleônicas

Como era funcionário graduado da coroa portuguesa, dependia de aprovação para continuar a receber seus vencimentos no Brasil. Os pedidos se repetiam havia mais de uma década, mas eram sempre negados. Em 1819, a autorização finalmente foi concedida.

Como poderia saber que por conta disso caberia a ele ser o principal conselheiro do príncipe regente e futuro imperador dom Pedro I num momento crucial para a construção do Brasil? Como saberia que passaria à história com o título de Patriarca da Independência?

O HOMEM QUE PROJETOU O BRASIL

Bonifácio esteve à frente do ministério de dom Pedro por apenas dezoito meses, de janeiro de 1822 a julho de 1823, mas nenhum outro homem público brasileiro realizou tanto em tão pouco tempo. Sem ele, o Brasil de hoje provavelmente não existiria.

Na Independência, Bonifácio era “um homem que tem um projeto de nação”, na definição do historiador e jornalista Jorge Caldeira. Acreditava que a única maneira de impedir a fragmentação do território brasileiro após a separação de Portugal seria equipá-lo com um “centro de força e unidade” sob o regime de monarquia constitucional e a liderança do imperador Pedro I. Foi essa a fórmula de Brasil que triunfou em 1822.

Até aquele momento, faltava um elo que unisse os diversos grupos de interesse na sociedade brasileira, composta de comerciantes, traficantes de escravos, fazendeiros, senhores de engenho, mineradores de ouro e diamante, clérigos, magistrados, advogados, professores e funcionários públicos. Antes da chegada de Bonifácio ao ministério, o príncipe oscilava entre a pressão das tropas portuguesas no Rio de Janeiro, porta-vozes das cortes de Lisboa, e dos grupos mais radicais da maçonaria, que viam nele apenas um instrumento para, na verdade, chegar à república.



A sociedade brasileira em 1822

Outro foco de influência eram os amigos boêmios e oportunistas, aos quais dom Pedro I se ligara na juventude, caso do barbeiro Plácido de Abreu e do alcoviteiro Francisco Gomes da Silva, o Chalaça. Coube ao Patriarca a tarefa de afastar, ainda que temporariamente, essas influências nocivas e realizar a soldagem entre as diferentes propostas políticas, na véspera da Independência.

Apesar da diferença no saber, na experiência e na idade, Bonifácio e dom Pedro se complementavam na forma inquieta de viver. O Patriarca passou para a história como um homem sisudo e austero. É uma imagem equivocada. Boêmio e bom de copo, costumava terminar as madrugadas dançando lundu — dança típica do Brasil colonial — em cima de uma mesa.

Prendia o cabelo em forma de rabo de cavalo na nuca. Nas cerimônias e ocasiões importantes, escondia o rabicho sob a gola da jaqueta. Era poeta e bom contador de histórias. Como dom Pedro, amava as mulheres e teve inúmeras amantes que lhe deram dois filhos bastardos. Manejava bem a espada e havia rumores de que teria matado quatro homens em duelo.

Esse estilo de vida fascinou de imediato o jovem dom Pedro, quando o conheceu no começo de 1822. “Não tenho a recomendar-lhe atividade por conhecer que nela me é igual”, escreveu o príncipe ao ministro, numa carta despachada de São João del-Rei em 3 de abril de 1822. Finalizava dizendo: “Deus lhe dê anos bastantes de vida para de comum acordo comigo acabarmos a grande obra começada e que com a sua cooperação espero acabar”. A grande obra era, obviamente, a Independência do Brasil. No Rio de Janeiro, o príncipe visitava-o diariamente, sem marcar audiência. Quando tinha algum assunto para discutir, montava a cavalo e dirigia-se à casa do ministro, situada no centro da cidade.

INSOLENTES E ORGULHOSOS

O Patriarca era o segundo filho de Bonifácio José Ribeiro de Andrada e Maria Bárbara da Silva, próspera família de comerciantes que no século XVIII havia enriquecido com a troca de ouro por escravos, ferragens e outras mercadorias. A fortuna acumulada nesse período tinha permitido à família enviar quatro dos dez filhos para estudar em Coimbra, o centro formador da elite colonial brasileira. Desses, além de José Bonifácio, outros dois teriam papel importante na Independência do Brasil. O advogado Antônio Carlos, recém-saído da prisão por envolvimento com a Revolução Pernambucana de 1817, seria deputado nas cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte de 1822 e ministro no Segundo Império. O mineralogista Martim Francisco ocuparia o cargo de ministro da Fazenda no primeiro governo de dom Pedro, encabeçado pelo irmão mais velho, José Bonifácio. Juntos, os três seguiriam para o exílio na Europa depois da dissolução da Constituinte, em 1823.

Os Andrada eram “insolentes e orgulhosos”, segundo o historiador Octávio Tarquínio de Sousa. No fim do século XVIII, afrontaram várias vezes o governador de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, um homem autoritário nomeado pela coroa portuguesa que se gabava de não depender da “liga do povo” nem merecer sua atenção. Numa dessas ocasiões, fizeram uma

queixa formal ao príncipe regente dom João. No documento, assinado por toda a família e encabeçado pela mãe, Maria Bárbara, os Andrada lembravam que São Paulo era “uma capitania [...] a que Portugal deve o descobrimento e o povoamento de quase todo o interior do Brasil”. Em outro episódio, anos mais tarde, numa das sessões das cortes de Lisboa, Antônio Carlos gritou ao perceber que os demais deputados não prestavam atenção ao seu discurso: “Silêncio! Aqui desta tribuna até os reis hão de ouvir-me!”.



José Bonifácio

Bonifácio assustou-se e aprendeu muito com o que viu nas ruas de Paris, durante a Revolução Francesa. Aquelas milhares de pessoas sendo decapitadas em praça pública e os saques intermináveis lhe deram a compreensão de que a energia das massas, sem controle, sem estar canalizada para instituições como o Congresso, poderia ser tão ou mais destruidora que a tirania de um soberano absoluto. Por isso, esforçou-se para impedir que o processo de Independência fugisse ao controle das instituições monárquicas e desaguasse na república, regime para o qual acreditava que o Brasil ainda não estivesse preparado, principalmente por culpa da enorme proporção de escravos, analfabetos e miseráveis que compunham a população brasileira.

Muito comparado a Thomas Jefferson, patriarca da Independência dos Estados Unidos, teve em relação a este pelo menos uma grande diferença. No

ano em que escreveu a declaração de independência americana — segundo a qual “todos os homens nascem iguais” e com direitos que incluíam a liberdade —, Jefferson era dono de 150 escravos e tinha entre suas principais atividades o tráfico negreiro. Como bom representante da aristocracia rural do estado da Virgínia, bateu-se até o fim da vida contra qualquer proposta de abolição da escravidão. No seu entender, portanto, todos os homens nasciam livres e com direitos, desde que fossem brancos. Bonifácio, ao contrário, nunca teve escravos e era um abolicionista convicto.



Thomas Jefferson

“É tempo pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro”, afirmou a respeito da compra e venda de cativos africanos. É tempo também que vamos acabando gradualmente até com os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, responsáveis e felizes.

Ele acreditava que a miscigenação racial brasileira era uma virtude da qual o país poderia se beneficiar no futuro. “O mulato deve ser a raça mais ativa e empreendedora”, escreveu, “pois reúne a vivacidade impetuosa e a robustez do negro com a mobilidade e a sensibilidade do europeu”, concluiu, antecipando parte das ideias que no século xx daria fama ao sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, autor de *Casa-grande & senzala*.

A ESCRAVIDÃO NO CENTRO DE TUDO

Num país de analfabetos, rural e atrasado, José Bonifácio era mais viajado, cosmopolita e bem-preparado do que qualquer estadista ou intelectual português ou brasileiro de seu tempo. Era um homem avançado nas ideias e nos planos para o Brasil. Em 1819, ao obter autorização do rei para voltar para Santos com a mulher, a irlandesa Narcisa Emilia O’Leary, e três filhas — das quais uma ilegítima —, trazia uma biblioteca particular com 6 mil volumes e uma grande coleção de minerais. Depois de passar quase meio século na Europa, ficou chocado ao observar que a ignorância e a exploração da mão de obra escrava resistiam entre seus patrícios com o mesmo rigor da época em que partira.



Biblioteca de José Bonifácio

Um resumo das ideias de Bonifácio pode ser observado nas instruções que escreveu para a bancada paulista nas cortes de Lisboa, em 1821. As “Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório para os Senhores Deputados da Província de São Paulo”, título do documento, são um conjunto notável de propostas inovadoras, que ainda hoje fariam sentido no Brasil. Além da preocupação com a unidade brasileira, Bonifácio defendia a catequização e a civilização dos “índios bravios”, a transformação dos escravos

em “cidadãos ativos e virtuosos” e uma reforma agrária que substituísse o latifúndio improdutivo pela pequena propriedade familiar. O plano incluía educação fundamental gratuita para todos e a criação de “pelo menos uma universidade” para o ensino superior de medicina, filosofia, direito e economia. Mais surpreendente ainda era a proposta de transferência da capital, do Rio de Janeiro para uma cidade a ser criada nas cabeceiras do rio São Francisco, com o objetivo de promover e facilitar a integração nacional — projeto que seria executado um século e meio depois por Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília.

A questão fundamental, no entanto, era a da escravidão, alicerce sobre o qual se assentavam todas as relações sociais do Brasil até então. Fazia trezentos anos que o tráfico de escravos funcionava como o motor da economia colonial, fornecendo mão de obra barata para as lavouras de cana-de-açúcar, algodão e tabaco, as minas de ouro e diamante e outras atividades, inclusive o trabalho doméstico.

“Como poderá haver uma constituição liberal e duradoura num país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutos e inimigos?”, perguntava nas instruções para os deputados paulistas em Lisboa.

Ao inserir essas ideias no documento, Bonifácio introduzia um conceito totalmente novo nas leis brasileiras, o de justiça social, que se tornaria um paradigma nos debates nacionais a partir do século xx. A lei não deveria existir apenas para preservar a ordem reinante, proteger a propriedade, regular as relações sociais e garantir privilégios estabelecidos. Tinha outra função, transformadora, que era servir de instrumento na distribuição mais justa de direitos e oportunidades de modo a compensar o desequilíbrio de forças entre os grupos mais fortes e menos favorecidos da sociedade. “Os negros são homens como nós”, afirmava, como nenhum outro homem público da época.

A oportunidade de pôr seus princípios em prática surgiu no fim de 1821, quando chegou a Santos a notícia sobre os decretos das cortes que dividiam o Brasil e ordenavam o embarque de dom Pedro para Portugal. Doente, atacado por uma erisipela, Bonifácio foi procurado numa noite chuvosa em sua casa, no bairro de Santana, por um emissário do Rio de

Janeiro que lhe relatou o clima de revolta contra os portugueses na capital. No dia 24 de dezembro, a Junta Provisória da Província lançou um manifesto endereçado a dom Pedro. O tom do documento, redigido por Bonifácio, vice-presidente da Junta, é furioso. Alerta para o “rio de sangue que decerto vai correr pelo Brasil”, caso o príncipe se curvasse às exigências da corte e retornasse a Portugal.

José Bonifácio chegou ao Rio de Janeiro acompanhado dos deputados de São Paulo, no dia 18 de janeiro de 1822, uma semana após o Dia do Fico e já nomeado ministro, mesmo não tendo sido consultado sobre isso. Angustiada pelos acontecimentos da semana anterior, a princesa Leopoldina foi encontrá-lo a cavalo a meio caminho entre a fazenda de Santa Cruz e o porto de Sepetiba, onde a comitiva desembarcou. Ela sabia que o impulsivo mas inexperiente marido precisava de apoio e orientação naquele momento difícil. Ao apresentar a Bonifácio os filhos pequenos, disse: “Estes dois brasileiros são vossos patrícios e eu peço que tenhais por eles um amor paternal”.



José Bonifácio afirmava: “Os negros são homens como nós”

CONVERSA DE HOMEM PARA HOMEM COM O PRÍNCIPE

O historiador Octávio Tarquínio de Sousa conta que dom Pedro estava tão ansioso quanto Leopoldina para encontrar-se com os paulistas. Por isso, os recebeu entre nove e dez horas da noite, sem que tivessem tempo de mudar as roupas com as quais viajavam. Todos foram introduzidos no palácio por uma porta privada, e ali mesmo o príncipe comunicou a nomeação de Bonifácio.

Recebeu um sonoro “não” como resposta. O paulista avisou que se dispunha a ajudar o príncipe em tudo que precisasse, menos como ministro. Depois de alguns instantes de impasse, voltou atrás e anunciou que aceitaria mediante algumas condições. Dom Pedro perguntou quais eram. Bonifácio pediu uma conversa a sós, “de homem para homem”. Nunca se soube o que foi falado entre os dois, mas Bonifácio saiu dali ministro, como queria dom Pedro.

Que condições teria ele imposto ao príncipe para aceitar o cargo? Talvez a promessa formal de dom Pedro de que não sairia do Brasil em hipótese alguma. Era esta a base fundamental do projeto de governo de Bonifácio: a Independência com o Brasil unido em torno do príncipe herdeiro de Portugal. Na verdade, queria mais que isso: uma profunda reforma na estrutura social e econômica do país, com a extinção do tráfico negreiro e a gradual abolição da escravidão, reforma agrária e educação para todos. Só a primeira parte funcionou, mas isso bastou para transformá-lo no Patriarca, o personagem mais importante da Independência do Brasil ao lado do próprio dom Pedro.



José Bonifácio afirmava: “Os negros são homens como nós”

Preso e deportado para a França depois da dissolução da primeira Constituinte brasileira, em novembro de 1823, José Bonifácio se converteria num áspero crítico de dom Pedro. No exílio brotaria também mais um de seus muitos e surpreendentes talentos, a poesia. Suas composições, publicadas mais tarde no livro *O poeta desterrado* sob o pseudônimo de Américo Elísio, mostram uma obra de qualidade bastante razoável, com pitadas de sensualidade e muito superior à de dom Pedro I, um poeta medíocre.

Bonifácio voltou do exílio seis anos depois para reencontrar um dom Pedro amadurecido pelos difíceis embates políticos que enfrentara desde sua partida. Em decisão surpreendente, o imperador esqueceria as mágoas do passado e o nomeava responsável pela educação dos filhos — entre eles o futuro dom Pedro II —, antes de abdicar do trono brasileiro e também partir para a Europa, em 1831. “Nomeio tutor de meus amados filhos o muito probo, honrado e patriótico cidadão, o meu verdadeiro amigo José Bonifácio de Andrada e Silva”, escreveu dom Pedro.

O novo posto, no entanto, recolocou o antigo ministro no alvo dos adversários políticos. Afastado da tutoria de dom Pedro II em 1833, foi preso por “conspiração e perturbação da ordem pública”. Acusavam-no de liderar

um complô para trazer dom Pedro I de volta ao Brasil. Julgado à revelia e absolvido depois de dois anos, Bonifácio morreu às três horas da madrugada de 6 de abril de 1838, em Niterói, perto da ilha de Paquetá, na baía de Guanabara, onde se recolhera em exílio voluntário, desiludido com os rumos da política brasileira. Seus restos mortais estão hoje depositados no Panteão dos Andradas, monumento erguido em memória à família do Patriarca na cidade de Santos.



José Bonifácio e Dom Pedro, numa conversa “de homem para homem”

A GUERRA

Uma lenda muito popular e repetida constantemente, sobre a Independência do Brasil, descreve a ruptura com Portugal como um processo pacífico, indolor. Por essa visão, tudo teria se resumido ao célebre Grito e às negociações entre o rei dom João VI e seu filho dom Pedro, com algumas escaramuças isoladas e quase sem vítimas.

É um erro.

Quem vê hoje a convivência amistosa dos dois povos, no Brasil e em Portugal, não faz ideia do clima de ódio e confronto que os envolveu no ano da Independência do Brasil. Enquanto na metrópole e em sua antiga colônia crescia a radicalização dos discursos e documentos, nas ruas as pessoas eram caçadas a golpes de porretes, pontapés ou até assassinadas a sangue-frio. “Ensopai a terra no sangue dos tiranos portugueses”, pregava o médico e jornalista Cipriano Barata no jornal *Sentinela da Liberdade* de abril de 1823. “Rasgai de uma vez as entranhas desses monstros.”

Na semana do Fico, bandos de portugueses armados percorriam as ruas do Rio de Janeiro em atitude de desafio aos brasileiros que apoiavam a decisão do príncipe regente de contrariar as cortes de Lisboa e permanecer no Brasil. “Esta cabrada se leva a pau”, gritavam. Na Bahia, a procissão da tradicional festa de São José, santo padroeiro dos comerciantes portugueses, foi dispersada no dia 19 de março de 1822 por uma chuva de pedras atiradas do alto dos morros lançadas por filhos de escravos, supostamente por ordem de seus senhores brasileiros. Dois dias depois, oficiais e soldados lusitanos foram novamente vaiados e obrigados a fugir sob uma saraivada de pedras disparada na baixa dos Sapateiros. Revidaram quebrando vidraças e lanternas nas ruas ou se entrincheirando em casas e edifícios públicos de armas na mão.

A Guerra da Independência foi longa e desgastante. Durou 21 meses, entre fevereiro de 1822 e novembro do ano seguinte. Nesse período, milhares de pessoas perderam a vida. O número de combatentes foi maior do que o das

guerras de libertação da América espanhola na mesma época. Só na Bahia mais de 16 mil brasileiros e aproximadamente 5 mil portugueses trocaram tiros durante um ano e quatro meses.

GUERRA NAS RUAS E NOS CARTÓRIOS

Infelizmente, não existem estatísticas confiáveis a respeito do número de mortos, mas as evidências indicam ter sido maior do que se imagina. No Piauí, entre duzentos e quatrocentos brasileiros tombaram em cinco horas de combate na trágica e emblemática Batalha do Jenipapo, ocorrida no dia 13 de março de 1823. Na Bahia, duzentas a trezentas pessoas morreram nas ruas de Salvador entre os dias 18 e 21 de fevereiro de 1822. Curiosamente, não se sabe o número de vítimas na maior de todas as batalhas, a do Pirajá, travada nos arredores da cidade no dia 8 de novembro do mesmo ano. Sobre esse episódio, existem apenas vagas referências às mortes de “mais de duzentos inimigos” — ou seja, portugueses. Outros quinhentos lusitanos teriam morrido em um ataque à ilha de Itaparica em janeiro de 1823. No Pará, 256 homens morreram no dia 20 de outubro de 1823 no porão de um navio ancorado no cais de Belém e convertido em prisão improvisada sob o Sol escaldante da Amazônia.



Caos na baixa dos Sapateiros, em 1822

A soma desses números imprecisos com informações ainda mais vagas sobre enfrentamentos em outras regiões torna razoável supor que a Guerra da Independência brasileira tenha custado entre 2 mil e 3 mil vítimas. É uma cifra relativamente baixa quando comparada aos 25 mil mortos da Guerra da Independência dos Estados Unidos, de 1775 a 1783. Ainda assim é equivocado afirmar que a separação de Portugal correu sem luta.

Houve, sim, lances pitorescos, sem armas, nessa guerra, como a troca de nomes portugueses por denominações indígenas de árvores e animais silvestres para sinalizar a adesão à causa brasileira. Na Bahia, por exemplo, o jornalista e advogado negro Francisco Gomes Brandão, futuro visconde de Jequitinhonha, passou a assinar Francisco Gê Acaiaba de Montezuma com o objetivo de “animar o povo e tornar bem sensível o ressentimento baiano contra os lusitanos e [...] provar sua firme adesão à causa do Brasil”.

Já nas duas frentes simultâneas de batalha, os combates eram acirrados. No sul, as tropas portuguesas resistiram mais de um ano em Montevideú, capital da província Cisplatina, então parte do Império brasileiro. A outra frente de combate se estendeu pelas regiões Norte e Nordeste, cujas províncias se dividiram em 1822. Fortes redutos de comerciantes portugueses, Pará e Maranhão simplesmente ignoraram o Grito do Ipiranga e declararam apoio irrestrito às cortes de Lisboa. Piauí e Alagoas também permaneceram obedientes a Portugal por algum tempo. Rio Grande do Norte e Ceará mergulharam em um período de grande confusão, do qual saíam fiéis ao Rio de Janeiro. Pernambuco relutou, mas também aderiu à causa de dom Pedro I. A sorte da Independência, no entanto, se decidiria na Bahia, posição estratégica escolhida pelos portugueses para resistir e, se possível, reconquistar a partir dali as demais províncias consideradas rebeldes.

Numa resposta ao Dia do Fico, as cortes declararam como rebeldes dom Pedro e seus ministros e começaram os preparativos militares para atacar a antiga colônia. Em junho, seiscentos homens e quatro navios tinham partido de Lisboa para a Bahia. Em agosto, embarcavam para o Brasil 1.500 soldados a bordo de uma reforçada esquadra que incluía o navio *Dom João VI*, com 74 canhões. Para setembro, uma terceira expedição estava sendo preparada com 2 mil homens. Em Londres circulavam rumores de que toda a guarnição portuguesa de Montevideú seria transferida para a Bahia, com o objetivo de tornar Salvador uma cidade inexpugnável aos ataques brasileiros.

SEM MARINHA NEM EXÉRCITO

Ao tomar conhecimento de notícias tão alarmantes, os brasileiros se prepararam para a guerra. No dia 1º de agosto de 1822, dom Pedro e seu ministério declararam “inimigas” as tropas que fossem enviadas de Portugal para o Brasil. Devido à demora nas comunicações com a Europa, a guerra nos primeiros meses envolveu um jogo de esconde-esconde, repleto de boatos, em que nenhum dos lados sabia exatamente o que o adversário planejava nem quais eram as forças de que dispunha. A única certeza era que tanto Portugal quanto o Brasil encontravam-se em estado de penúria, com os cofres públicos vazios e sem dinheiro para contratar e pagar oficiais e soldados, comprar armas e munições e sustentar um conflito que exigia esforços em dois hemisférios. Nesse confronto de esfarrapados, porém, Portugal tinha de início uma vantagem: era um país centenário, organizado e reconhecido pelos vizinhos europeus, que lhe poderiam hipotecar apoio político e ceder empréstimos.

No Brasil, as Forças Armadas — mesmo precárias — ainda eram portuguesas até as vésperas da Independência. Toda a linha de comando, composta em sua maioria de oficiais nascidos em Portugal, respondia às ordens de Lisboa. Portanto, até 1822, o Brasil não tinha Exército nem Marinha de guerra.



Dom Pedro observa as frotas à sua disposição

O próprio governo, que acabara de se constituir com José Bonifácio à frente do ministério, funcionava de forma desorganizada e improvisada. As ordens do Rio de Janeiro não eram acatadas pela maioria das províncias, ainda fiéis a Portugal. Sem reconhecimento internacional, as perspectivas de apoio diplomático eram nulas. Empréstimos, só a juros abusadamente extorsivos.

Num território com mais de 8 mil quilômetros de litoral e separado da metrópole pelo oceano Atlântico, o domínio dos mares seria absolutamente

crucial para assegurar a independência. Mas, pelos cálculos do historiador naval britânico Brian Vale, no começo de 1822 dom Pedro podia contar com, no máximo, oito navios de guerra confiáveis com um total de duzentos canhões, enquanto os portugueses tinham catorze embarcações equipadas com pelo menos o dobro de armamento. Além disso, controlavam Salvador, principal polo da indústria naval portuguesa, enquanto, no Rio de Janeiro, as instalações navais e as embarcações portuguesas aprisionadas encontravam-se em adiantado estado de abandono, com fortificações em ruínas, navios semiapodrecidos, cordas e madeirame carcomidos pela craca e outros vermes marinhos.

A composição de uma força naval confiável e poderosa era, portanto, a maior prioridade do primeiro gabinete organizado por José Bonifácio. Listas começaram a percorrer o país com o objetivo de recolher fundos para compra de navios, armas e munições. Para dar o exemplo, o imperador e a imperatriz fizeram as primeiras doações. A resposta foi imediata. Era a primeira vez que os brasileiros se mobilizavam em torno de uma causa comum. Até mesmo pessoas humildes enviavam contribuições para o Rio de Janeiro, algumas de pequeno valor, mas muito simbólicas, como alianças de casamento e noivado. Infelizmente, só vontade e sacrifício não seriam suficientes para vencer Portugal.

Faltavam ainda oficiais e marinheiros para comandar e defender as embarcações. Nessa época, havia no Brasil cerca de 160 oficiais de Marinha, quase todos portugueses vindos junto com a corte de dom João em 1808. Além de poucos, ninguém tinha certeza de como reagiriam se tivessem de enfrentar seus compatriotas numa batalha. Os temores se confirmaram em janeiro de 1823, quando o primeiro oficial e a tripulação da escuna *Maria Teresa*, encarregados de proteger outros três barcos com armas e munições destinadas aos brasileiros na província Cisplatina, se rebelaram, prenderam o comandante e entregaram os navios e a carga às forças portuguesas aquarteladas em Montevidéu.

Em terra, as melhores tropas do Exército brasileiro eram dominadas por oficiais fiéis a Portugal. O grosso da soldadesca era formado por forças de

reserva, constituídas pelos regimentos de milícias e ordenanças e só convocadas em caso de emergência. Seus integrantes, na maioria brasileiros, não recebiam soldo e geralmente faziam parte dos bandos de jagunços ou seguranças que os coronéis locais mantinham em suas fazendas. Embora leais à causa brasileira, eram mal treinados e estavam dispersos pelo território, sem um comando unificado e seguro.

RECRUTADOS NO LAÇO

Além disso, em todo o Brasil predominava uma aversão generalizada ao serviço militar. Os soldados eram recrutados de forma arbitrária pelos coronéis e capitães do mato. Nas cidades de Vila Rica (atual Ouro Preto), Sabará e São João del-Rei, houve casos em que a população foi convocada para se reunir na praça central com a desculpa de que ali haveria uma cerimônia religiosa ou um comunicado importante. Ao se aproximarem, no entanto, os rapazes eram surpreendidos pelos soldados da corte que os laçavam com cordas e os despachavam para o Rio de Janeiro. Os novos recrutas chegavam à capital acorrentados uns aos outros pelo pescoço e vigiados por guardas a cavalo. Alguns, mais rebeldes, tinham também os pés algemados. Viajavam dias seguidos sem comer. Em 1826, o Ceará ofereceu 3 mil recrutas ao imperador. Embarcados para o Rio de Janeiro no porão de um navio, 553 deles morreram de fome e sede durante a viagem. Nos quartéis a disciplina era bárbara. Os infratores e preguiçosos eram punidos com pauladas, chibatadas ou pranchadas (açoite com a lâmina da espada usada em forma de prancha).

“Na prática, o recrutamento forçado atingia apenas as classes mais humildes e desprotegidas”, explicou o historiador militar gaúcho Juvêncio Saldanha Lemos. “Mas foram esses homens que, humilde e anonimamente, ampararam a Independência.”

Sem tempo, dinheiro nem condições de construir navios, treinar e recrutar homens em território brasileiro, a solução foi procurar reforços na Europa. O momento era particularmente favorável. Com o fim das guerras

napoleônicas, os países europeus eram um celeiro de bons oficiais, marinheiros e navios militares, disponíveis a quem os quisesse pagar.

O problema é que as propostas brasileiras não eram das melhores. Um tenente receberia oito libras esterlinas por mês, um terço menos do que ganhava na Marinha britânica em tempos de guerra. Em compensação, teria um contrato de, no mínimo, cinco anos. Ao final desse prazo, se optasse por voltar à Inglaterra, teria direito a uma pensão vitalícia equivalente à metade do salário na ativa.

Em setembro de 1822, chegou de Londres a informação de que duas fragatas equipadas com armamentos, oficiais e marinheiros estavam à venda. José Bonifácio mandou comprá-las e um mês depois comprou mais quatro, pagando com empréstimos ou bônus do Tesouro Nacional.

A compra de navios e a contratação de mercenários deram algum fôlego às esperanças brasileiras, mas, em 1819, para evitar a evasão de oficiais e marinheiros, a Inglaterra criou uma lei — chamada de *Foreign Enlistment Act* —, proibindo que seus cidadãos prestassem serviços a governos estrangeiros na condição de mercenários. Prevvia punições tanto para os infratores ingleses como para os países envolvidos nessas contratações. Para burlar essas leis e evitar problemas com a poderosa Inglaterra, que dominava os mares na época, os representantes brasileiros passaram a recrutar os mercenários sob o disfarce de colonos agricultores. Os marinheiros eram identificados como “trabalhadores”, enquanto os oficiais apareciam como “supervisores” ou “feitores”.

Ao ser despachado para a Europa, em agosto de 1822, o alemão Jorge Antonio von Schäffer, amigo e agiota da imperatriz Leopoldina, recebeu de José Bonifácio instruções para contratar “atiradores que debaixo do disfarce de colonos serão transportados ao Brasil, onde deverão servir como militares pelo espaço de seis anos”. Muitos dos contratados, porém, eram simples camponeses pobres que embarcavam para o Brasil enganados por falsas promessas. Acontece que, em anúncios publicados nos jornais alemães, o esperto Schäffer prometeu mundos e fundos em nome do imperador brasileiro a quem se dispusesse a migrar para o Brasil. Era tudo mentira. Ao chegarem,

os alemães recrutados por Schäffer descobriram que, antes de tomar posse da tão sonhada terra, iriam para a guerra. Muitos pais e maridos morreram, enquanto suas famílias esperavam em vão que retornassem dos campos de batalha.

A Guerra da Independência foi decidida pela bravura dos patriotas brasileiros e dos colonos e mercenários estrangeiros, mas também por uma mudança abrupta nos rumos da política portuguesa. Em julho de 1823, chegaram da Europa notícias de que as cortes constitucionais de Lisboa haviam sido destituídas em uma rebelião comandada pelo infante dom Miguel, irmão mais novo de dom Pedro. Como resultado, o rei dom João VI estava novamente restituído a seus poderes de monarca absoluto. Para os adeptos do constitucionalismo português nas províncias do Norte e do Nordeste foi um balde de água gelada.



Recrutamento forçado

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, o governo de dom Pedro I se fortalecia a cada nova vitória militar ou adesão colhida nas províncias até então resistentes. Nesse mesmo mês de julho, os portugueses deixaram Salvador,

onde tinham resistido por um ano e quatro meses. Em seguida, foi a vez de Maranhão e Pará aderirem ao Brasil monárquico e independente.

Mas a história da rendição portuguesa das províncias do Norte e do Nordeste foi marcada pela atuação do almirante Thomas Cochrane, um escocês louco por dinheiro, herói maldito da Independência do Brasil.



Almirante Thomas Cochrane, herói e vilão da Independência

LOUCO POR DINHEIRO

EM UMA VISITA OFICIAL À ABADIA DE WESTMINSTER, EM LONDRES, o maranhense José Sarney aproximou-se de uma tumba de 1860 situada no chão da parte central da nave e, sem que os acompanhantes percebessem, pisou com firmeza sobre a lápide. Em seguida, olhando para o nome gravado no mármore, sussurrou: “Corsário!”. Foi um momento de ira e vingança. “Pisei, pisei mesmo e com gosto”, contou Sarney a um interlocutor depois de voltar ao Brasil. O que teria feito o misterioso ocupante do túmulo para merecer tratamento tão desrespeitoso por parte de um presidente da República do Brasil? Sepultado aos 85 anos com honras em Westminster, o escocês Thomas Alexander Cochrane é ao mesmo tempo herói e vilão da Independência brasileira.

O mais famoso dos mercenários contratados por dom Pedro foi o primeiro almirante da até então desorganizada e ineficiente Marinha de guerra brasileira. Sob a mira de seus canhões, as forças portuguesas se renderam na Bahia, no Maranhão e no Pará, evitando que em 1823 o Brasil se fragmentasse em dois ou três países menores. Também com sua ajuda, o nascente Império brasileiro conseguiu vencer no ano seguinte a Confederação do Equador, movimento de tendência republicana e separatista organizado em Pernambuco com apoio dos estados vizinhos. Apesar de todos esses grandes feitos, até hoje seu legado é motivo de controvérsia entre os brasileiros.

Lorde Cochrane, como ficou conhecido na época, é particularmente odiado em São Luís do Maranhão, cidade que saqueou sem pudores durante a Guerra da Independência. Mesmo sendo o primeiro almirante da Armada nacional, Cochrane é apresentado no Museu Naval, situado na rua Dom Manuel, centro do Rio de Janeiro, em quadro minúsculo ao pé da galeria que narra os feitos e personagens da história naval brasileira. Nunca, em quase duzentos anos, um navio de guerra brasileiro importante foi batizado com seu nome.

SUPERESTRELA DOS MARES

Na época da Independência, Cochrane era uma celebridade internacional. Herói dos mares, alto, magro, ruivo e destemido, seus feitos eram celebrados em romances e folhetins, debatidos nos jornais britânicos e alvo da inveja e da curiosidade no mundo todo. A ascensão rumo ao estrelato começou pelo posto de oficial da Real Marinha Britânica durante as guerras napoleônicas. Ainda jovem, comandante da fragata *Pallas*, infernizou a vida do imperador Napoleão Bonaparte no mar Mediterrâneo, impondo derrotas humilhantes à esquadra francesa. Teria ganhado do próprio Napoleão o apelido de “Le Loup de Mer” (O Lobo dos Mares, em francês).



Abadia de Westminster, em Londres

Uma de suas especialidades era investir contra frotas de navios muito maiores e mais bem equipados usando barcos incendiários, que ao colidir com o inimigo explodiam e espalhavam chamas em todas as direções.

Na era da navegação a vela, os navios de guerra eram altamente vulneráveis ao fogo. Construídos em madeira, com o casco revestido de alcatrão, velas de pano, cordas besuntadas com gordura para facilitar o manuseio e depósitos repletos de pólvora, quase tudo podia entrar em combustão e ir pelos ares em segundos. Cochrane sabia se aproveitar dessa vulnerabilidade como ninguém.

Outras características, porém, contribuíram para adicionar à fama o traço da polêmica. Cochrane era teimoso, narcisista, louco por dinheiro e desentendia-se com frequência com seus superiores.

Em 1814, a fortuna virou contra ele. Nesse ano, Cochrane envolveu-se em um escândalo na bolsa de Londres. Um falso coronel francês apareceu na cidade inglesa de Dover e anunciou que Napoleão Bonaparte estava morto. A notícia era falsa. O boato, no entanto, fez disparar o preço das ações na bolsa. Alguns investidores, obviamente envolvidos no complô, fizeram fortuna vendendo os papéis rapidamente. Cochrane era um deles. O inquérito descobriu que o falso coronel tinha ido à casa do almirante antes da abertura do pregão. Com base nessa evidência, Cochrane foi considerado culpado de conspiração, multado e condenado a um ano de prisão.



O uso dos barcos incendiários

Demitido da Marinha, perdeu também o título de nobreza que lhe tinha sido conferido nos tempos de glória — o de Cavaleiro da Ordem do Banho. Começava ali, no entanto, a segunda e mais notável fase de sua carreira: a de libertador mercenário dos povos ao redor do mundo.

A guerra de Independência continuava acesa na América espanhola. Com uma linha de litoral tão extensa quanto a do Brasil, Chile e Peru continuavam assolados pelos navios espanhóis, que prejudicavam o abastecimento e o comércio nas cidades costeiras. A tarefa de expulsá-los foi confiada a Cochrane. Em poucos meses, o genial almirante conseguiu destroçar a armada espanhola no litoral chileno e peruano, com manobras ousadas, que pegavam o inimigo de surpresa e não lhe davam tempo de reagir.

Logo, no entanto, começaram as brigas por causa de dinheiro, e Cochrane voltou a atenção para o Brasil.

PROCURA-SE UM ALMIRANTE

Em 1822, o governo brasileiro precisava desesperadamente de um líder que organizasse sua Marinha. Os almirantes disponíveis tinham pouca experiência de combate. Pior: todos eram portugueses e, portanto, suspeitos em relação à causa brasileira.

No dia 13 de setembro, uma semana após o Grito do Ipiranga, uma mensagem secreta de José Bonifácio chegou às mãos do agente brasileiro em Buenos Aires, Antônio Manuel Corrêa da Câmara, com instruções para ir ao Chile entregar a Cochrane o convite para se juntar às forças brasileiras contra os portugueses e autorização para fazer uma proposta irrecusável ao escocês.

No dia 11 de dezembro, o governo do Brasil publicou um decreto pelo qual “todas as presas (cargas) tomadas na guerra serão de propriedade de quem as capturar”. Era tudo o que Cochrane precisava para se decidir.

O almirante chegou ao Rio de Janeiro em 13 de março de 1823. Já no dia seguinte, foi convidado por dom Pedro I a acompanhá-lo na inspeção dos navios ancorados no porto. Foi uma decepção. Os barcos pareciam até razoáveis, mas a tripulação era composta da “pior classe de portugueses”, na descrição do almirante. “Nunca tinha tido sob meu comando um grupo tão incompetente.” Também ficou surpreso ao ouvir dom Pedro repetir diversas vezes que os combates se dariam contra “as forças parlamentares portuguesas”. Entendeu, portanto, que se tratava de uma guerra “meramente contra as cortes e não contra o rei ou a nação portuguesa”, conforme anotou em seu diário.

A primeira investida contra os portugueses, na Bahia, foi um fiasco. Cochrane zarpou do porto do Rio de Janeiro no dia 1º de abril com cinco navios. Ao se aproximar de Salvador, foi surpreendido pela presença de uma frota portuguesa quase três vezes maior que a sua — catorze navios equipados com 380 canhões. A brasileira tinha apenas 234 canhões. Por sorte, os portugueses não eram grandes lobos do mar: ao sair da barra, o maior dos navios, a nau *Dom João VI*, encalhou, retardando a batalha em uma semana.

Quando finalmente o confronto começou, no dia 4 de maio, Cochrane se deu conta do quanto eram frágeis os recursos à sua disposição. No lado brasileiro, os navios foram alvo de inúmeros atos de sabotagem por parte dos

marinheiros portugueses. Na corveta *Liberal* e nos brigues *Real Pedro* e *Guarani*, a tripulação, toda portuguesa, recusou-se a entrar em ação, declarando que “portugueses não se batem contra portugueses!”. Para piorar a situação, os canhões funcionavam mal, as velas, de tão podres, se rompiam ao menor sopro de vento, e a pólvora era de qualidade tão ruim que os projéteis só alcançavam metade da distância necessária. Correndo o risco de sofrer uma derrota humilhante e até ser capturado, Cochrane preferiu fugir.

O frustrado ataque à Bahia serviu de lição. A tripulação portuguesa foi substituída por novos recrutas brasileiros e mercenários ingleses e americanos, mais confiáveis para a causa da independência. Os navios receberam novos equipamentos, armas e munição, comprados na Europa. Em vez de atacar uma segunda vez os navios portugueses, Cochrane decidiu bloqueá-los no porto de Salvador, impedindo que os adversários — já sitiados pelo Exército brasileiro no Recôncavo — recebessem suprimentos e reforços. Foi uma decisão sábia. Menos de dois meses depois, no dia 2 de julho de 1823, toda a esquadra lusitana, composta de dezessete navios de guerra e 75 mercantes, deixou a capital baiana rumo a Portugal. Cochrane os perseguiu, conseguindo capturar dezesseis barcos e fazer 2 mil prisioneiros.



Thomas Cochrane em perseguição aos portugueses

TRUQUES DO CORSÁRIO

Uma fragata brasileira, a *Niterói*, sob o comando do capitão John Taylor, cruzou o oceano Atlântico no encalço dos portugueses até as imediações da foz do rio Tejo, em Lisboa. Uma caçada tão destemida deixou os portugueses apavorados. Apesar das enormes dificuldades, a nascente Marinha brasileira não apenas reunira condições de defender a independência, mas, caso as hostilidades continuassem por muito tempo, poderia criar coragem e atacar a própria metrópole na Europa.

Tendo cumprido sua missão na Bahia, Cochrane voltou a atenção para as duas últimas províncias brasileiras que ainda se mantinham fiéis a Lisboa: o

Maranhão e o Pará. A rigor, a essa altura, só o Pará permanecia português. No fim de julho de 1823, todo o interior do Maranhão estava ocupado por um exército de 8 mil voluntários piauienses e cearenses adeptos da Independência. A rendição da capital São Luís seria apenas uma questão de tempo. Cochrane, porém, conseguiu reivindicar sozinho toda a glória usando de astúcia para acelerar um fato já consumado e inevitável.



A nau Dom João VI

Ao se aproximar de São Luís, hasteou a bandeira britânica, em vez das cores brasileiras. Os militares que vigiavam o porto acreditaram tratar-se de um navio inglês, neutro no conflito, e enviaram a seu encontro o brigue *Dom Miguel* com mensagens de boas-vindas. Ao subir a bordo, porém, o oficial encarregado de entregar os papéis se deu conta de que estava em um navio brasileiro. Foi imediatamente preso, mas Cochrane decidiu liberá-lo com a condição de que levasse uma carta ao governador de armas, Agostinho de Farias, na qual exigia a capitulação da cidade.

No dia seguinte, 28 de julho, a Junta de governo, já ciente da aproximação do Exército brasileiro pelo interior, anunciou a adesão da província ao Império do Brasil.

Em Belém, a astúcia foi ainda maior. Por orientação do almirante, no dia 10 de agosto de 1823, o capitão inglês John Pascoe Grenfell ancorou seu navio — o mesmo brigue *Dom Miguel* capturado em São Luís e rebatizado *Maranhão* — em frente à cidade e mandou avisar aos portugueses que além da linha do

horizonte, esperando ordens para atacar, estava toda a frota imperial brasileira sob o comando do próprio Cochrane. Era um blefe. O único navio na região era o capitaneado por Grenfell. Cochrane tinha ficado em São Luís. Isolados e sem comunicações por terra com as demais capitais, porém, os portugueses preferiram não correr o risco e entregaram a capital paraense sem disparar um só tiro.

Após a rendição, Belém mergulhou no caos com cenas de vandalismo em toda a cidade. Um marinheiro português feriu o próprio Grenfell com uma facada nas costelas. Por falta de lugar nas prisões, um grupo de 260 paraenses foi trancafiado no dia 20 de outubro no porão do navio *Diligente*, ancorado sob o Sol escaldante no cais do porto. No entardecer do dia seguinte, descobriu-se que só quatro prisioneiros continuavam vivos. Os corpos dos demais estavam empilhados uns sobre os outros, transformando o porão do *Diligente* em tumba flutuante.

Enquanto isso, Cochrane dedicava-se ao saque metódico de São Luís, tomando posse de um patrimônio estimado em 100 mil libras esterlinas — cerca de 30 milhões de reais atualmente. Na prática, o almirante tratou a capital do Maranhão como um território inimigo conquistado — e não um pedaço do Brasil libertado da ocupação portuguesa. Os habitantes se revoltaram, mas, sob a mira dos canhões, submeteram-se.



O MARQUÊS DO MARANHÃO

Cochrane foi recebido no Rio de Janeiro como herói nacional e agraciado por dom Pedro I com a recém-criada Ordem do Cruzeiro do Sul e o título de marquês do Maranhão — homenagem que aos maranhenses soa até hoje como uma ofensa.

A seguir, em troca de novas recompensas, o almirante ajudou o Império a subjugar a Confederação do Equador, bloqueando o porto do Recife. Ao final dos combates em Pernambuco, Cochrane voltou a São Luís para extorquir mais dinheiro dos habitantes locais, sob a mira de canhões, e, no dia 18 de maio de 1825, deu por encerrada sua participação na Guerra da Independência do Brasil.

Seu último ato foi melancólico. Sequestrou um navio brasileiro, a fragata *Piranga*, de cinquenta canhões, e o levou para a Inglaterra. Construída em 1817 na Bahia com o nome de *União* e rebatizada em 1822 com a denominação indígena do riacho da Independência, era a mesma embarcação que os militares portugueses haviam pretendido usar no sequestro de dom Pedro na semana do Fico. Abandonada no porto inglês de Spithead, só voltaria para o Brasil seis meses depois. Enquanto isso, Cochrane partia para a Grécia, onde a luta contra os turcos otomanos lhe renderia mais 100 mil libras.

Morreu em 1860, já reabilitado pelo governo britânico e transformado em herói nacional com direito a exéquias em Westminster. Catorze anos depois, em 1874, o Império brasileiro concordou em pagar a seus herdeiros mais 40.298 libras esterlinas, pondo fim a uma disputa de meio século.



O almirante e o imperador



A Ordem do Cruzeiro do Sul

A BATALHA DO JENIPAPO



Na paisagem monótona salpicada de palmeiras de carnaúba do município de Campo Maior, no sertão do Piauí, jazem alguns dos heróis anônimos da

Independência do Brasil.

Seus túmulos estão assinalados por centenas de montículos de pedra malcuidados e sem identificação, no matagal que cobre as margens da BR-343, a rodovia que liga a capital Teresina à cidade de Parnaíba, no litoral piauiense. No meio deles, ergue-se um cruzeiro enegrecido pela fumaça. O local recebe constante peregrinação, motivada pela religiosidade popular, mais do que pela história. Aos pés do crucifixo, pagadores de promessas acendem velas e depositam os chamados ex-votos — muletas, bengalas, dentaduras e pedaços do corpo humano, como pernas e braços, modelados em cera, gesso ou madeira.

Foi ali que ocorreu o mais trágico confronto na Guerra da Independência, a Batalha do Jenipapo, batizada em referência ao nome do rio em cujas margens brasileiros e portugueses se bateram entre as nove horas da manhã e as duas horas da tarde de 13 de março de 1823. O resultado foi uma carnificina: cerca de duzentos brasileiros mortos e mais de quinhentos feitos prisioneiros. As perdas representaram um terço do improvisado Exército brasileiro local, composto em sua maioria de vaqueiros e comerciantes, além de alguns vereadores, um juiz, idosos e adolescentes. Os portugueses tiveram apenas dezesseis baixas.

Ignoradas pelos brasileiros das outras regiões, as tumbas dos heróis anônimos do Jenipapo comprovam que é um erro acreditar que as regiões Norte e Nordeste apenas “aderiram” ao Império do Brasil depois que a independência já estava assegurada no sul do país. Por essa interpretação equivocada, a decisão teria se tornado inevitável diante da consolidação do poder de dom Pedro no Rio de Janeiro e do enfraquecimento da metrópole portuguesa às voltas com dificuldades políticas e financeiras. Na verdade, a independência nessas regiões foi conquistada palmo a palmo ao custo de muito sangue e sofrimento.

Com 90 mil habitantes, dos quais apenas 20 mil eram brancos, o Piauí era em 1822 um território desconhecido e remoto. Ao contrário das demais regiões brasileiras, tinha sido colonizado do sertão para o mar. Seus primeiros ocupantes foram jagunços e vaqueiros. À frente de boiadas semisselvagens, haviam desalojado os índios e ocupado os vastos campos de pecuária no sul da província para em seguida avançar lentamente pelo sertão até a faixa litorânea, que hoje compõe o delta do rio Parnaíba.

As comunicações com o restante do país eram tão lentas que, em 1811, a província demorou quase um ano para receber a carta régia na qual ganhava autonomia, separada do antigo estado do Grão-Pará e Maranhão. A primeira escola de ensino fundamental na então capital, Oeiras, foi criada só quatro anos mais tarde, em 1815.

Em 1821, esse pedaço de Brasil tão pobre e escassamente povoado foi confiado pelas cortes de Lisboa ao major português João José da Cunha Fidié. Nomeado governador das armas do Piauí, Fidié desembarcou em Oeiras no dia 8 de agosto, um mês antes do Grito do Ipiranga, com a difícil missão de impedir que os anseios de independência contaminassem o último pedaço da antiga colônia ainda fiel a Portugal. Na época de sua chegada, uma onda revolucionária varria o sertão nordestino. Começara na Bahia, em fevereiro de 1822, e rapidamente se espalhava pelas demais províncias.

Ao tomar posse, o novo governador mal teve tempo de esquentar a cadeira. Logo foi pego de surpresa pela notícia de que, no dia 19 de outubro, a câmara de São João da Parnaíba, no litoral piauiense, havia proclamado sua adesão à causa brasileira. Fidié era um soldado experiente e disciplinado, que se destacara na guerra contra as tropas de Napoleão Bonaparte em Portugal e na Espanha. Como estrategista, no entanto, revelou-se um desastre. Ao saber da reviravolta em Parnaíba, abandonou a capital Oeiras — alvo natural de um eventual ataque das tropas fiéis a dom Pedro I — e, à frente de 1.100 homens armados, marchou para o norte. Seu objetivo era punir a rebelde Parnaíba e impedir que qualquer foco revolucionário prosperasse na província. A lenta travessia a pé dos 660 quilômetros que separam Oeiras do litoral se prolongou

por dois meses em meio à paisagem ressequida e castigada pelo sol do sertão piauiense.

Ao chegar a Parnaíba, no dia 18 de dezembro, o imprevidente Fidié teve mais duas surpresas. A primeira é que não havia ninguém para castigar. O juiz João Cândido, o coronel Simplício e os vereadores responsáveis pela proclamação de 19 de outubro tinham-se refugiado na vila cearense de Granja. Ainda assim, o major reuniu os moradores, declarou nulas as decisões da câmara, organizou um juramento coletivo de fidelidade a Portugal e promoveu uma cerimônia de ação de graças na igreja matriz, enquanto seus soldados saqueavam e ateavam fogo às propriedades dos revolucionários refugiados no Ceará.

A segunda surpresa, porém, era devastadora. Em sua ausência, a desprotegida capital Oeiras também aderira à Independência.



ONZE CANHÕES E UMA CHUVA DE FOGO

Alarmado com as notícias, Fidié deu meia-volta e partiu de Parnaíba em direção a Oeiras no dia 28 de fevereiro de 1823. Dessa vez, no entanto, o desfecho da jornada pelo sertão seria bem diferente. A vila de Campo Maior, situada a meia distância entre Parnaíba e a capital, agora estava em mãos dos rebeldes brasileiros. Ao saber da aproximação do Exército português, o capitão Luiz Estanislau Rodrigues Chaves, comandante da guarnição local, decidiu barrar-lhe o caminho. Como dispunha de menos de quinhentos soldados, fez uma proclamação aos moradores pedindo voluntários.

Ao amanhecer do dia 13 de março, cerca de 2 mil pessoas estavam reunidas em frente à igreja de Santo Antônio. Era um grupo sem nenhum treinamento militar, armado com foices, machados, facões, espingardas de caça e dois canhões velhos e enferrujados, ainda da época do Brasil colônia, que horas mais tarde se desmantelariam ao disparar os primeiros tiros.

Da frente da igreja, os brasileiros caminharam até as margens do rio Jenipapo, situado a dez quilômetros da cidade. Como o leito do rio estava seco devido à prolongada estiagem, usaram as touceiras de capim ali remanescentes como trincheiras improvisadas, enquanto as tropas portuguesas se aproximavam na direção contrária.

Ao ouvirem os primeiros tiros, os inexperientes brasileiros acreditaram que toda a tropa portuguesa estivesse concentrada no flanco esquerdo. Foi um erro fatal. Em tropel desordenado, abandonaram a linha de defesa que haviam formado ao longo da margem do rio para se amontoarem todos só naquele ponto. Isso deu a Fidié a oportunidade de cruzar o Jenipapo num trecho desguarnecido e calmamente montar a artilharia no alto de uma ondulação que despontava sobre a várzea. Ao perceber a manobra, os brasileiros já estavam cercados, de um lado, pela cavalaria e, de outro, por onze canhões que começaram a despejar sobre eles uma chuva de fogo. Quando a fuzilaria terminou, por volta das duas horas da tarde, o chão estava coalhado de cadáveres.

Para Fidié, foi uma vitória com sabor de derrota. No calor da batalha, sua bagagem pessoal e todas as reservas de água, comida, roupas, armas e munição tinham sido roubadas pelos sertanejos. Ao final dos combates, castigada pelo Sol inclemente, sua tropa apresentava estado tão deplorável que o major achou mais prudente não perseguir os brasileiros que fugiam em debandada. Preferiu recolher-se a uma fazenda próxima, onde permaneceu três dias. Ali chegou à óbvia conclusão de que seria inútil resistir à onda revolucionária. Decidiu cruzar o rio Parnaíba e se refugiar na cidade maranhense de Caxias, ainda controlada pelos portugueses.

Sitiado por um exército onze vezes maior que o seu, composto de 8 mil piauienses, cearenses, pernambucanos e baianos, Fidié resistiu por três meses. No fim de julho, porém, chegaram as notícias de que em Lisboa as cortes haviam sido dissolvidas. A causa pela qual lutara estava perdida. Rendeu-se no dia 31 de julho e foi despachado para o Rio de Janeiro, de onde voltaria para Portugal, recebendo o perdão oficial do imperador brasileiro.



Major João José da Cunha Fidié, exausto

A BAHIA

Nenhum estado brasileiro comemora a Independência do Brasil com tanto entusiasmo quanto a Bahia. As diferenças começam pelo calendário. O feriado de Sete de Setembro, marcado nas outras regiões por desfiles militares e escolares aos quais o povo raramente comparece, é ignorado pela maioria dos baianos. A verdadeira festa acontece no dia 2 de julho, data da expulsão das tropas portuguesas de Salvador, em 1823. E só perde em grandiosidade para o Carnaval. O desfile começa às nove horas e vai até o fim da tarde. Em todo o percurso, os moradores enfeitam suas casas, estendem faixas sobre as ruas e reúnem os amigos. As alegorias misturam elementos de festa cívica, carnaval e sincretismo religioso.

Os baianos têm bons motivos para celebrar. Foram os brasileiros que mais lutaram e mais sofreram pela Independência. A guerra contra os portugueses na Bahia durou um ano e cinco meses, mobilizou mais de 16 mil pessoas só do lado brasileiro e custou centenas de vidas. Foi também ali que o Brasil independente correu o mais sério risco de ter seu território dividido. Depois da expulsão das tropas do general Jorge de Avilez do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1822, a metrópole portuguesa decidiu concentrar em Salvador todos os seus esforços militares. O objetivo era que as regiões Sul e Sudeste ficassem sob o controle do príncipe regente dom Pedro, enquanto o Norte e o Nordeste permaneceriam portugueses.

Mais do que isso, a metrópole alimentava a esperança de que, uma vez dominada a Bahia, suas tropas poderiam eventualmente atacar o Rio de Janeiro e dali recuperar as demais províncias. A coragem e a determinação dos baianos impediram que isso acontecesse. “A resistência baiana decidiu a unidade nacional”, afirmou o historiador Tobias Monteiro.

“NÃO NOS ENTREGAMOS”

Ao amanhecer de 19 de fevereiro de 1822, os moradores foram acordados com o som de tiros disparados na região mais alta da cidade, próxima ao Campo Grande. Era uma rebelião de militares brasileiros contra uma decisão das cortes de Lisboa de retirar o brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brasileiro e simpático à causa de dom Pedro, do comando das tropas da Bahia. O substituto seria o general português Ignácio Luís Madeira de Melo, nomeado governador das armas da província.

Madeira de Melo não tinha sensibilidade nem paciência para entender a delicada situação política que se estabelecera na capital baiana às vésperas da Independência. No seu entender, a única alternativa de Portugal naquele momento era o uso da força militar contra os baianos. “O Brasil, depois de se haver sublevado e proclamado a sua independência, já não pode ser restituído ao seu antigo estado senão por meio de guerra”, opinaria, em carta ao rei.

Na revolta do dia 18 de fevereiro, centenas de oficiais, soldados, milicianos e civis favoráveis à Independência se aquartelaram no forte São Pedro. No começo da tarde do dia seguinte, um mensageiro do general Madeira apresentou-se no local exigindo a rendição dos revoltosos. Coube ao cirurgião do Regimento de Caçadores, Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, dar a resposta: “Não nos entregamos!”.



Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, líder da Sabinada

Sabino era um mulato de olhos claros, bom orador, médico e jornalista, dono de uma grande biblioteca e fanático pelas ideias da Revolução Francesa. Tinha sido acusado de matar a esposa e “servia-se de homem como se fora mulher”, segundo um cronista da época. Ou seja, era homossexual. Posteriormente, em novembro de 1837, lideraria no mesmo forte São Pedro, com o apoio dos escravos, uma rebelião conhecida como Sabinada, na qual tentou em vão fundar uma República Baianense.

Irritado com a resposta, Madeira de Melo mandou bombardear o quartel rebelde. Enquanto isso, portugueses e brasileiros se enfrentavam nas ruas de Salvador. Em quatro dias, de duzentas a trezentas pessoas foram mortas. O confronto produziu também os dois primeiros mártires da Independência.

MÁRTIRES DA INDEPENDÊNCIA

Joana Angélica de Jesus, de sessenta anos, madre superiora do convento da Lapa, morreu atravessada por golpes de baionetas ao defender a clausura — local de isolamento, no qual somente as freiras poderiam entrar — contra um

grupo de soldados e marinheiros portugueses bêbados que tentou invadi-la. O outro mártir foi um padre idoso, o capelão Daniel da Silva Lisboa, brutalmente espancado a coronhadas no mesmo local.

Sem condições de resistir ao bombardeio português, na madrugada de 20 de fevereiro, os brasileiros abandonaram o forte São Pedro e a seguir a cidade de Salvador. As vilas e fazendas do Recôncavo se transformaram em imensos campos de refugiados brasileiros. O restante da Bahia aderiu em peso à Independência do Brasil formando um cinturão de isolamento aos portugueses encastelados na capital da província.

Na manhã de 25 de junho, a câmara de Cachoeira reconheceu a autoridade do príncipe regente dom Pedro. Os moradores se reuniram para comemorar na atual praça da Aclamação, onde foi feita a leitura da ata dos vereadores seguida de um *Te Deum* na igreja matriz. A festa, porém, foi interrompida por tiros disparados de uma canhoneira portuguesa estacionada no rio Paraguaçu, em frente à cidade.



A canhoneira portuguesa

A MAIS HEROICA BATALHA NAVAL DA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

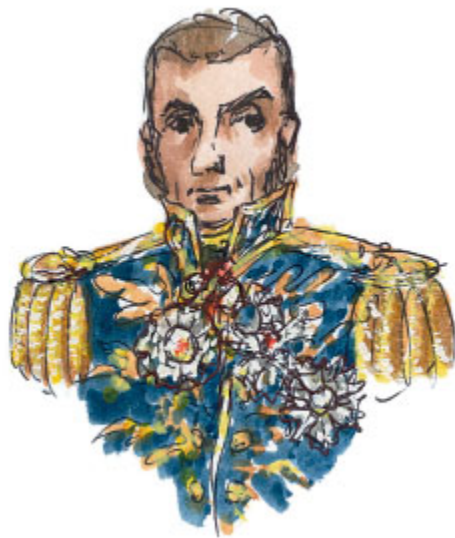
O tiroteio continuou durante três dias. Na primeira noite, a canhoneira portuguesa despejou contínuas rajadas de metralha sobre as casas dos brasileiros. Na escuridão era fácil identificá-las porque os moradores haviam colocado lanternas acesas nas janelas para celebrar a decisão da câmara. Quando o dia amanheceu, a situação se inverteu. Uma improvisada flotilha de canoas e pequenos barcos de pesca cercou a canhoneira de todos os lados. Na falta de equipamentos mais modernos, os brasileiros usavam espingardas de caça e um canhão antiquíssimo, exibido até então como relíquia na praça da cidade. Sem comida e munição, na tarde do dia 28 de junho, o comandante

português e seus 26 marinheiros finalmente se renderam. Foi a mais singela, e talvez a mais heroica, de todas as batalhas navais da Independência brasileira.

Madeira de Melo fortificou a capital baiana, decretou lei marcial e ficou aguardando os reforços prometidos por Lisboa. Do lado brasileiro, a euforia dos momentos iniciais dava lugar à preocupação. Faltavam recursos e organização ao Exército brasileiro. Os soldados estavam descalços, famintos e com os soldos atrasados. Muitos morriam de tifo e impaludismo, febres endêmicas no Recôncavo. Faltavam médicos, enfermeiros, remédios e hospitais. As armas eram fabricadas de maneira improvisada pelos próprios oficiais e soldados. Nas trincheiras encharcadas pela chuva, os combatentes eram atacados por um verme chamado bicho-de-pé — e não só nos pés, mas em todo o corpo. A tarefa definitiva de organizar esse exército irregular, indisciplinado e carente de tudo caberia a um estrangeiro, o general francês Pierre Labatut.

LIBERTANDO SALVADOR

Labatut e seus oficiais seguiram até o Recife, onde recrutaram mais homens, e só então marcharam para a Bahia numa viagem penosa de quase três meses. Ao chegar à Bahia, estabeleceu o quartel-general na localidade de Engenheiro Novo e deu um ultimato a Madeira de Melo para que se rendesse. O turrão Madeira de Melo obviamente ignorou a mensagem. Labatut comandou as forças brasileiras por dez meses, mas a nomeação de um oficial estrangeiro para um cargo tão importante causou desconforto na Bahia. O general mal falava o português e insistia em alistar escravos nas tropas brasileiras, medida que os senhores de engenho temiam por acreditar que, uma vez armados, os negros poderiam se voltar contra eles. Cercado de intriga por todos os lados, Labatut acabaria preso e destituído do comando pelos seus próprios oficiais cinco semanas antes do fim da guerra.



O general Pierre Labatut

A glória de entrar em Salvador à frente das tropas brasileiras no dia 2 de julho caberia a seu substituto, o coronel José Joaquim de Lima e Silva. Era tio do jovem Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias e atual patrono do Exército brasileiro, que também participou dos combates na Bahia como tenente ajudante no Batalhão do Imperador.

Mais bem organizados depois do comando de Labatut, os brasileiros ainda assim preferiram evitar um confronto direto com os portugueses. Em vez disso, decidiram cercá-los na capital, impedindo que recebessem armas, munição e, principalmente, alimentos.

Por duas vezes, os portugueses tentaram romper o cerco brasileiro. A primeira ocorreu no dia 8 de novembro de 1822 na localidade de Pirajá, a dez quilômetros do centro de Salvador. O resultado foi a maior batalha dessa guerra. O confronto durou dez horas e envolveu cerca de 10 mil brasileiros e portugueses. Entre os combatentes estava a mais famosa heroína da Independência.

UMA GUERREIRA CHAMADA SOLDADO MEDEIROS

Nascida em Feira de Santana, filha de lavradores pobres, Maria Quitéria de Jesus Medeiros tinha trinta anos quando a Bahia começou a pegar em armas contra os portugueses.

Apesar da proibição de mulheres nos batalhões de voluntários, decidiu alistar-se, disfarçada de homem. Cortou os cabelos, apertou os seios, vestiu trajes masculinos e incorporou-se às fileiras brasileiras com o nome de Medeiros. Duas semanas depois foi descoberta pelo pai, que tentou levá-la à força de volta para casa.



Maria Quitéria de Jesus Medeiros: disfarçada de soldado Medeiros (acima), descoberta e arrastada pelo pai (abaixo)



Os colegas de quartel, já impressionados com a habilidade com que o soldado Medeiros manjava armas, imploraram para que ela ficasse. O oficial

comandante concordou, mas impôs uma condição: em vez da farda masculina, ela usaria um saíote à moda escocesa.

Maria Quitéria participou de pelo menos três combates e em todos se destacou pela bravura. Antes de ser destituído do comando, o general Labatut lhe conferiu o posto de primeiro cadete. Seu substituto, o coronel Lima e Silva, prestou-lhe uma homenagem em público descrevendo suas façanhas. “Apresentou feitos de grande heroísmo, avançando, de uma delas, por dentro de um rio, com água até os peitos, sobre uma barca que batia renhidamente nossas tropas”, assinalou. A suprema glória, no entanto, viria no dia 20 de agosto de 1823, quando Maria Quitéria foi recebida no Rio de Janeiro pelo imperador Pedro I e condecorada com a Ordem do Cruzeiro.

De volta à Bahia, Maria Quitéria casou-se com um antigo namorado, o agricultor Gabriel Pereira de Brito, com quem teve uma filha. Morreu em Salvador aos 61 anos.

CAVALARIA, DEGOLAR!

A Batalha do Pirajá também deu origem a um mito. É a história do corneteiro Luís Lopes. Segundo o relato do historiador Tobias Monteiro, a certa altura do confronto os brasileiros estavam em grande desvantagem, correndo risco de ser massacrados pelos portugueses. Acreditando que a batalha estivesse perdida, o major José de Barros Falcão de Lacerda teria ordenado a Luís Lopes o toque de recuar. Por engano, no entanto, o corneteiro fez exatamente o contrário e inverteu o toque para “cavalaria, avançar e degolar!”. Obviamente, não havia nenhum regimento de cavalaria para entrar no combate, mas o toque apavorou os portugueses, que teriam fugido desordenadamente.

Uma nota dissonante: o aeroporto de Salvador, que até alguns anos atrás se chamava Dois de Julho, mudou de nome. Agora, chama-se Deputado Luís Eduardo Magalhães, em homenagem ao político baiano falecido em 1998. É uma prova de que o coronel da atualidade será sempre mais lembrado do que todas as lutas gloriosas do passado.

O TRONO E A CONSTITUINTE



O dia 12 de OUTUBRO de 1822, data da aclamação do imperador Pedro I, amanheceu nublado e chuvoso no Rio de Janeiro. Mas nem a chuva nem as rajadas de vento conseguiram atrapalhar a primeira grande festa cívica do Brasil independente. Naquele dia, no Campo de Santana, dom Pedro aceitaria solenemente o título de imperador e defensor perpétuo do Brasil. Foi uma consagração popular como nunca se vira deste lado do Atlântico. Dom Pedro foi aclamado por uma cidade inteira que se enfeitava com o verde e o amarelo, novos símbolos nacionais segundo decreto do novo soberano.

Ainda não era a coroação, que ocorreria, em meio a outra festa, no dia 1º de dezembro: o aniversário da real família de Bragança. Fora nessa data, em 1640, ao fim de sessenta anos da União Ibérica com a Espanha, que o primeiro rei da dinastia, dom João IV, chegara ao trono português. Assim, a escolha do 1º de dezembro continha uma mensagem clara: o Brasil separava-se de Portugal, mas os vínculos que ligavam a monarquia nos dois países se mantinham. Proclamada a Independência, aclamado e coroado o imperador, ainda pairavam muitas incertezas e preocupações no horizonte do novo Brasil.

“O império era novo e frágil”, observou o historiador britânico Brian Vale. “Sob o clima de euforia pela vitória resistiam as tensões políticas e um

incipiente republicanismo.” Na prática, ocorreriam duas guerras nos anos que se seguiram ao Grito do Ipiranga — uma externa e outra interna.

A primeira, resultante do choque de interesses entre brasileiros e portugueses, iria se resolver nos campos de batalha, e depois em negociações diplomáticas. A outra guerra seria entre os próprios brasileiros. Monarquistas absolutistas liberais, republicanos e federalistas, abolicionistas e escravagistas, entre outros grupos, se confrontariam pela primeira vez na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, cujo objetivo era organizar o novo país. A Constituição seria a fiadora de um novo “pacto social”, expressão igualmente nova no vocabulário político brasileiro.

CHUMBEIROS, CABRAS, CORCUNDAS E OUTROS

A agitação nascia nos jornais. No *Correio do Rio de Janeiro*, o jornalista João Soares Lisboa defendia “Pedro I sem II”. Ou seja, a monarquia seria uma solução transitória. Depois, república. O debate se expressava também no modo de se vestir, nos adereços e no vocabulário. O laço verde e amarelo, adotado após o Grito do Ipiranga, definia a fronteira entre brasileiros e portugueses. O uso de uma flor na lapela, a sempre-viva, indicava adesão às ideias republicanas e federalistas. Outra flor, a camélia, era o símbolo dos abolicionistas. O chapéu de palha, feito de taquaruçu, expressava o espírito nativista mais exaltado. Os portugueses eram chamados de “pés de chumbo”, “chumbáticos”, “chumbistas” ou “chumbeiros”. Retrucavam chamando os brasileiros de “cabras”. Havia ainda os “corcundas”, definição dos absolutistas, opositores dos “constitucionais”.



Sempre-viva



Camélia



Chapéu de palha

Convocada por dom Pedro em junho de 1822, a Constituinte só seria instalada um ano mais tarde, no dia 3 de maio de 1823, mas acabaria dissolvida seis meses depois, em 12 de novembro. Entre a convocação e a dissolução

foram dezessete meses de tumulto, em que as paixões políticas brasileiras se expressaram pela primeira vez e de forma desenfreada. As discussões giravam principalmente em torno do papel do imperador.

O grupo dos chamados liberais sustentava que a legitimidade e o poder do soberano eram delegados pela nação brasileira. Aclamado pelo povo, o imperador teria de se submeter à Constituição, a ser elaborada pelos representantes do povo. Portanto, não poderia invocar direito divino ou dinástico (como herdeiro da coroa portuguesa) para exercer sua autoridade de forma arbitrária. Era o grupo ligado às correntes mais revolucionárias da maçonaria, como o advogado Joaquim Gonçalves Ledo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, o brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto e o juiz português José Clemente Pereira. A segunda corrente, dos liberais moderados do ministro José Bonifácio, defendia que a autoridade do imperador, decorrente da tradição e da herança histórica, sustentava-se por si mesma. Era, portanto, superior à da Constituinte e todo o restante da sociedade brasileira.

A primeira crise da Constituinte irrompeu antes ainda de sua instalação. Estava relacionada à proposta, surgida na maçonaria, da chamada cláusula do juramento prévio, segundo a qual dom Pedro estaria obrigado a jurar a Constituição antes que ela fosse elaborada. José Bonifácio usou toda a sua influência como ministro e chefe da maçonaria para barrar a proposta. Chegou a ameaçar prender Clemente Pereira numa fortaleza do Rio de Janeiro, caso insistissem em exigir o juramento prévio.



José Clemente, José Bonifácio e dom Pedro

Avançado e libertário na defesa das questões sociais, Bonifácio revelou-se no poder tão autoritário e conservador quanto o próprio dom Pedro. Usou mão de ferro para silenciar os adversários, ordenou prisões e deportações de portugueses suspeitos de conspirar contra a autoridade do imperador e manteve atenta vigilância sobre o grupo mais radical da maçonaria. Ledo, Clemente e Januário foram presos e exilados. A censura volta à imprensa. Foi nesse ambiente de repressão que se instalou a Constituinte.



A Constituinte

Ameaçados e perseguidos, os radicais abriram mão da cláusula de juramento prévio, mas logo surgiria uma segunda crise, relacionada ao direito de veto do imperador. José Bonifácio defendia o veto absoluto, pelo qual dom Pedro poderia anular ou mudar qualquer artigo da nova Constituição.

Os liberais e outros discordavam. Por eles, ao imperador, somente caberia cumprir, como qualquer outro cidadão brasileiro, o que a Constituinte determinasse. Um terceiro grupo, mais moderado, propunha o veto suspensivo, pelo qual o imperador poderia adiar por tempo indeterminado a aplicação do artigo com o qual não estivesse de acordo.

Causa principal da dissolução da Constituinte em novembro de 1823, essa divergência, ao contrário da anterior, nunca seria superada.

Os membros da Constituinte eram escolhidos pelos mesmos critérios da eleição dos deputados às cortes de Lisboa. Os eleitores eram apenas os homens livres, com mais de vinte anos, pelo menos um ano de residência na localidade em que viviam e proprietários de terra. Cabia a eles escolher um

colégio eleitoral que, por sua vez, indicava os deputados de cada região. Estes tinham de saber ler e escrever, possuir bens e “virtudes”. Numa época em que a taxa de analfabetismo alcançava mais de 90% da população, só um entre cem brasileiros era elegível. No caso de nascidos em Portugal, tinham de residir pelo menos doze anos no Brasil. Do total de cem deputados eleitos, só 89 tomaram posse. Era a elite intelectual e política do Brasil, composta de magistrados, membros do clero, fazendeiros, senhores de engenho, altos funcionários, militares e professores. Desse grupo, saíam mais tarde 33 senadores, 28 ministros de Estado, dezoito presidentes de província, sete membros do primeiro conselho de Estado e quatro regentes do Império. O médico e jornalista baiano Cipriano Barata, apesar de eleito com o maior número de votos, negou-se a tomar posse. Alegava que tudo não passava de um jogo de cartas marcadas controlado pelo imperador.



O verde e o amarelo, novos símbolos nacionais

A NOITE DA AGONIA

O local das reuniões era a antiga cadeia pública. No dia da abertura dos trabalhos, dom Pedro chegou ao prédio numa carruagem puxada por oito mulas. Discursou de cabeça descoberta, o que por si só sinalizava alguma concessão ao novo poder constituído nas urnas. A coroa e o cetro, símbolos de seu poder, também foram deixados sobre uma mesa. Logo, porém, o

imperador fixou os limites da tarefa entregue aos deputados: a Assembleia deveria fazer uma Constituição que fosse “digna do Brasil e de mim”. Os liberais ficaram indignados com a mensagem. No entender deles, bastava à Constituição ser digna do Brasil, cabendo ao imperador cumpri-la como todo mundo.

Em artigo no *Sentinela da Liberdade*, Cipriano Barata resumia a posição dos liberais da seguinte forma:

Quem presta serviços presta-os à nação e nunca ao imperador, que é apenas uma parte da nação [...]. Nosso imperador é um imperador constitucional e não o nosso dono. Ele é um cidadão que é imperador por favor nosso e chefe do Poder Executivo, mas nem por isso autorizado a arrogar-se e usurpar poderes que pertencem à nação. [...] Os habitantes do Brasil desejam ser bem governados, mas não submeter-se ao domínio arbitrário.

A Constituinte foi engolfada por um inacreditável turbilhão de crises. O gabinete de José Bonifácio caíria em meados de julho. O Patriarca havia cometido um erro de cálculo. Acreditou que, uma vez silenciados os radicais republicanos e preservado o poder do imperador, conseguiria avançar nas reformas sociais que considerava tão necessárias para que o Brasil se tornasse uma nação plenamente soberana.

Era uma ilusão. Dependente até a medula da mão de obra escrava, a aristocracia rural brasileira aceitaria qualquer coisa da Constituinte, menos mudanças nas estruturas sociais que sustentavam a economia brasileira e garantiam seus privilégios. O Brasil era escravagista e assim permaneceria por mais 66 anos, até a assinatura da Lei Áurea em 1888.

As relações do ex-colaborador e dos irmãos com o imperador azedaram rapidamente e logo dom Pedro dissolveria a Constituinte.

As horas que antecederam o fechamento da Constituinte passaram para a história como a “Noite da Agonia”. No dia 11 de novembro, os deputados declararam-se em sessão permanente numa derradeira tentativa de resistir às pressões de dom Pedro e da tropa que cercava o edifício. Todos passaram a

noite em claro. Às onze horas da manhã seguinte, o ministro do Império, Francisco Vilela Barbosa, coronel do Exército, entrou no recinto. Sua indumentária indicava o desfecho do grande drama: estava fardado e de espada na cintura.

As exigências do imperador eram inaceitáveis: restrição à liberdade de imprensa e expulsão dos Andrada da Constituinte. Os deputados recusaram. Duas horas depois chegou um oficial com a ordem do imperador. A Assembleia estava dissolvida porque “perjurara ao seu solene juramento de salvar o Brasil”, segundo a justificativa de dom Pedro.

Do lado de fora, peças de artilharia preparadas para disparar estavam dispostas em torno do prédio. Conta-se que, sarcasticamente, Antônio Carlos, irmão de José Bonifácio, última voz a se pronunciar, curvou-se em cumprimento diante da boca de um canhão e, tirando o chapéu, disse: “Saúdo Sua Majestade, dom Pedro I”. Catorze deputados foram presos ali mesmo. Entre eles, os três irmãos Andrada, que seriam deportados para a França, e o padre Belchior, testemunha do Grito do Ipiranga.

Na declaração de dissolução da Constituinte, dom Pedro prometia dar ao país uma Constituição “duplicadamente mais liberal do que a que a extinta Assembleia acabou de fazer”.

“A OUTORGADA”

A primeira Constituição brasileira, de autoria exclusiva de dom Pedro, foi outorgada pelo imperador no dia 25 de março de 1824 — ou seja, não foi discutida, nem votada nem aprovada por nenhum congresso eleito, nem por ninguém mais além do próprio dom Pedro. Saiu de suas mãos direto para ser posta em prática, para valer como Carta Magna da Nação.

Era, de fato, uma das mais avançadas da época na proteção dos direitos civis. E foi a Constituição que mais tempo durou no país. Sucumbiu apenas em 1891, substituída pela primeira Constituição republicana.

Uma das novidades era a liberdade de culto. O catolicismo mantinha-se como a religião oficial do Império, mas, pela primeira vez na história brasileira, judeus, muçulmanos, budistas, protestantes e adeptos de outras crenças poderiam professar livremente sua fé. Também assegurava plena liberdade de imprensa e de opinião. Ninguém poderia ser preso sem culpa formada em inquérito policial nem condenado sem amplo direito à defesa. Em contrapartida, excluía dos direitos políticos os escravos, os índios, as mulheres, os analfabetos, os menores de 25 anos e os pobres em geral. Só podiam votar e ser candidatos aos cargos eletivos os cidadãos do sexo masculino, com renda mínima comprovada de 100 mil-réis.



Os excluídos dos direitos políticos

Para se candidatar a deputado, o mínimo eram 400 mil-réis. E, para senador, cargo vitalício, o dobro disso, 800 mil-réis.

A maior de todas as novidades, no entanto, era o chamado poder Moderador — grande elemento de discórdia nos debates da Constituinte. Prerrogativa exclusiva do imperador, concedia-lhe o direito de anular qualquer ato proveniente dos três outros poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário. Dom Pedro I e dom Pedro II invocaram o poder Moderador doze vezes para dissolver a Câmara dos Deputados — em média uma a cada cinco anos. A Constituição Outorgada (esse foi o nome pelo qual ficou conhecida), no entanto, foi um enorme avanço, já que o simples fato de haver uma Constituição significava que o poder do imperador passara a ter limites.

O texto original da Constituição de 1824 está guardado atualmente no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Sua existência é ignorada pela imensa maioria dos brasileiros, com a óbvia exceção dos advogados

constitucionalistas, historiadores e outros estudiosos das leis e documentos antigos. É um destino bem diferente daquele reservado à primeira e única Constituição dos Estados Unidos, hoje objeto de culto no santuário em que é mantida — o Arquivo Nacional norte-americano, situado na Rotunda, em Washington. Guardado numa caixa de vidro à prova de bala e de umidade, o documento é visitado todos os dias por milhares de turistas que dele se aproximam com reverência quase religiosa. À noite, é recolhido a um cofre de aço inoxidável revestido por uma laje de concreto de 55 toneladas resistente a ataque nuclear.

A diferença do tratamento dedicado aos dois documentos tem explicação em suas origens. A Constituição dos Estados Unidos é uma obra coletiva. Considerada a certidão de nascimento da moderna democracia americana, foi redigida por 55 e assinada por 39 representantes do povo reunidos na convenção da Filadélfia, em 1787. Já a Constituição brasileira, hoje esquecida no Rio de Janeiro, é obra da vontade de um homem só, o rei. E, por mais avançada que fosse, nela o povo nunca se reconheceu.



A CONFEDERAÇÃO

Existe um drama histórico na geografia do Nordeste brasileiro. Duzentos anos atrás, Pernambuco era uma das maiores províncias do Brasil. Seu território era do tamanho do Rio Grande do Sul e pouco menor do que o Maranhão. Entre 1817 e 1824, a província foi sistematicamente fatiada, retalhada, castrada e espoliada em seu território. O regime de emagrecimento forçado em seus domínios foi o preço que Pernambuco pagou pelas guerras e revoluções que liderou nesse período.

Ao longo da história, vários outros estados e províncias tiveram mudanças em seu território, mas Pernambuco é o único caso de perda territorial como punição pela rebeldia. Nenhuma região brasileira promoveu tantas revoluções e com consequências tão drásticas.

A primeira fatiada aconteceu depois da Revolução de 1817, quando os pernambucanos se insurgiram contra o rei dom João VI e proclamaram uma república independente. Derrotados, perderam Alagoas, transformada em província autônoma. A segunda ocorreu sete anos depois, como resultado da Confederação do Equador, rebelião também de tendência separatista e republicana. Dessa vez a facada foi bem maior. Por decisão do imperador Pedro I, Pernambuco perdeu a antiga comarca do São Francisco, que correspondia a 60% do seu território, transferida “provisoriamente” para Minas Gerais. Três anos mais tarde, a comarca seria incorporada, também “provisoriamente”, à Bahia, onde permanece até hoje.

A proclamação da Confederação do Equador, em 1824, foi consequência direta da dissolução da Constituinte. Entre as várias tendências políticas representadas na Assembleia, havia os federalistas, que abrigavam tanto republicanos quanto monarquistas constitucionais concentrados em Pernambuco, a província que mais desconfianças alimentava a respeito das intenções do imperador na condução dos negócios brasileiros.

As reclamações eram antigas, vinham desde a Revolução de 1817. Na Independência, muitos pernambucanos temiam a possibilidade de a opressão da metrópole portuguesa ser meramente substituída pela tirania de um governo no sul do país.

Os federalistas defendiam que o Brasil independente se constituísse em uma associação de províncias mais ou menos autônomas. Cada uma teria seu próprio presidente, parlamento, forças armadas, orçamento, tesouro, entre outras prerrogativas. Seria, portanto, um país mais parecido com o atual. José Bonifácio, preocupado com o risco da fragmentação territorial, queria um governo monárquico e forte centralizado no Rio de Janeiro.

FREI CANECA

Em razão dessas divergências, Pernambuco aderiu com muita relutância à causa de dom Pedro, em 1822. A condição era que o imperador mantivesse a promessa de convocar a Constituinte e aceitar suas decisões. “Debaixo desta condição é que aclamamos Sua Majestade”, afirmava o padre carmelita Joaquim do Amor Divino Caneca, líder dos federalistas pernambucanos e mais conhecido como frei Caneca.

Ele era parte de uma das gerações mais revolucionárias da história brasileira. Nascido no Recife em 1779 — dez anos antes da Revolução Francesa e três depois da Independência norte-americana —, ordenou-se padre em 1801. A partir daí, mudou o sobrenome Silva Rabelo para Amor Divino e acrescentou o apelido Caneca porque era filho de um português tanoeiro (artesão especializado na fabricação de tonéis, barris, pipas e utensílios domésticos como bacias, pratos e canecas). Estudou no famoso Seminário de Olinda, um dos poucos centros intelectuais do Brasil colônia onde se podia discutir as ideias que chegavam da Europa e dos Estados Unidos. Deu aulas de geometria, retórica, filosofia racional e moral. Os poemas que escreveu sugerem que, apesar do voto de castidade, foi apaixonado por uma mulher, identificada apenas como Marília, com quem

aparentemente teve filhos. Por sua participação na fracassada Revolução de 1817, ficou preso na Bahia, sendo solto em 1821 por decisão das cortes de Lisboa.

Defendia, em 1824, que o Brasil tinha todas as condições para formar um Estado republicano e federativo, seguindo o moderníssimo (naquela época) modelo dos Estados Unidos. A dissolução da Assembleia, além de confirmar as suspeitas a respeito da índole autoritária do imperador, significava que o acordo que mantinha Pernambuco unido ao Império havia sido rompido. Mais do que isso, existiam fortes suspeitas de que dom Pedro namorava secretamente com a possibilidade de reunificação com Portugal, sob sua coroa, o que significava uma ameaça para a própria Independência.

“Está dissolvido o pacto, e o Brasil seguirá o seu destino através da mais sanguinolenta guerra”, bradava frei Caneca. “Do Rio [de Janeiro], nada, nada; não queremos nada!” Era uma paródia da carta que dom Pedro enviara ao pai dom João VI, anos antes.



Até o fim do século XVIII, a classe dirigente pernambucana era dominada pelos senhores de engenho, produtores de açúcar e donos de vastas porções de terras férteis na Zona da Mata sul. Compunham o que o historiador Evaldo Cabral de Mello chamou de “açucarocracia” e tinham seus interesses profundamente enraizados na metrópole portuguesa, que comprava e revendia seu produto em regime de monopólio.

Nas décadas seguintes, no entanto, surgira uma nova classe de ricos e prósperos produtores e comerciantes. Eram ligados à produção de algodão, concentrados na Zona da Mata norte, parte do agreste e do sertão. Esse grupo já não dependia tanto da metrópole porque vendia seu produto para as modernas fábricas da Revolução Industrial inglesa, equipadas com teares mecânicos movidos a vapor. A intermediação de Portugal nesse caso não interessava aos produtores brasileiros nem aos compradores ingleses, porque só encarecia o produto e dificultava as relações comerciais entre as duas partes.

Os reflexos disso na política foram inevitáveis, com os dois grupos disputando o poder na província. As notícias da dissolução da Constituinte foram a gota d'água. Ao chegarem ao Recife em meados de novembro de 1823, puseram fim à morna lua de mel entre os pernambucanos e dom Pedro I. Em dado momento, os pernambucanos chegaram a exigir que dom Pedro cancelasse a dissolução da Constituinte e chamasse de volta todos os deputados eleitos, incluindo o grupo que havia sido preso e deportado.

A Confederação do Equador foi oficialmente proclamada em 2 de julho de 1824, em Pernambuco. O governo local convocou as províncias do norte a se juntar à província rebelada para compor um país “análogo ao sistema americano”, e não mais seguindo o exemplo da “encanecida Europa”. A fronteira da nova nação seria a margem esquerda do rio São Francisco, de Alagoas ao Maranhão. Na sua bandeira, exibia um quadrado com uma cruz no meio e as palavras “religião, independência, união, liberdade”. Os ramos de café e tabaco, que apareciam na bandeira do Império brasileiro, foram substituídos pelos da cana-de-açúcar e do algodão. A província que mais apoiou os pernambucanos na Confederação do Equador foi o Ceará. Foi também despachado um representante aos Estados Unidos incumbido de pleitear o reconhecimento da independência da Confederação. O governo americano ignorou o pedido.



Na prática, a criação da Confederação levava à divisão do país. E as simpatias republicanas das lideranças do movimento, quase todas veteranas da Revolução de 1817, eram inegáveis. Ao saber da proclamação da Confederação, a reação de dom Pedro I foi imediata e devastadora. Além de suspender as garantias constitucionais na província, despachou tropas por terra e mar e amputou o território pernambucano confiscando a comarca do São Francisco.

À meia-noite de 28 de agosto, os navios de guerra comandados pelo almirante Cochrane começaram a bombardear as casas e igrejas de pedras brancas da velha cidade do Recife, enquanto o exército do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do futuro duque de Caxias, invadia a província pelo sul. No fim de agosto, o brigadeiro Lima e Silva fez uma proclamação aos revolucionários:

Malvados, tremem. A espada da Justiça está por dias a decepar-vos a cabeça, rendei-vos ou [...] estas bravas tropas que eu comando entrarão como se fosse por um país inimigo. Não espereis mais benevolência, o modo do vosso julgamento não admite apelo; uma comissão militar, da qual sou presidente, é que vos há de fazer o processo e mandar-vos punir.



O almirante Cochrane



O brigadeiro Francisco de Lima e Silva

A capital pernambucana foi ocupada no dia 12 de setembro. Com o que restava do esfarrapado exército da Confederação, frei Caneca empreendeu uma longa jornada pelo sertão rumo ao Ceará. Foi interceptado e preso no dia 29 de novembro. Dezesseis confederados foram condenados à morte — onze em Pernambuco e cinco no Ceará.

Na manhã de 13 de janeiro de 1825, dia da execução de frei Caneca, as tropas ocuparam as principais ruas e cruzamentos da velha cidade do Recife. O objetivo era impedir qualquer manifestação popular. Caneca dormia profundamente quando o capelão foi chamá-lo na cela em que estava recolhido. Antes de subir ao patíbulo, submeteu-se a um ritual humilhante de destituição das ordens sacras. Postado de frente para um altar improvisado e sob a vigilância dos soldados, que fizeram um círculo em torno dele, foi paramentado com todas as vestimentas usadas na celebração da missa. Em

seguida, dois padres retiraram um a um os paramentos, até deixá-lo apenas de calça e camisa, como um simples civil.

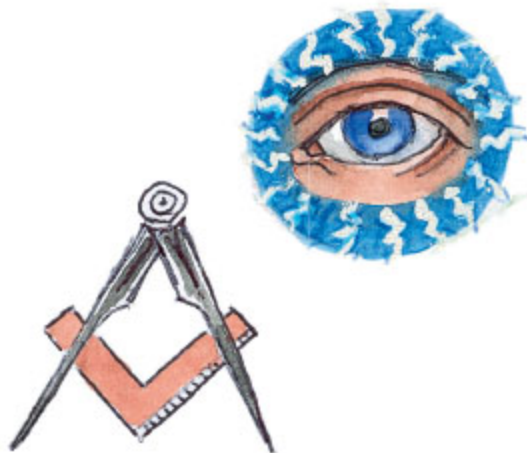
Levado para o alto do patíbulo, de onde pendia a corda da força, três carrascos sucessivamente se recusaram a executá-lo. Por isso, a comissão militar presidida por Francisco de Lima e Silva mandou que fosse “arcabuzado” (fuzilamento com tiros de arcabuz) ao lado do muro do forte das Cinco Pontas. Assim que a vítima caiu, a tropa gritou vivas “à Sua Majestade Imperial”, “à Constituição” e “à Independência do Brasil”.

Recolhido pelos carmelitas num humilde caixão de madeira, o corpo foi sepultado em uma das catacumbas da ordem.

Em 1972, ano do Sesquicentenário da Independência, quando os restos mortais de dom Pedro I foram trasladados de Portugal para o Brasil, o povo pernambucano, tendo à frente o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico, pediu que o navio passasse ao largo. O pedido foi recusado. Em plena ditadura militar, protestos dessa natureza eram impensáveis.



A MAÇONARIA



A MAÇONARIA EXISTE ATÉ HOJE. É uma sociedade organizada, com reuniões nas quais os membros discutem temas variados. Houve momentos em que se juntavam para conspirar, tramar a intervenção no quadro nacional. Isso aconteceu no Brasil da Independência, mas também em vários outros momentos da história mundial.

A maçonaria sempre foi bastante discreta, com seus rituais e mistérios, e as reuniões eram exclusivas para membros. Atualmente, no entanto, já não tem o caráter de sociedade secreta, como em outros tempos, quando chegou a ser perseguida, em alguns países, ou pelo Estado, ou pela Igreja, ou por ambos, por sua atividade política.

No tempo da Independência, para se ver a importância da maçonaria no Brasil, dom Pedro I era “arconte-rei”, um soberano dentro da hierarquia maçom, e José Bonifácio era um dos principais líderes. Nas lojas maçônicas — do inglês *lodges*, as sedes de cada grupo —, foram tomadas várias decisões importantes, como o manifesto que resultou no Dia do Fico, a convocação da Constituinte, os detalhes da aclamação de dom Pedro como “defensor perpétuo do Brasil” e, finalmente, como imperador, no dia 12 de outubro.

OS PEDREIROS

A palavra vem do francês *maçonnerie*, que quer dizer qualquer trabalho em alvenaria e argamassa. Os maçons são pedreiros, mestres de obras, arquitetos — pelo menos dentro da sua tradição. Por isso, entre seus símbolos estão o compasso e o esquadro.

As origens da maçonaria se ocultam nos enigmas do passado. Mesmo sem documentação que o comprove, entre os maçons acredita-se que seria herdeira dos símbolos e códigos dos antigos construtores do templo de Salomão, em Jerusalém — que jamais foi encontrado —, ou mesmo das pirâmides do Egito. Esses segredos teriam chegado ao Ocidente por intermédio dos cavaleiros templários, ordem religiosa militar criada pela Igreja no tempo das Cruzadas para proteger as relíquias sagradas e o caminho dos peregrinos europeus que se dirigiam à Terra Santa. No começo do século XIV, os templários haviam acumulado tanto prestígio e dinheiro que seu poder rivalizava com o dos reis e do próprio papa, e por isso a Ordem foi extinta, seus membros torturados e mortos.

No entanto, muitos dos monges guerreiros sobreviveram. Parte deles se refugiou na Escócia, considerada o berço mundial da maçonaria. Outros foram acolhidos na cidade de Tomar, em Portugal, pelo rei dom Dinis.

Os templários eram grandes construtores de embarcações — que os levavam à Terra Santa. Invertendo-se o desenho de uma caravela, temos praticamente o traçado arquitetônico de uma catedral — uma catedral é uma caravela de cabeça para baixo. Aliás, os nomes de várias partes da catedral aludem a seções de navios, como as alas, a nave central etc. Assim, também se conta que os primeiros grupos maçônicos teriam surgido nos canteiros de obras da Idade Média, na construção das grandes catedrais europeias.



Os cavaleiros templários, guardiões da maçonaria

A tradição conta ainda que o dinheiro e os conhecimentos dos templários foram utilizados na indústria naval portuguesa e serviram para financiar e viabilizar, no século XVII, as grandes navegações, cujas carracas ostentavam como símbolo a cruz vermelha da Ordem de Cristo, nova denominação dada aos templários por dom Dinis. Cabral seria um cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em 1822, a maçonaria brasileira estava dividida em duas grandes facções. Ambas eram favoráveis à independência, mas uma delas, liderada por Joaquim Gonçalves Ledo, defendia ideias republicanas. A outra, de José Bonifácio de Andrada e Silva, acreditava que a solução era manter dom Pedro como imperador em regime de monarquia constitucional. Os dois grupos disputaram o poder de forma passional, como já se viu, envolvendo prisões, perseguições, exílios e expurgos.

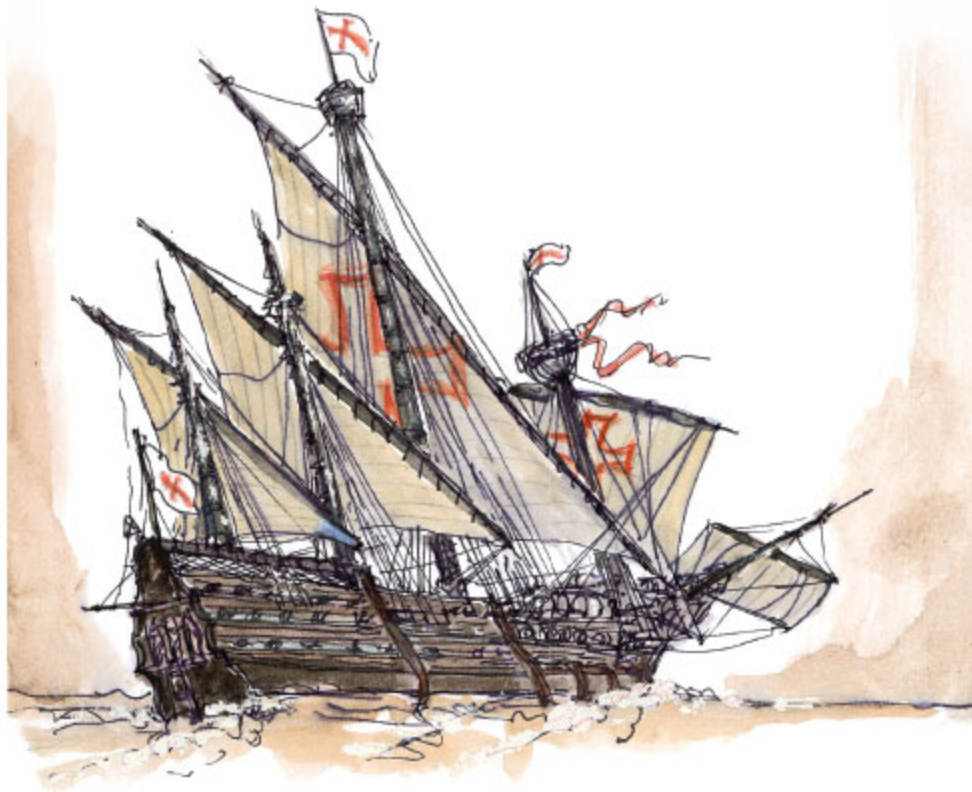
Dom Pedro participou ativamente das duas facções. Frequentava as lojas do grupo de Gonçalves Ledo reunidas no Grande Oriente do Brasil, mas também esteve na fundação do Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, dissidência liderada por José Bonifácio.

Em lugar de “lojas”, o Apostolado tinha “palestras”, batizadas significativamente de “Independência ou Morte”, “União e Tranquilidade” e “Firmeza e Lealdade”. Dom Pedro jurou “promover com todas as forças e à custa da própria vida e fazenda a integridade, independência e felicidade do Brasil como reino constitucional, opondo-se tanto ao despotismo que o altera como à anarquia que o dissolve”. Era o programa de governo de José Bonifácio.

Numa época em que ainda não havia partidos políticos organizados, foi o trabalho das sociedades secretas que levou a semente da independência às regiões mais distantes e isoladas do território brasileiro. Um exemplo é a distante vila São João da Parnaíba, responsável pelo primeiro grito da Independência no Piauí, em outubro daquele ano. A iniciativa partiu da loja maçônica local.

No começo do século XIX, a maçonaria era uma organização altamente subversiva, comparável ao que seria a Internacional Comunista no século XX.

Nas suas reuniões, conspirava-se pela implantação das novas doutrinas políticas que estavam transformando o mundo. Cabia aos seus agentes propagar essas novidades nas “zonas quentes” do planeta. A mais quente de todas era, obviamente, a América, que, depois de três séculos de colonização, começava a se libertar de suas antigas metrópoles e a testar essas novas ideias políticas implantando regimes até então praticamente desconhecidos, como a república.



Um caso curioso é o do português João Guilherme Ratcliff, um dos réus da Confederação do Equador. Maçom e republicano, viajou por diversos países e aprendeu várias línguas. Ainda em Portugal, foi um dos líderes da Revolução Liberal do Porto de 1820. No ano seguinte, redigiu o decreto de banimento da rainha Carlota Joaquina, que se recusara a prestar juramento à nova Constituição liberal, na volta da corte de dom João a Lisboa. Ratcliff pagaria um alto preço por isso. Em 1823, fugiu de Portugal depois do golpe absolutista de dom Miguel que dissolveu as cortes constituintes. Passou pela

Inglaterra, pelos Estados Unidos e chegou a Pernambuco em plena efervescência revolucionária.

Logo foi preso e despachado para o Rio de Janeiro. Por decreto de 10 de setembro de 1824, dom Pedro I ordenou que ele e seus companheiros fossem “breve, verbal e sumarissimamente sentenciados”. Condenado à morte na forca, fez do alto do patíbulo um discurso antes de ser executado, no dia 17 de março de 1825: “Brasileiros! Eu morro inocente, pela causa da razão, da justiça e da liberdade. Praza aos céus que o meu sangue seja o último que se derrama no Brasil e no mundo por motivos políticos”. Numa versão nunca comprovada, sua cabeça teria sido salgada e enviada secretamente por dom Pedro à mãe, Carlota Joaquina, como presente para que a rainha se sentisse vingada.

Em 1717, ano oficial do nascimento da maçonaria, os quatro *lodges* de Londres se unificaram numa única Grande Loja. A primeira reunião se realizou em uma cervejaria chamada Goose and Gridiron, situada no pátio da catedral de Saint Paul. A essa altura, porém, os maçons não guardavam apenas segredos profissionais. Tinham uma agenda política. Empenhados em combater a tirania dos reis absolutos, lutavam contra a escravidão e por leis que assegurassem direito de defesa, liberdade de pensamento e de culto, participação no poder e ampliação das oportunidades para todos. Isso os colocava em confronto com a nobreza que até então comandava os destinos dos povos.



João Guilherme Ratcliff, um dos réus da Confederação do Equador

MAÇONS NAS REVOLUÇÕES PELO MUNDO AFORA

A maçonaria estaria por trás de virtualmente todas as grandes transformações ocorridas nos dois séculos seguintes. Na Revolução Francesa, cunhou o lema “liberdade, igualdade e fraternidade”. Em uma de suas lojas foi composta *A Marselhesa*, marcha revolucionária adotada depois como hino da França. Três libertadores da América espanhola, Simón Bolívar, Bernardo O’Higgins e José de San Martín, frequentaram a mesma loja em Londres, a Gran Reunión Americana, situada no número 27 da Grafton Street. Seu fundador, o venezuelano Francisco de Miranda, tinha sido colega de George Washington, primeiro presidente norte-americano, em uma loja maçônica da Filadélfia, nos Estados Unidos.

Em nenhum outro episódio a atuação da maçonaria foi tão decisiva quanto na Independência norte-americana. Dos 56 homens que assinaram a Declaração de Independência, cinquenta eram maçons, incluindo Benjamin Franklin e o próprio George Washington, na época grão-mestre da Loja Alexandria. Os símbolos maçônicos estão hoje na nota de um dólar e

espalhados pela arquitetura da capital americana, como mostra o livro *O símbolo perdido*, do escritor Dan Brown. São obeliscos, estrelas, esquadros, prumos e compassos, colunas com ramos de acácia em alto-relevo, a letra G (de *god*, em inglês) e o grande olho, que tudo vê.

No Brasil, a Independência foi proclamada por um grão-mestre maçom, dom Pedro 1. E a República, por outro, o marechal Deodoro da Fonseca. Entre os doze presidentes da Primeira República, oito eram maçons. O primeiro ministério era todo maçom, incluindo Rui Barbosa, Quintino Bocaiuva e Benjamin Constant. As primeiras lojas maçônicas brasileiras teriam surgido no fim do período colonial. Existem vagas referências, todas sem comprovação, da presença de maçons na Inconfidência Mineira, de 1789, e na Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, de 1798. Álvares Maciel, principal ideólogo dos inconfidentes mineiros, pertenceria a uma sociedade secreta chamada Illuminati. A própria bandeira desenhada por eles, um triângulo verde sobre fundo branco com as palavras *Libertas Quae Sera Tamen* (Liberdade, ainda que tardia), seria uma referência à simbologia maçônica. A frase e o triângulo foram mantidos na atual bandeira do estado de Minas Gerais, mas a cor verde deu lugar à vermelha.

Em Pernambuco, é comprovada a presença da maçonaria a partir de 1796, ano da fundação do Areópago de Itambé por Manuel de Arruda Câmara, padre carmelita paraibano, médico pela Universidade de Montpellier, com passagem por Coimbra, e grande defensor das ideias políticas francesas.

Arruda Câmara fora iniciado na “irmandade” quando estava na Europa. De volta ao Brasil, resolveu propagar as novas doutrinas sob o disfarce de academias científicas e literárias. Era uma forma de burlar a severa vigilância da coroa portuguesa sobre a circulação de ideias. O Areópago de Itambé foi dissolvido cinco anos mais tarde, quando a justiça real descobriu um complô para a criação de uma república em Pernambuco com o apoio do então primeiro cônsul francês Napoleão Bonaparte. A proposta ressurgiria em 1817.

A passagem de dom Pedro pela maçonaria é meteórica. Pelo menos oficialmente. Iniciado na loja Comércio e Artes no dia 2 de agosto de 1822 com o nome de Guatimozim — em homenagem ao último imperador asteca

—, foi promovido ao grau de mestre três dias mais tarde e elevado ao posto máximo da organização, o de grão-mestre, dois meses depois. Exerceu a função por apenas dezessete dias.

Em 21 de outubro (uma semana após a aclamação como imperador), mandou fechar e investigar as lojas que o haviam ajudado a proclamar a Independência. Quatro dias depois, sem que as investigações sequer tivessem começado, determinou a reabertura dos trabalhos “com seu antigo vigor”. Uma acusação muito comum entre os maçons, atualmente, é que o imperador teria traído seu juramento ao mandar fechar as lojas e proibir suas atividades.

Pagaria por isso em 1831, ao ser obrigado a abdicar do trono brasileiro em movimento outra vez liderado pela maçonaria.

OS ÓRFÃOS DA INDEPENDÊNCIA

Em 1814, oito anos ANTES DA Independência, o Corpo do Comércio de Salvador, entidade representante dos homens mais ricos da capital baiana, encaminhou ao príncipe regente dom João um documento de tom premonitório:

É notório que há três para quatro anos os negros tentam rebelar-se e matar todos os brancos, e tendo nos anos anteriores feito duas investidas, agora ao amanhecer do dia 28 de fevereiro, em distância somente de uma légua desta cidade, deram a terceira com muito mais estragos e ousadia que as outras. Estes ensaios, senhor, bem prognosticam que chegará (a não ser que se tomem medidas mui sérias) um dia em que eles de todo acertem e realizem inteiramente o seu projeto, sendo nós as vítimas da sua rebelião, e tirania.

Esse seria apenas um entre muitos documentos que revelam um fato: a parcela mais privilegiada da sociedade brasileira na Independência estava apavorada. E morria de medo justamente daqueles que explorava, maltratava e humilhava no dia a dia: os escravos.

Entre quem discutia e participava da política, havia muita discordância, discussão e briga sobre alternativas de poder. Mas num ponto concordavam os nascidos de aquém e além-mar, monarquistas e republicanos, liberais e absolutistas, federalistas e centralizadores, maçons e católicos, comerciantes e senhores de engenho, civis e militares, enfim, os grupos que formavam a até então dispersa e desorganizada elite brasileira: a ameaça de uma rebelião escrava era um perigo mais urgente e assustador do que todas as demais dificuldades.



E contra essa ameaça se uniram.

Todos tinham consciência de que o enorme fosso de desigualdade aberto nos três séculos anteriores de exploração da mão de obra escrava poderia se revelar incontrollável se as novas ideias libertárias que chegavam da Europa e dos Estados Unidos animassem os cativos a se rebelar. E foi esse pavor que obrigou os grupos antagônicos na época da Independência a costurar um acordo. Diante de uma ameaça maior — a da rebelião escrava e o previsível caos resultante de uma guerra civil de natureza étnica — conservadores e liberais convergiram em torno do imperador para preservar seus interesses. Dessa forma, o Brasil romperia seus vínculos com Portugal sem alterar a ordem social vigente.

FALSAS ESPERANÇAS

O novo ambiente das ideias revolucionárias e a mobilização para as lutas da Independência inocularam nos escravos esperanças de melhorias que não se concretizaram. “Em Portugal proclamou-se a Constituição que nos iguala aos brancos”, anunciou o negro Argoim, líder de uma rebelião escrava que mobilizou 21 mil homens no interior de Minas Gerais em 1821, ao tomar

conhecimento da Revolução Liberal do Porto. “Vede vossa escravidão: já sois livres. No campo da honra derramai a última gota de sangue pela Constituição que fizeram nossos irmãos em Portugal!” Os rebeldes logo se dariam conta de que a revolução em Portugal era liberal apenas na metrópole e dizia respeito somente aos brancos.



Águeda Caetana

Outro exemplo das expectativas despertadas nos escravos é o grande número de petições que essa parcela da população encaminhou à Assembleia Constituinte de 1823. Numa delas, Inácio Rodrigues e um grupo de escravos pediram que os deputados servissem de mediadores numa longa disputa judicial que travavam com sua proprietária, Águeda Caetana, acusada de tratá-los de forma violenta e desumana. Por isso, reivindicavam a alforria nos tribunais. Os parlamentares se ocuparam do caso durante três sessões. Os adjetivos usados nos seus pronunciamentos revelam a forma pejorativa com que os brancos viam os cativos de então: “miseráveis”, “desgraçados”, “infelizes”, “órfãos, pródigos, mentecaptos”, “desvalidos”. Por fim, os deputados chegaram à conclusão de que não era tarefa deles resolver a disputa e encaminharam o caso ao imperador Pedro I, que, por sua vez, também se negou a interferir no processo alegando respeito ao direito de propriedade.

Na Guerra da Independência, milhares de cativos recrutados pelo Exército e pela Marinha defenderam a causa brasileira esperando que, em

troca, teriam a liberdade. Terminada a guerra, tudo continuou como antes. Os escravos ficaram, assim, na condição de órfãos da Independência, tanto quanto os índios, negros forros (recém-libertos), mulatos, mestiços, analfabetos e pobres em geral que compunham a vasta maioria dos brasileiros e cujas condições de vida permaneceram inalteradas.



Os órfãos da Independência

O TRÁFICO DE ESCRAVOS E O PODER

Fazia mais de trezentos anos que o tráfico incessante de negros africanos sustentava a prosperidade da economia colonial. Os escravos eram o motor das lavouras de algodão, fumo e cana-de-açúcar, e também das minas de ouro e prata que drenavam a riqueza para a metrópole. Só durante o século XVIII haviam entrado no Brasil quase 2 milhões de escravos para trabalhar nas regiões auríferas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O pavor das rebeliões de escravos tirava o sono das famílias brancas, abastadas e bem-educadas. Todos reconheciam que manter em cativeiro essa imensidão de pessoas era uma situação potencialmente explosiva.

Na chamada Revolta dos Alfaiates, ocorrida em Salvador em meados de 1798, os revoltosos afixaram manifestos manuscritos nos lugares públicos da cidade exigindo “o fim do detestável jugo metropolitano de Portugal”, a abolição da escravidão e a igualdade para todos os cidadãos, “especialmente mulatos e negros”. Os mais radicais pregavam o enforcamento de parte da população branca de Salvador.

A repressão do governo português foi duríssima. Quarenta e sete suspeitos foram presos, dos quais nove eram escravos. Três deles — todos mulatos livres — acabaram decapitados e esquartejados. Pedacos de seus corpos foram espetados em estacas pelas ruas da capital, onde ficaram até se decompor totalmente. Dezesesseis prisioneiros ganharam a liberdade. Os demais seriam banidos para a África.

Entre 1807 e 1835, os escravos promoveram mais de duas dezenas de revoltas e conspirações na Bahia. Numa delas, seiscentos negros saídos das armações, onde trabalhavam no fabrico e conserto de barcos pesqueiros, atacaram Salvador e região gritando “Liberdade, vivam os negros e seus reis... e morram os brancos e mulatos”.

De todos os problemas brasileiros na Independência, a escravidão foi o mais camuflado e mal resolvido. Serviu para expor uma estranha contradição no pensamento dos homens mais revolucionários da época. Documentos, manifestos e discursos falavam em liberdade, direitos para todos, participação popular nas decisões, mas seus autores conviviam naturalmente com a escravidão, como se a defesa dessas ideias não dissesse respeito aos negros.

Inácio José de Alvarenga Peixoto, líder da Conjuração Mineira, era dono de 57 escravos. Cipriano Barata, o incendiário jornalista baiano defensor de ideias libertárias que lhe valeram muitos anos de cadeia, tinha cinco negros cativos. Os revolucionários republicanos de Pernambuco em 1817, embora defendessem os direitos dos homens contra a tirania dos reis, fizeram questão de divulgar um documento no qual tranquilizavam os senhores de engenho e grandes proprietários rurais. Sob o novo regime, explicavam, a escravidão seria mantida.

Em comunicação secreta ao ministro britânico George Canning, em 31 de dezembro de 1823, o cônsul-geral da Inglaterra no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, dizia-se surpreso com a força do tráfico de escravos no Brasil:

Não há dez pessoas em todo o império que considerem esse comércio como um crime ou o encarem sob outro aspecto que não seja o de ganho e perda. [...] Acostumados a não fazer nada, a ver só os negros trabalharem, os brasileiros em geral estão convencidos de que os escravos são necessários como animais de carga, sem os quais os brancos não poderiam viver.

ABANDONANDO IDEIAS

Por convicção, alguns dos homens mais poderosos da época defendiam o fim do tráfico negreiro e a abolição da escravatura. Por força das circunstâncias, no entanto, foram incapazes de pôr em prática suas ideias.

É o caso de ninguém menos do que o imperador Pedro I, autor, em 1823, de um documento surpreendente guardado até hoje no Museu Imperial de Petrópolis. Nele, o imperador defende o fim da escravidão no Brasil. As ideias ali expressas são claras, lógicas e de tamanha lucidez que poderiam ser assinadas por qualquer dos grandes abolicionistas que, meio século mais tarde, dominariam a cena política brasileira.

Se, um ano após a Independência, até o imperador era contra a escravidão, por que ela continuou a existir no Brasil por tanto tempo? A resposta é que nem sempre a vontade de quem está no poder é suficiente para mudar o curso da história. Existem pressões que as circunstâncias exercem sobre os governantes e limitam suas ações e decisões. O Brasil estava de tal forma viciado e dependente da mão de obra escrava que, na prática, a abolição, na Independência, privaria dom Pedro de apoios que ele precisava para enfrentar a reação de Portugal e até mesmo o colocaria em rota de colisão com grande parte da opinião pública. Poucos governantes sustentariam, ou sustentam, ideais numa situação adversa.

O tráfico de escravos era um negócio gigantesco, que movimentava centenas de navios e milhares de pessoas dos dois lados do Atlântico. Incluía agentes na costa da África, exportadores, armadores, transportadores, seguradores, importadores e atacadistas, que revendiam os cativos no Rio de Janeiro para centenas de pequenos traficantes regionais, que, por sua vez, se encarregavam de redistribuí-los para as cidades, fazendas e minas do interior do país. Os lucros do negócio eram astronômicos. Em 1812, metade dos trinta maiores comerciantes do Rio de Janeiro se constituía de traficantes de escravos.

Diante desse cenário, manter a escravatura e proteger os grandes proprietários contra uma eventual rebelião dos cativos foi uma das moedas de troca que dom Pedro e seu ministro José Bonifácio de Andrada e Silva usaram em 1822 na defesa de seu projeto monárquico constitucional. Bonifácio, um abolicionista convicto, enviou a Pernambuco em julho de 1822 um emissário com a promessa de que, em troca do apoio, o governo imperial protegeria os senhores de engenho de uma eventual rebelião escrava.

Na Bahia de 1822, segundo o historiador Luís Henrique Dias Tavares, para a maioria dos proprietários de escravos, terras, canaviais, engenhos, currais de gado e sobrados era indiferente que o Brasil fosse monárquico absolutista ou constitucional, se separasse ou permanecesse vinculado a Portugal, com uma única condição: a garantia de que a escravidão permaneceria intocada. De fato, viam no reconhecimento da autoridade do príncipe regente dom Pedro o melhor e mais seguro caminho para a independência sem a quebra da ordem. Ou seja, sem afetar o tráfico de escravos e a escravidão.

A escravidão estava de tal forma enraizada no Brasil que resistiu a todas as pressões exercidas pela Grã-Bretanha, a maior potência econômica e militar da época, e cuja opinião pública exigia a imediata abolição do tráfico negreiro. Dom João e depois dele, sob a pressão do momento, dom Pedro assinaram diversos tratados, comprometendo-se a pôr fim ao tráfico de escravos. Tudo ficou no papel.



Nas negociações para o reconhecimento da Independência, a abolição do tráfico tornou-se questão de honra para o governo britânico. Sob a impossibilidade de dispensar o apoio da Inglaterra à nova nação, dom Pedro assinou em 1826 um novo acordo comprometendo-se a extinguir o tráfico quatro anos mais tarde, ou seja, em 1830. A decisão só foi oficializada por lei brasileira de 1831, que também declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império e impunha penas aos traficantes. Como nas ocasiões anteriores, não passou da promessa. Nunca se importaram tantos escravos como depois desse acordo, e o tráfico só terminaria depois de 1850.

Durante o debate para a ratificação do tratado de 1826, o deputado Raimundo José da Cunha Matos, representante de Goiás, atuando como porta-voz de latifundiários escravagistas que dominavam o parlamento, declarou que o tratado era “um insulto à honra, aos interesses, à dignidade, à Independência e à soberania da nação brasileira” pelas seguintes razões:

Ataca a lei fundamental do império; prejudica enormemente o comércio nacional; arruína a agricultura, vital para a existência das pessoas; aniquila a navegação; desfere um golpe cruel nas receitas do Estado; além de ser prematuro e extemporâneo.

Concluía sua justificativa com um argumento surpreendente: os cristãos que compravam escravos estavam na verdade livrando-os da morte ou de algum destino mais cruel do que a escravidão nas selvas africanas. Por “destino

mais cruel”, entendia-se na época canibalismo, idolatria, homossexualidade, entre outros “horrores”.

As expectativas frustradas em 1822 se materializariam em inúmeras rebeliões nos anos seguintes por todo o Brasil e contribuiriam para aumentar as dificuldades da Regência, o período de transição entre a abdicação de dom Pedro I, em 1831, e a maioridade de seu filho, dom Pedro II, em 1840. Movimentos como a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco (1832-1835), a Balaiada, no Maranhão e no Piauí (1838-1841), a Cabanagem, no Pará (1835-1840), e a Revolta dos Malês, na Bahia (1835), tinham caráter difuso, com reivindicações às vezes difíceis de entender, mas nasceram sempre das camadas mais humildes da população, deixadas à margem do processo de independência.

É um passivo que, a rigor, o Brasil carrega até hoje.

A MARQUESA



Domitila, a marquesa de Santos

O Grito do Ipiranga tem uma história secreta.

Isso porque, em sua viagem a São Paulo, dom Pedro iniciou um caso amoroso com uma moça paulista de 24 anos, separada do marido em circunstâncias escandalosas. Seu nome era Domitila de Castro Canto e Melo, mas ficou conhecida como marquesa de Santos. Era irmã de um dos coadjuvantes do Grito, o alferes Francisco de Castro Canto e Melo, amigo de dom Pedro.

Nas entrelinhas dos livros de história, há rumores, boatos e cochichos a respeito da possibilidade — ou da probabilidade, segundo alguns autores — de que Domitila, que o soberano conhecera em São Paulo, estivesse

acompanhando dom Pedro, na sua descida para Santos, numa caravana em separado, tomando o cuidado de não ser vista. No exato local da Proclamação, inclusive, estava situada a casa de campo do pai de Domitila. Especula-se portanto que dom Pedro tenha mandado seus soldados se adiantarem até a venda, onde os encontrou para o Segundo Grito do Ipiranga, justamente porque queria ficar a sós com sua mais nova amante, naquele célebre 7 de setembro.

Entretanto, Domitila não seria somente mais uma amante. Foi o caso mais rumoroso e o que mais prejudicou a imagem de dom Pedro ¹. O imperador concedeu-lhe o título de marquesa — além de outros, dados aos seus familiares, junto com empregos, títulos, pensões e donativos. Fechou os olhos para o fato de sua amante, sem discrição, enriquecer à custa de intermediar favores na corte, algo comentado até mesmo por membros do corpo diplomático. O representante dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Condé Raguet, por exemplo, dizia que nenhum despacho imperial se obtinha sem o patrocínio de Domitila.

Dom Pedro passaria a ser visto como um homem promíscuo e inconsequente, capaz de traficar na cama os altos interesses do Estado em troca de favores sexuais. O imperador tinha ainda contra si a maneira como passou a maltratar a mulher, a imperatriz Leopoldina, submetendo-a a humilhações que com certeza apressaram sua decadência física e a deprimiram enormemente. Em dado momento, inclusive, para forçar a corte a aceitar Domitila, dom Pedro elevou-a ao posto de dama de honra da imperatriz Leopoldina. Mais à frente, promoveu a amante a viscondessa de Santos “pelos serviços que prestara à imperatriz”, segundo o decreto.

MEDIOCREMENTE BONITA

Mas, se dom Pedro apaixonou-se por Domitila logo à primeira vista, não parece que ela tenha sido uma beleza admirada tão entusiasticamente por todos os seus contemporâneos. Alguns confirmam isso, assim como o retrato

mais conhecido da marquesa, de autoria do pintor Francisco Pedro do Amaral. Já um nobre da corte, Felisberto Caldeira Brant Pontes, visconde e depois marquês de Barbacena, definiu-a como “mediocrementemente bonita”. Condy Raguet comentou que ela conseguira encantar dom Pedro “sem possuir grande beleza que a recomendasse”.

Pelas cartas que escreveu a dom Pedro, era semianalfabeta — conseguia cometer mais erros de português que o próprio dom Pedro. Mas sua fama começou cedo.

Em 1813, com quinze anos, casou-se com o alferes mineiro Felício Pinto Coelho de Mendonça. Domitila — que engravidou pelo menos dezesseis vezes, das quais vingaram catorze filhos de três homens diferentes —, seis anos depois do casamento já tivera três filhos, e estava grávida de novo, quando o marido acusou-a de traí-lo com o coronel Francisco de Assis Lorena, filho do governador da província. Felício, além de processá-la por adultério, tentou matá-la a facadas. Mesmo gravemente ferida, Domitila conseguiu fugir e se refugiar na casa do pai — onde o príncipe regente dom Pedro a conheceria duas semanas antes do Grito do Ipiranga.

Conta-se também que o segundo encontro entre dom Pedro e Domitila foi bastante romântico e casual. O príncipe passava a cavalo quando cruzou com Domitila sendo transportada por dois escravos numa cadeirinha de arruar. O galanteador dom Pedro apeou do cavalo e a saudou, enaltecendo sua beleza. Em seguida, dispensou os escravos e, ajudado pela guarda de honra, suspendeu ele próprio uma das alças da cadeira de arruar. Domitila não perdeu a oportunidade: “Como Vossa Alteza é forte!”, teria reagido. Ao que dom Pedro respondeu: “Nunca mais Vossa Excelência terá negrinhos como esses”. Em seguida, transportou-a nos ombros até em casa.

Menos de uma semana depois, na noite chuvosa e cortada por relâmpagos de 29 de agosto de 1822, os dois dormiram juntos pela primeira vez nos aposentos de Domitila, situados na rua do Ouvidor, atual José Bonifácio, no centro de São Paulo.

MARIA BENEDITA

Consta que dom Pedro teria iniciado na mesma ocasião dois romances: com Domitila e com a irmã dela, Maria Benedita, oito anos mais velha do que ele e casada com um português. O marido, ao que consta, fingiu não tomar conhecimento da história. Além de suportar tudo em silêncio, batizou com seu nome o filho bastardo de dom Pedro com Maria Benedita. Como recompensa, ganhou bons empregos pela vida afora, até que, finalmente, recebeu o título de barão de Sorocaba. Nunca se separou da mulher, que no entanto sofreu um misterioso atentado, em 1827, escapando da morte por muito pouco. Dom Pedro interrompeu as investigações quando começaram a surgir indícios de que a então marquesa de Santos seria a mandante.

Já o ex-marido de Domitila, além de ter tentado matá-la, reivindicava a guarda dos filhos do casal. Parece que esse foi o primeiro motivo da aproximação de Domitila, que foi pedir ao imperador que a ajudasse com isso.

Logo instaurou-se um processo canônico de anulação do casamento, o que geralmente demora anos, mas, no caso, foi oficializado em 48 horas, graças à interferência do imperador. O ex-marido foi acusado de maus-tratos e de adultério, enquanto Domitila era apontada como esposa de “boa conduta” — decisão surpreendente, uma vez que, àquela altura, o Brasil inteiro já sabia que ela era amante de dom Pedro.

Embora tenha passado de acusador a réu, o ex-marido deixou de defender-se no processo, de modo a facilitar o desfecho. Em troca do bom comportamento e da promessa de jamais voltar a importunar a ex-mulher, ganhou um invejável cargo público. Quebrou o trato, no entanto, ao escrever, certa vez, carta a um amigo na qual criticava o relacionamento de Domitila com o imperador.

Para sua infelicidade, o conteúdo da correspondência chegou ao conhecimento de dom Pedro, que, enfurecido, cavalgou cerca de sessenta quilômetros para aplicar-lhe uma surra com as próprias mãos. Em seguida, obrigou o alferes a assinar um papel no qual se comprometia novamente a nunca mais incomodar Domitila. Dessa vez, Felício não só cumpriu o

combinado como, algum tempo depois, pediu à ex-mulher que intercedesse junto ao imperador para que fosse promovido a sargento-mor da localidade de Pilar da Serra.

Finalmente, em 16 de janeiro de 1827, o pai do ex-marido também julgou-se no direito de escrever a Domitila em busca de favores. Pediu ajuda para vender aos ingleses suas lavras de minérios na província de Minas Gerais. O preço estimado era de 1 milhão de cruzados, mas o ex-sogro prometia pagar à marquesa uma comissão “como se fossem vendidas por 2 milhões”. Não se sabe se a venda foi realizada.

Alguns meses depois dos primeiros encontros, Domitila mudava-se de São Paulo para o Rio de Janeiro a convite de dom Pedro. O imperador abrigou-a de início em uma casa amarela situada no relativamente modesto bairro de Mata-Porcos, atual Estácio, mas logo a transferiu para um luxuoso palacete encostado ao muro do Palácio da Quinta da Boa Vista, onde hoje funciona o Museu do Primeiro Reinado. O historiador Alberto Rangel afirma que nos aposentos do imperador existiria uma saída secreta pela qual ele escapava durante a noite para se encontrar às escondidas com a amante.

ESPOSA DE BOA CONDUTA

Nos sete anos de duração do romance, Domitila engravidou pelo menos cinco vezes de dom Pedro. Na primeira, alguns meses após o Grito do Ipiranga, deu à luz um menino natimorto. Da segunda, nasceu Isabel Maria, em 23 de maio de 1824, dois dias após o anúncio da sentença de divórcio em que a mãe era apontada como uma “esposa de boa conduta”. Dom Pedro não a reconheceu imediatamente como filha, mas dois anos depois, quando o poder de Domitila chegava ao auge, brindou-a com todas as honrarias possíveis. Isabel ganhou o título de duquesa de Goiás e o direito de ser chamada de “Alteza”, tratamento normalmente reservado às princesas, foi condecorada com a Ordem do Cruzeiro e de Santa Isabel e virou nome de três dos navios da nova Marinha de guerra brasileira.



A imperatriz e seu abandono

O romance de dom Pedro com a marquesa de Santos rendeu um dos conjuntos de documentos mais pitorescos da história brasileira. São as mais de 170 cartas que o imperador escreveu à amante entre 1822 e 1829. No começo, o tratamento é carinhoso: “Meu amor do meu coração”, “Meu amor, minha Titila” e “Meu amor e meu tudo”. As assinaturas variam de “O Demonão”, “Fogo Foguinho”, “Pedro” e “O Imperador” — este usado nas cartas de ciúmes ou quando o romance esfriava. Com muita frequência, ele se refere a Domitila de forma paternal, como “filha” ou a si mesmo como “seu filho”. Pelas cartas, sabe-se que dom Pedro cumulava a amante de presentes, inclusive joias caríssimas, como um medalhão com a efígie do imperador (quatro contos de réis) e uma pulseira de contas de ouro com fechos de brilhantes.

Enquanto isso, era negada à imperatriz Leopoldina sua mesada, estabelecida no contrato de casamento. Como consequência, Leopoldina se tornou refém de agiotas. Domitila crescia em prestígio, mas a imperatriz Leopoldina, colocada de lado e humilhada, mergulhava cada vez mais fundo no abismo depressivo que a levaria à morte em dezembro de 1826.

O auge das humilhações foi a viagem de dois meses que o imperador empreendeu à Bahia entre fevereiro e abril de 1826. A frota, composta de quatro navios, transportava mais de duzentas pessoas, que incluíam a amante Domitila, a imperatriz Leopoldina, a princesa Maria da Glória, diversos barões, viscondes, secretários particulares, membros do clero, funcionários públicos e militares de alta patente.

Na travessia entre Rio de Janeiro e Salvador, dom Pedro costumava passear pelo convés acompanhado de Domitila e da princesa Maria da Glória. Também jantavam juntos, enquanto Leopoldina fazia as refeições sozinha em seus aposentos. Na capital baiana, o imperador e a amante ficaram hospedados no mesmo prédio. Leopoldina, em outro, vizinho ao deles.

Uma derradeira humilhação estava reservada a Leopoldina já no seu leito de morte. Em dezembro de 1826, enquanto a imperatriz agonizava no palácio da Quinta da Boa Vista, a marquesa de Santos tentou usar a prerrogativa de dama da corte para entrar no quarto. Foi barrada na porta pela marquesa de Aguiar e pelo ministro Francisco Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá. “Por favor, minha senhora, aqui não”, teria lhe dito o marquês. Ofendida, Domitila se retirou, mas queixou-se a dom Pedro, que, em represália, demitiu Vilela Barbosa e puniu todos os funcionários envolvidos no episódio.

MORTE MISTERIOSA DE UMA IMPERATRIZ

As circunstâncias da morte da imperatriz são ainda hoje um mistério. Boatos na época diziam que Leopoldina, grávida, foi agredida por dom Pedro com um pontapé na barriga durante uma discussão na presença da marquesa de Santos. No dia 20, antes de partir para o sul, dom Pedro promovera um beija-mão de despedida. Domitila estava presente, mas Leopoldina se refugiou em seus aposentos alegando febre alta. Irritado com a ausência da imperatriz, dom Pedro teria tentado arrastá-la à força até a sala da cerimônia, puxando-a pelo braço. Diante da resistência obstinada, lhe teria desfechado o chute no

abdome. A princesa teria morrido do aborto provocado. Sua última carta à irmã, ditada à marquesa de Aguiar às quatro horas da manhã de 8 de dezembro de 1826, três dias antes de morrer, parece confirmar os boatos:

Reduzida ao mais deplorável estado de saúde e tendo chegado ao último ponto da minha vida em meio aos maiores sofrimentos, terei também a desgraça de não poder eu mesma explicar-te todos aqueles tormentos que há tempo existiam impressos na minha alma. [...] Há quase quatro anos [...] que por amor de um monstro sedutor me vejo reduzida ao estado da maior escravidão e totalmente esquecida pelo meu adorador Pedro. Ultimamente acabou de dar-me a última prova de seu total esquecimento a meu respeito, maltratando-me na presença daquela mesma que é a causa de todas as minhas desgraças. Faltam-me forças para me lembrar de tão horroroso atentado que será sem dúvida a causa da minha morte.

Viúvo, dom Pedro sabia que, para manter o prestígio do trono brasileiro junto às potências estrangeiras, precisava se casar novamente com uma princesa europeia. Assustadas com a má reputação do imperador, apontado como um mulherengo incorrigível cuja conduta teria sido responsável pela morte de Leopoldina, nada menos que dez princesas recusaram a proposta de se casarem com ele.

Já na quarta recusa, dom Pedro mostrava-se profundamente constrangido. Em agosto de 1828, enviou novas instruções ao marquês de Barbacena, que conduzia as negociações matrimoniais na Europa. Dom Pedro concordava em ser mais flexível nas negociações: agora, admitia que a noiva poderia não ser muito nobre e que fosse até um pouco ignorante, desde que fosse bonita e virtuosa. E foi, de fato, o que aconteceu.

Com ajuda de seus diplomatas na Europa, o sortudo dom Pedro encontrou não apenas uma princesa virtuosa, mas lindíssima, com somente dezessete anos. Sua nobreza, porém, era de segunda linha. Nascida em Milão, em 31 de julho de 1812, Amélia Augusta Eugênia Napoleona de Beauharnais era neta da imperatriz Josefina, primeira mulher de Napoleão Bonaparte. Sua linhagem estava, portanto, contaminada pelos laços familiares do “ogro

usurpador”, o imperador francês que durante um quarto de século humilhara os tronos europeus. Como estirpe, os Beauharnais nem se comparavam aos Habsburgo austríacos da imperatriz Leopoldina — estes, sim, nobres admirados, respeitados e reconhecidos por todas as monarquias europeias. Mas Amélia não era tão ingênua quanto se poderia crer.

Ela chegou ao Rio de Janeiro em outubro de 1829, quase três anos após a morte de Leopoldina. Ao desembarcar, usava um vestido cor-de-rosa adornado de rendas. Dom Pedro ficou tão encantado que desmaiou no convés do navio. Em seguida, criou em sua homenagem uma das condecorações mais bonitas e desejadas do Império brasileiro, a “Ordem da Rosa”, cujo lema seria, sugestivamente, “Amor e Fidelidade”.



A princesa Amélia

A primeira providência da nova imperatriz foi botar ordem na casa. Trocou os criados e camareiros e impôs nova etiqueta nos maus modos da corte do Rio de Janeiro. Mudou até o idioma. A partir de sua chegada, falava-se francês. Também afastou do palácio todos os amigos desqualificados do imperador e expulsou a até então paparicada filha de Domitila, a duquesa de Goiás, despachada para o internato em Paris.



A Ordem da Rosa

O imperador aceitou tudo com resignação. E foi recompensado por isso. A segunda imperatriz foi uma companheira fiel e dedicada até o fim da vida dele. Depois de sua chegada, há vagas referências a romances passageiros de dom Pedro, mas nada que se comparasse ao fogo vivido com Domitila.

DESPACHANDO A MARQUESA

Antes de cair nos braços da adorável Amélia, porém, dom Pedro teve de se livrar de uma obstinada marquesa, que teimava em não deixar a corte. No começo das negociações na Europa, diante das recusas das outras princesas, ainda houve uma recaída no romance. Domitila saiu do Rio de Janeiro para São Paulo em junho de 1828, voltou em abril de 1829 e partiu definitivamente em agosto, mais uma vez grávida do imperador. Dom Pedro jamais chegou a ver a derradeira filha do casal, Maria Isabel, nascida em São Paulo.

No dia 17 de agosto, notificou a marquesa de que tinha sete dias para deixar o Rio de Janeiro sob pena de arrancar-lhe todos os benefícios concedidos. Também mandou murar a saída secreta da Quinta da Boa Vista que levava ao palacete da amante e ameaçou reabrir o processo do misterioso

atentado sofrido por Maria Benedita, a baronesa de Sorocaba, no qual Domitila era apontada como suspeita.

A última carta de Domitila a dom Pedro é triste e melancólica, como todas as grandes histórias de amor que se acabam, mas cheia de dignidade. O texto, gramaticalmente correto, indica que foi escrito por outra pessoa sob orientação da marquesa:

Senhor.

Eu parto esta madrugada e seja-me permitido, ainda esta vez, beijar as mãos de V. M. [Vossa Majestade] por meio desta, já que os meus infortúnios e minha má estrela me roubam o prazer de o fazer pessoalmente. Pedirei constantemente ao céu que prospere e faça venturoso o meu imperador. E quanto à marquesa de Santos, senhor, pede por último a V. M. que, esquecendo como ela teve tantos desgostos, se lembre só mesmo, a despeito das intrigas, que ela em qualquer parte que esteja saberá conservar dignamente o lugar a que V. M. a elevou, assim como ela só se lembrava do muito que devo a V. M., que Deus vigie e proteja como todos precisamos.

De V. M. súdita, muito obrigada,

Marquesa de Santos.

No dia 14 de junho de 1842, oito anos após a morte de dom Pedro, ela se casou em Sorocaba com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, um dos grandes chefes liberais da província. Com ele teve mais cinco filhos. Terminou a vida como uma grande dama da sociedade paulista. No seu solar, eram realizados saraus literários e reuniões beneficentes. O poeta baiano Castro Alves apresentou-se lá. Domitila também se dedicou a obras de caridade. Entre outras, sustentava uma associação de prostitutas e mães solteiras.

A marquesa de Santos faleceu de enterocolite — inflamação aguda dos intestinos — no dia 13 de novembro de 1867. Foi sepultada no cemitério da Consolação, cujas terras havia doado à cidade de São Paulo. No seu testamento, mandou perdoar dívidas e distribuir dinheiro aos pobres, deu a liberdade a quatro escravos e encomendou setenta missas: vinte pelos escravos mortos e cinquenta por sua própria alma.

O REI PORTUGUÊS

Dom João vi morreu de maneira misteriosa, depois de muita agonia, abatido por devastadoras crises de vômito e convulsões. Foi em 10 de março de 1826, dois meses antes de completar 59 anos.

Na época, muito se comentou a hipótese de o monarca lusitano ter sido envenenado. Havia inclusive fortes suspeitos. O primeiro era sua mulher, a rainha Carlota Joaquina, que tentara sem êxito inúmeras conspirações contra o marido para derrubá-lo do trono. Outro seria o filho mais novo do casal, príncipe dom Miguel, o segundo na linha sucessória e que já empreendera um golpe, igualmente malsucedido, contra o pai.

Análises dos restos mortais de dom João feitas durante o trabalho de restauro da igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, onde foi sepultado, indicaram elevada concentração de arsênico nas vísceras, em quantidade suficiente para matá-lo. E de fato em conversa com o embaixador britânico William Court, dois meses depois da morte do monarca, a própria rainha reforçaria os boatos ao dizer que o marido havia sido “envenenado pelos bandidos que o cercavam”. Mencionou até a substância utilizada para matá-lo: um composto de arsênico chamado água tofana.



Dom Miguel e Carlota Joaquina

Ao tomar conhecimento oficial do falecimento do pai, no dia 24 de abril, dom Pedro recebeu também os papéis timbrados com a notificação de que era o legítimo herdeiro do trono português. Bastava dizer sim para usar duas coroas, a do Brasil, já sua na condição de imperador, e a de Portugal, como sucessor de dom João. Obviamente, não era uma decisão simples. Por mais que se declarasse brasileiro de coração, dom Pedro continuava ligado à antiga metrópole por laços poderosos, que incluíam a sucessão ao trono lusitano.

Talvez em nenhum outro momento de sua vida dom Pedro tivesse se confrontado com um dilema tão complicado. Caso decidisse acumular as duas coroas e voltasse para Lisboa, cidade onde nascera, anularia a Independência do Brasil, cuja ruptura com Portugal custara sangue e sofrimento na guerra encerrada apenas dois anos antes. Numa alternativa também difícil de aceitar, se continuasse a governar do Rio de Janeiro, Portugal seria devolvido à condição de colônia do Brasil, situação que de fato vigorara durante a permanência da corte de dom João nos trópicos.

Recusar a coroa portuguesa implicava igualmente consequências drásticas. Havia uma guerra em andamento em Portugal, entre liberais e absolutistas. Dom Pedro era visto como esperança de solução pelos liberais e em hipótese alguma poderia se omitir. Assustado com a encruzilhada em que o destino o colocara, o imperador pediu orientação a diferentes conselheiros. Felisberto Caldeira Brant, o marquês de Barbacena, sugeriu que dom Pedro conservasse a coroa portuguesa apenas pelo tempo necessário para garantir a independência das duas nações e colocar alguma ordem na conturbada situação política em Lisboa. Isso significava confirmar a regência da irmã, Isabel Maria (nomeada por dom João VI nos dias finais de sua agonia), dar anistia aos presos políticos e uma Constituição a Portugal, convocar as cortes para referendá-la e abdicar em favor da filha Maria da Glória, então ainda uma criança de sete anos.



As duas coroas

COM UM PÉ EM CADA LADO DO ATLÂNTICO: O IMPERADOR EQUILIBRISTA

Dom Pedro acatou o parecer de Barbacena e deu a notícia na sessão inaugural da primeira legislatura do parlamento brasileiro, em maio de 1826. A reação entre os parlamentares foi de entusiasmo. Até mesmo opositores ferrenhos elogiaram o gesto.

Dom Pedro foi rei de Portugal, com o nome de Pedro IV, entre 20 de março e 2 de maio de 1826, data da abdicação em favor da filha Maria da Glória. Na prática, só exerceu seus poderes por uma semana, a partir de 26 de

abril, dia em que aceitou oficialmente a coroa que lhe era oferecida pelos papéis que chegavam de Lisboa.



Dom Pedro e a filha Maria da Glória

Nesses escassos sete dias, tomou decisões de grande impacto. A mais importante foi outorgar uma nova Constituição para Portugal. A anterior, votada pelas cortes de 1822, havia sido revogada em maio do ano seguinte no movimento conhecido como Vilafrancada — insurreição contra os liberais comandada pelo infante dom Miguel na cidade de Vila Franca de Xira, que dissolveu as cortes e devolveu dom João VI à condição de rei absoluto e tornou dom Miguel comandante das Forças Armadas. A nova Constituição de dom Pedro era uma cópia quase literal da brasileira, outorgada pelo imperador dois anos antes.

Ao morrer, dom João VI deixara um país à beira da ruptura política e profundamente debilitado pela perda do Brasil, sua maior e mais rica colônia. Seus últimos anos de reinado haviam sido de muito sofrimento para o soberano e seus súditos. Na volta para Lisboa, em julho de 1821, a nau em que viajara foi detida e deixada incomunicável no cais por ordem das cortes, como se trouxesse a bordo não o rei de Portugal, mas um inimigo ou uma doença contagiosa. Parte dos seus acompanhantes foi proibida de desembarcar, por ser acusada de corrupção no Brasil (caso do visconde do Rio Seco) ou considerada inimiga do novo regime instalado em Lisboa. Da tribuna, o deputado Manuel Borges Carneiro avisou: “Saiba esta corte infame, corrupta e depravada que a nação portuguesa não há de ter com ela contemplação alguma”.



Quando, finalmente, foi autorizado a pôr os pés em terra, dom João viu-se transformado em fantoche das cortes. Restituído aos seus poderes, nem por isso dom João teve paz. Ao contrário, o inimigo agora estava dentro de casa. Carlota Joaquina, que fora banida da corte em 1822 por se recusar a jurar a nova Constituição liberal, recuperou seus privilégios e aliou-se ao príncipe dom Miguel em novo golpe, a Abrilada, assim batizado devido à data em que foi deflagrado, abril de 1824. Dessa vez, o alvo era o próprio rei. Transformado em virtual prisioneiro do filho e da mulher, dom João foi salvo

pela intervenção dos ingleses, que o acolheram a bordo de um de seus navios. Dom Miguel foi despachado para o exílio na Áustria.

Todos esses acontecimentos colocaram dom Pedro no centro da ciranda política de Portugal, da qual, ao contrário do que havia prometido aos brasileiros, ele jamais poderia se livrar. O crescente envolvimento nos assuntos de Portugal fez de dom Pedro um soberano equilibrista com um pé em cada lado do Atlântico.

Um exemplo desse malabarismo havia sido o demorado e oneroso processo de reconhecimento da Independência brasileira por Portugal, que só ocorreu em 1825. Isso porque manter a linhagem real portuguesa no Brasil facilitaria o reconhecimento por parte das potências europeias. Além disso, por vaidade pessoal, dom João VI queria para si o título de imperador do Brasil, ainda que em caráter apenas honorífico. O filho relutava em contrariá-lo. A solução encontrada foi pitoresca. Pelo tratado denominado de “paz e aliança”, negociado em Lisboa e no Rio de Janeiro pelo diplomata britânico Charles Stuart, dom João reconhecia o Império do Brasil, assumia ele próprio o título de imperador para, em seguida, transferi-lo de boa vontade ao filho dom Pedro, como se a Independência fosse uma concessão do rei de Portugal. Além disso, por uma cláusula ainda mais curiosa, dom João VI mantinha formalmente, como era seu desejo, o título de imperador honorário do Brasil até a morte, como se dom Pedro ocupasse o trono como mero delegado do soberano português e não por livre escolha dos brasileiros.



O preço da Independência

A troca de cartas entre dom Pedro I e dom João VI revela que pai e filho mantiveram uma atitude cordial até o fim das negociações e conheciam os riscos envolvidos. Em carta de setembro de 1825, pedindo que o pai ratificasse o acordo, admitia que as concessões feitas a Portugal — “difíceis e bastantemente melindrosas” — iam além do aceitável pelos brasileiros e certamente o deixariam mais frágil no jogo político do Primeiro Reinado.

A CLÁUSULA SECRETA

Com a assinatura do tratado, a primeira monarquia europeia a reconhecer o Brasil independente foi a Inglaterra. Depois, Áustria, França, Suécia, Holanda e Prússia. No entanto, os termos da negociação com Portugal causaram revolta entre os brasileiros e contribuíram para desgastar a imagem de dom Pedro, em especial quando se tomou conhecimento de uma cláusula secreta pela qual o Brasil se comprometia a pagar aos portugueses a quantia de 2 milhões de libras esterlinas, a título de indenização. Inclusive porque parte desse dinheiro seria destinada a cobrir empréstimos que Portugal havia contraído na Inglaterra com o objetivo de mobilizar tropas, navios, armas e munição para combater a emancipação do Brasil. Propriedades e outros bens portugueses confiscados durante os conflitos também seriam devolvidos a seus donos originais.

A oposição acusou dom Pedro de “comprar a independência”. Na verdade, por sua dubiedade entre defender interesses do Brasil ou de Portugal, dom Pedro pagaria um preço bem mais alto do que essas indenizações. Seria a perda do próprio trono brasileiro, em 1831.

ADEUS AO BRASIL

O acervo do museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro, guarda uma das trocas de correspondências mais tristes já registradas na história brasileira. São as cartas entre dom Pedro I, após abdicar do trono brasileiro, e seu primogênito, o futuro imperador Pedro II, de apenas cinco anos, que o pai deixava no Brasil sem esperanças de algum dia voltar a vê-lo.

Pai e filho não tiveram tempo de despedir-se na madrugada de 7 de abril de 1831, data da abdicação de dom Pedro I. Ameaçado pelos tumultos que tomavam as ruas do Rio de Janeiro e as vizinhanças da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, o imperador esgueirou-se pela escuridão e refugiou-se na fragata inglesa *Warspite*, que o aguardava ao largo da praia do Caju. Estava acompanhado da mulher, a imperatriz Amélia, e da pequena rainha de Portugal, Maria da Glória. Antes de partir, num gesto de grande significado político que haveria de enriquecer sua já debilitada imagem pessoal, nomeou o ex-adversário José Bonifácio de Andrada e Silva tutor dos quatro órfãos reais que ficavam para trás: dom Pedro II e as irmãs Januária, de nove anos, Paula Mariana, de oito, e Francisca, de seis.

Quando saiu do palácio, as crianças estavam dormindo. O historiador Tobias Monteiro conta que dom Pedro se acercou da cama de cada uma delas e as beijou em silêncio, mal contendo as lágrimas.

A primeira carta foi do pequeno dom Pedro II, uma criança franzina, melancólica e solitária que ficara órfã de mãe com apenas um ano de idade e agora perdia também o pai. O imperador menino supostamente escreveu a primeira carta com a orientação de suas criadas ao acordar na manhã seguinte e descobrir que o pai, a irmã mais velha e a madrasta haviam partido para sempre. Nela, pede a dom Pedro que, apesar da distância, não o esqueça:

Meu querido pai e meu senhor

Quando me levantei e não achei a Vossa Majestade Imperial e a mamãe para lhe beijar a mão, não me podia consolar nem posso, meu querido papai. Peço a Vossa

Majestade Imperial que nunca se esqueça deste filho que sempre há de guardar a obediência, respeito e amor ao melhor dos pais tão cedo perdido para seu filho. Beijo respeitoso as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial. Este de Vossa Majestade Imperial saudoso e obediente filho, Pedro.

O ORFÃO COROADO



A segunda carta guardada nos arquivos do Museu Imperial é a resposta de dom Pedro I, escrita em 12 de abril de 1831, cinco dias após a abdicação, já a bordo do navio inglês:

Meu querido filho e meu imperador. Muito lhe agradeço a carta que me escreveu. Mal a pude ler porque as lágrimas eram tantas que me impediam de ver. [...] Deixar filhos, pátria e amigos, não pode haver maior sacrifício! [...] Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem na sua educação e conte que o mundo o há de admirar. [...] Receba a bênção de seu pai que se retira saudoso e sem mais esperanças de o ver. Dom Pedro de Alcântara.

Em outra correspondência, no mesmo ano, o pequeno dom Pedro II, dilacerado pela saudade, pede que o pai lhe envie uma mecha de cabelo como recordação. É uma cartinha curta, de letra trêmula, que ele, a despeito da pouca idade, aparentemente tentou escrever sozinho:

Meu querido pai e meu senhor. Tenho tantas saudades de Vossa Majestade Imperial e tanta pena de lhe não beijar a mão. Como obediente e respeitoso filho, Pedro, peço a Vossa Majestade Imperial um bocadinho de cabelo [...].

Ao todo, pai e filho trocaram 39 cartas entre 1831 e 1834, ano da morte de dom Pedro I (Pedro IV de Portugal), em Queluz. No acervo do Museu Imperial há também uma carta que a jovem imperatriz Amélia escreveu ao enteado dom Pedro II ao partir para a Europa:

Meu filho do coração e meu imperador. Adeus, menino querido, delícia da minha alma, alegria de meus olhos, filho que meu coração tinha adotado! Adeus para sempre! [...] Ah, querido menino, se eu fosse tua verdadeira mãe, se meu ventre te tivesse concebido, nenhum poder valeria para me separar de ti, nenhuma força te arrancaria dos meus braços! [...] Mas tu, anjo de inocência, e de formosura, não me pertences senão pelo amor que dediquei a teu augusto pai. Adeus pois, para sempre!

Em seguida, na mesma carta, Amélia fazia um apelo às mães brasileiras para que, na sua ausência, adotassem “o órfão coroado”.

Os últimos meses do reinado de dom Pedro haviam sido de tumultos e sobressalto em todo o país. Uma onda de boatos indicava que o imperador preparava um golpe absolutista, pelo qual mudaria a Constituição de 1824 com o objetivo de reforçar ainda mais os próprios poderes e subjugar o parlamento.

Os rumores tinham fundamento. Algum tempo antes, dom Pedro chegara a consultar dois auxiliares mais próximos — o seu confessor, frei Antônio da Arrábida, e Francisco Vilela Barbosa, o marquês de Paranaguá — a respeito da conveniência de reformar a constituição. Frei Arrábida ficou horrorizado: “Queime, Senhor, o papel que contiver este quesito, que só pensado se julgaria crime. [...] Ele nos arrastaria à mais espantosa ruína”.



DEPOSTOS PELOS PRÓPRIOS ERROS

Quatro razões contribuíram de forma decisiva para a abdicação de dom Pedro I. As duas primeiras foram os escândalos da vida privada e sua notória oscilação entre os interesses brasileiros e portugueses, que fizeram dom Pedro perder rapidamente a aura de herói da Independência conquistada em 1822.

Um terceiro motivo para a abdicação foi a longa e desgastante guerra com a Argentina pelo controle da província Cisplatina, o atual Uruguai.

Em 1825, Juan Antonio Lavalleja iniciou uma insurreição com o objetivo de separar a Cisplatina do Brasil e incorporá-la às Províncias Unidas do Rio da Prata, conglomerado de regiões relativamente autônomas de cultura espanhola que daria origem à República Argentina. Dom Pedro reagiu declarando guerra aos argentinos sem avaliar adequadamente as consequências do seu gesto. Com o Império virtualmente quebrado, às voltas com problemas financeiros, políticos e diplomáticos, o imperador não tinha condições de

mobilizar os recursos necessários para manter a campanha militar no sul. Impopular desde o começo, a guerra ceifou a vida de cerca de 8 mil brasileiros.

O Império acabou derrotado de forma humilhante, em 1827, quando as forças argentinas e uruguaias massacraram os brasileiros na localidade de Ituzaingó. A paz viria em 27 de agosto de 1828, com a assinatura do tratado intermediado pela Inglaterra que deu a independência ao Uruguai. O imperador foi identificado como o grande culpado pela derrota, que agravou a crise financeira do país e intensificou a indisciplina nos quartéis.



Dom Pedro I: gênio impulsivo e autoritário

A agitação nos quartéis, por sua vez, era decorrente da contratação de um número cada vez maior de mercenários estrangeiros para suprir as tropas nacionais. Ao chegar ao Brasil, os novos soldados eram submetidos a uma dura disciplina, que incluía açoite com chicotes — exatamente como o país estava acostumado a tratar seus escravos negros. Isso resultou em uma explosão de ódio nas ruas do Rio de Janeiro em 1828. Todos os batalhões estrangeiros da cidade, formados por irlandeses, franceses, suíços e alemães, imediatamente se rebelaram. Embriagados e sem controle, os mercenários começaram uma onda de saques por toda a capital, só contida a muito custo.

O saldo do confronto foi pavoroso: quarenta pessoas mortas do lado brasileiro contra 120 soldados estrangeiros.

Todas essas dificuldades convergiram na quarta e definitiva razão para o desgaste do imperador: a permanente instabilidade política do Primeiro Reinado, resultante, em grande parte, do gênio impulsivo e autoritário do soberano. A dissolução da Constituinte, em 1823, a censura à imprensa, a perseguição aos jornalistas, ex-companheiros da maçonaria e adversários políticos em geral, o cruel tratamento infligido aos mártires da Confederação do Equador e outras decisões minaram rapidamente a já precária rede de apoio que o imperador conseguira tecer no início de seu reinado.

A crise política estava diretamente ligada à disputa entre portugueses e brasileiros, forte o suficiente para contaminar o círculo mais próximo do imperador. Em dezembro de 1829, dom Pedro mudou outra vez o ministério e entregou o cargo mais importante a Felisberto Caldeira Brant Pontes, o influente marquês de Barbacena, que, na condição de representante do Brasil em Londres, prestara muitos serviços ao Império.

Barbacena tentou conduzir um governo conciliador, empenhado em estabelecer uma ponte de diálogo entre um parlamento fortalecido nas eleições recentes e um soberano cada vez mais cioso de sua autoridade. Uma de suas exigências para assumir o cargo, no entanto, foi que dom Pedro se livrasse do suposto “gabinete secreto”, ou seja, da influência dos amigos portugueses, apontada como nociva no seu relacionamento com a câmara e o senado. Dom Pedro cedeu e demitiu do palácio Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, e João Rocha Pinto, também apontado como integrante do “gabinete secreto”. Ambos foram despachados para a Europa, onde passariam a viver com uma generosa pensão vitalícia bancada pelo tesouro brasileiro.



O marquês de Barbacena

Chalaça logo encontrou uma forma de vingar-se de Barbacena. Na Europa, começou a levantar denúncias de corrupção contra o novo ministro, do período em que fora o representante diplomático brasileiro em Londres. O trabalho de intriga envenenou de tal modo as relações do imperador com o ministro que Barbacena acabou demitido e humilhado publicamente, embora as denúncias nunca tivessem sido devidamente comprovadas. Logo o marquês se bandearia para a oposição.

Ocorreu ainda uma tragédia de grande impacto em São Paulo. Na noite de 20 de novembro, o jornalista italiano João Batista Líbero Badaró foi assassinado com um tiro no estômago na porta de casa. Badaró era redator do jornal de oposição *Observador Constitucional*. Suas últimas palavras teriam sido: “Morre um liberal, mas não morre a liberdade”. O crime incendiou os ânimos dos paulistas e colocou a outrora fiel província contra o imperador. Um jornal exaltado chegou a apontar dom Pedro I como mandante do assassinato.



O assassinato de Líbero Badaró

A NOITE DAS GARRAFADAS

Foi então que dom Pedro decidiu ir a Minas Gerais em companhia da imperatriz Amélia. Esperava que os mineiros o acolhessem com o mesmo entusiasmo da épica jornada que antecederia a Independência em 1822. Mas só encontrou indiferença ou mesmo hostilidade pelo caminho. Em Barbacena, a passagem da comitiva coincidiu com a celebração das exéquias de Líbero Badaró. Em vez de festejar a presença do soberano, os sinos das igrejas dobraram o toque de finados. Em outras localidades, as casas em que ficou hospedado foram apedrejadas depois de sua saída.

Ao voltar para o Rio de Janeiro, em 11 de março, a entidade chamada Colunas do Trono resolveu promover uma homenagem ao imperador. Composta de portugueses, era defensora do absolutismo e pregava “o imperador sem trambolho”, ou seja, sem o parlamento. Foi o estopim para um confronto que passaria para a história como “A Noite das Garrafadas” e que

teve como epicentro a rua da Quitanda, no Centro, reduto do comércio lusitano.

Ao anoitecer, um grupo de portugueses colocou luminárias em suas casas e acendeu fogueiras dando vivas ao imperador. Os brasileiros responderam no dia seguinte com manifestações contra dom Pedro I. No domingo, dia 13, a situação ficou mais tensa. Os manifestantes brasileiros apagaram algumas fogueiras e quebraram a pedradas vidraças e luminárias das casas portuguesas. Os adeptos do imperador reagiram de forma violenta, atacando os brasileiros com pedras, cacos de vidro e fundos de garrafas quebradas. Várias pessoas ficaram feridas.

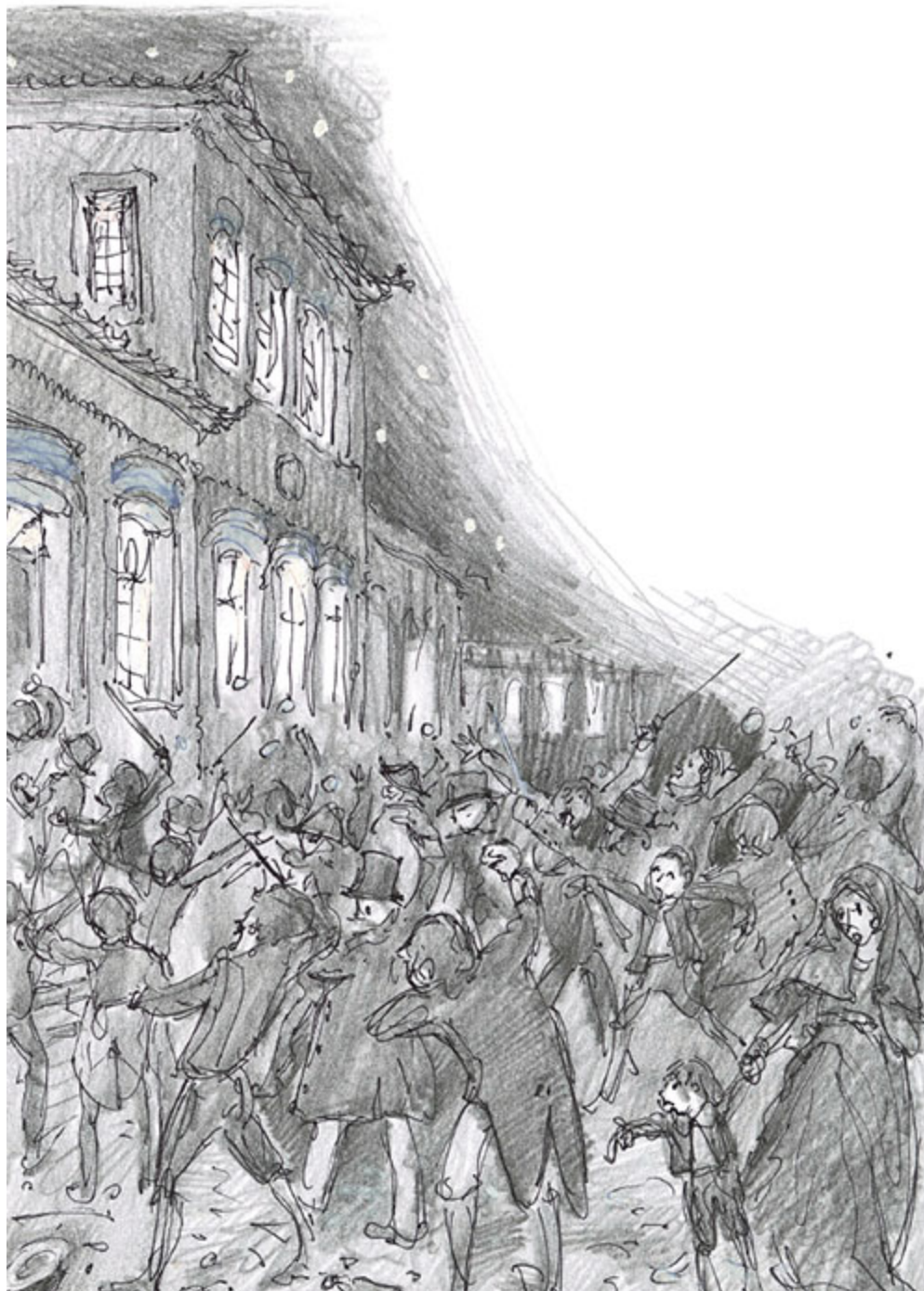
Os tumultos continuaram durante três dias.

Em 1º de abril, o imperador saiu na janela para saudar os fiéis que passavam em uma procissão em frente ao Paço Imperial, no centro da cidade. Era costume todos tirarem o chapéu em sinal de respeito ao monarca. Dessa vez, ninguém se descobriu. Em 3 de abril, em plena luz do dia, bandos armados percorriam as ruas ameaçando as pessoas e quebrando vidraças. A rua Direita (atual Primeiro de Março) foi palco de tumultos e assassinatos.

No dia 5, dom Pedro destituiu mais uma vez o ministério, empossado apenas três semanas antes e constituído só de brasileiros. Em seu lugar nomeou uma equipe de governo sem autoridade, nem nenhum apoio político. No dia 6, a multidão começou a aglomerar-se no campo de Santana, tradicional ponto de manifestações políticas. O objetivo era forçar o imperador a reintegrar o ministério dissolvido no dia anterior. Ao tomar conhecimento da exigência, que lhe foi encaminhada por três juízes, dom Pedro se manteve inflexível e teria respondido com a célebre frase: “Tudo farei para o povo, mas nada pelo povo”.

No entanto, o soberano acabaria compreendendo que não estava imune à pressão popular. De volta à praça, os juízes foram recebidos pela multidão aos gritos de “Morte ao traidor” e “Às armas!”. Às onze e meia da noite, os militares começaram a abandonar os quartéis para se juntar ao povo no campo de Santana. Entre eles estavam os oficiais e soldados do Batalhão do Imperador, encarregado de proteger a Quinta da Boa Vista. Pouco depois das

três horas da madrugada, abandonado e sem uma única sentinela para guarnecer as portas do palácio, dom Pedro entregou a carta de abdicação ao major Miguel de Frias e Vasconcelos, ajudante do general Francisco de Lima e Silva (pai do futuro duque de Caxias), que também havia aderido aos rebeldes.



Faltava pouco para o sol nascer quando deixou o palácio em roupas civis — um fraque marrom e chapéu redondo. Dois diplomatas, representantes da

Inglaterra e da França, foram seus únicos acompanhantes até a fragata *Warspite*, onde permaneceu nos seis dias seguintes.

Depois de inventariar seu patrimônio, pediu que lhe enviassem a bordo um pequeno enxoval para a viagem: dezoito lençóis, doze fronhas, doze toalhas e “dois urinóis imperiais”. Em 12 de abril, carregou a própria bagagem — na qual havia um faqueiro com garfos e talheres de prata e alguns sacos cheios de ouro em pó — ao transferir-se para a fragata *Volage*, maior e mais confortável, com a qual zarpou no dia seguinte.

A abdicação foi comemorada pelos brasileiros com entusiasmo ainda maior do que a proclamação da Independência nove anos antes. O Sete de Abril virou nome de praças e logradouros públicos em todo o país. Também daria origem aos acordes do Hino Nacional. A música de Francisco Manoel da Silva foi composta originalmente para o Hino ao Sete de Abril, em celebração à queda de dom Pedro I. A letra, atribuída ao desembargador e poeta piauiense Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, dizia em seus versos finais:

*Novas gerações sustentem
Da Pátria o vivo esplendor,
Seja sempre a nossa glória
O dia libertador*

Seria adotado como o Hino Nacional, e a letra de Joaquim Osório Duque Estrada seria escolhida em concurso público dezenove anos mais tarde.

A GUERRA DOS IRMÃOS

Ainda adolescentes no Rio de Janeiro, os irmãos Pedro e Miguel tinham entre suas brincadeiras favoritas os jogos de guerra. Em 1832, essa brincadeira de criança se tornaria realidade. Nos dois anos seguintes, ambos protagonizariam a mais longa e cruenta guerra civil da história de Portugal. O confronto entre os liberais, sob o comando de dom Pedro, e os absolutistas, liderados por dom Miguel, deixou milhares de mortos e abriu feridas que demorariam mais de um século para cicatrizar.

Diferentes em tudo, os irmãos nasceram com os sinais trocados em relação aos pais. Dom Pedro, o preferido de dom João, herdara a índole da mãe, Carlota Joaquina. Era ativo, irrequieto, aventureiro e namorador. Dom Miguel, protegido de Carlota, tinha o caráter do pai. Menos impulsivo do que o irmão, era apegado à etiqueta, à tradição e ao protocolo. Os traços físicos delicados alimentavam rumores de que tivesse inclinações homossexuais, suspeita que também acompanhara o pai no Brasil.

Em uma família marcada pela intriga e pelas conspirações, até sua filiação era colocada em dúvida. Dom Miguel nasceu em 1802, quando o casamento dos pais já andava estremecido. Rumores, obviamente nunca comprovados, o apontavam como resultado de um romance entre Carlota Joaquina e dom Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, sexto marquês de Marialva, de quem teria herdado os traços físicos e o gosto pela equitação. Laura Junot, a marquesa de Abrantes — mulher do general Jean Andoche Junot, comandante das tropas francesas que invadiram Portugal em 1807 —, divulgou em suas memórias versão ainda mais apimentada. Segundo ela, dom Miguel seria filho de João dos Santos, caseiro da Quinta do Ramalhão, onde Carlota Joaquina costumava veranejar. Uma quadrinha popular na época satirizava a suposta traição:

*Dom Miguel não é filho
D'El Rei Dom João*

*É filho de João dos Santos
Da Quinta do Ramalhão
Nem de Pedro
Nem de João
Mas do caseiro
Do Ramalhão*

PEDRO VERSUS MIGUEL

Diferentes na aparência, no caráter e nos gostos pessoais, os irmãos haveriam de divergir profundamente também na política. Maçom, admirador de Napoleão Bonaparte e leitor dos iluministas franceses, dom Pedro foi um monarca liberal e modernizador das leis e dos costumes do seu tempo. Dom Miguel, ao contrário, era conservador, avesso ao regime constitucional e adepto do absolutismo. Essas divergências resultaram na guerra civil.



Dom Pedro, Maria da Glória e dom Miguel

Desde a morte de dom João VI, em 1826, a crise política portuguesa tinha se agravado. Duas providências tomadas por dom Pedro ainda no Rio de Janeiro — a anistia aos presos políticos e a outorga de uma constituição liberal — dividiram Portugal ao meio. “O país profundo, rural, tradicionalista, legitimista, clerical, fechado sobre si mesmo, revia-se em dom Miguel”, anotou o historiador português Eugênio dos Santos. “Dom Pedro recolhia a simpatia de uma franja da população urbana, [...] de intelectuais e burgueses, muitos deles fugitivos do regime absoluto.”

Na cidade do Porto, tão logo soube das decisões de dom Pedro, o governador das armas, general João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, neto do marquês de Pombal, aderiu aos liberais e enviou uma delegação a Lisboa para exigir o imediato juramento da nova carta constitucional. Os absolutistas reagiram com levantes militares em várias cidades. Ainda esperançoso de uma solução pacífica, dom Pedro nomeou o irmão regente de Portugal por decreto de 3 de julho de 1827, mas impôs duas condições: dom Miguel deveria jurar a nova constituição e se casar com a sobrinha e legítima herdeira do trono, Maria da Glória, que se tornaria a rainha de fato quando atingisse a maioridade.



Clima de terror entre os portugueses

Aparentando aceitar as exigências do irmão, dom Miguel deixou o exílio em Viena e desembarcou em Lisboa no dia 22 de fevereiro de 1828. Foi recebido em triunfo pelos absolutistas. Na condição de regente, em março dissolveu as câmaras, demitiu o ministério, proibiu a execução do hino constitucional, afastou os governadores liberais e convocou as cortes para decidir quem assumiria o trono no lugar de dom João VI. Em julho de 1828, ele próprio foi declarado legítimo rei com mandato retroativo a 10 de março de 1826, data da morte do pai, o que tornava nulos todos os atos de dom Pedro e também ilegítima a pretensão de sua filha, Maria da Glória, ao trono português.

Entronizado com o nome de dom Miguel I, o novo rei tinha o apoio da grande nobreza, cujos interesses eram ameaçados pelos liberais, e da Igreja católica, que o via como a salvação contra as sementes anticlericais plantadas pela Revolução Francesa. Padres e bispos usavam os púlpitos das igrejas em todo o país para envenenar o povo contra a mudança dos tempos. No dia 15 de março de 1829, o Vaticano anunciou a excomunhão de todos os liberais

portugueses. Em janeiro de 1834, já no fim da guerra, o próprio dom Pedro seria excomungado pelo papa Gregório XVI.

Nos meses seguintes à aclamação de dom Miguel, o clima de terror se instalou entre os portugueses. Em março de 1829, havia 23.190 pessoas nas prisões. Outras 40.790 tinham emigrado para a América ou países vizinhos. Forças foram erguidas em várias cidades para executar os adversários políticos. Estima-se que 1.122 opositores foram assassinados. O episódio de maior repercussão foi o enforcamento de dez liberais no dia 7 de maio de 1829, na cidade do Porto. Depois de enforcados em dois patíbulos erguidos na praça Nova, atual praça da Liberdade, os insurgentes tiveram a cabeça decepada e exposta por vários dias nas cidades do Porto, Feira, Aveiro e Coimbra.

No mesmo processo, outras treze pessoas foram condenadas ao degredo na África e na Índia. Antes de partir, quatro delas foram açoitadas em praça pública. O novo governo também confiscou 17.317 propriedades e mandou queimar 868 casas. “O pior era o ódio, o ódio que se alastrava como uma nódoa corrosiva”, registrou o coronel aposentado inglês Hugh Owen, morador da cidade do Porto e testemunha ocular da guerra civil.

Os acontecimentos em Portugal reacenderam em dom Pedro I, já impopular e desprestigiado no Brasil, a conhecida atração pelos grandes desafios. Aos 23 anos, havia se tornado o herói do novo mundo ao proclamar a Independência brasileira. Agora, era sua terra natal, o velho torrão português, que o atraía e fascinava. A causa era nobre e oferecia oportunidades únicas de glória. “Dom Pedro sentia assim a irresistível sedução do papel que lhe destinava a História”, escreveu o historiador Tobias Monteiro.

O DUQUE DE BRAGANÇA

Depois de abdicar do trono brasileiro, em 1831, dom Pedro assumiu o título de duque de Bragança e desembarcou na Europa em busca de apoio diplomático e financeiro para a guerra contra o irmão. O duque de Bragança

foi homenageado e tratado com deferência tanto em Londres quanto em Paris, mas nenhum dos dois governos lhe forneceu o suporte de que necessitava.

O fracasso das primeiras negociações obrigou dom Pedro a iniciar a campanha contra o irmão em condições precárias. Ao partir dos Açores, em 27 de junho de 1832, comandava um exército romântico, que tinha em suas fileiras dois futuros escritores e poetas famosos — Alexandre Herculano e Almeida Garrett —, mas cujas perspectivas de vitória pareciam remotas. A tropa era composta de 7.500 voluntários, muitos deles sem nenhum treinamento militar, enquanto o exército de dom Miguel somava uma força dez vezes maior, de 80 mil oficiais e soldados regulares. Por falta de dinheiro, o pagamento dos soldos estava três meses atrasado.

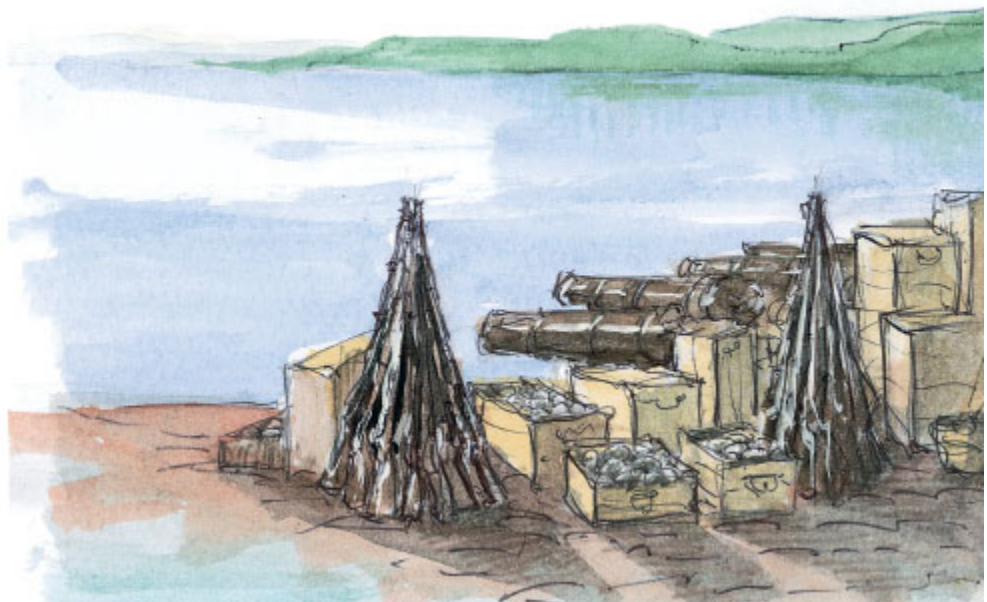


Alexandre Herculano, dom Pedro e Almeida Garrett



A esquadra liberal na linha do horizonte

Sem alternativa, restou a dom Pedro gastar parte da fortuna que acumulara no Brasil. Ainda nos Açores, autorizou o saque de 12 mil libras esterlinas de sua conta no banco Rothschild para financiar as despesas do exército. Também procurou seduzir os portugueses ricos, oferecendo-lhes vantagens nos negócios públicos em caso de vitória.



Armas, munições e caminhões abandonados

Ao anoitecer do dia 7 de julho de 1832, as sentinelas miguelistas postadas em Villar do Paraíso, aldeia de pescadores ao sul do rio Douro, flagraram na linha do horizonte as velas da esquadra liberal, que se aproximava da costa portuguesa. Por volta das nove horas da noite, tambores anunciaram a novidade a todos os moradores da cidade.

O desembarque começou no fim da manhã do dia seguinte. O local escolhido, Arnosa de Pampelido, é uma praia de areias grossas batida pelo vento situada na localidade de Mindelo, alguns quilômetros ao norte do Porto. Ao desembarcar, o exército liberal estava exausto e faminto. A artilharia não passava de um obus e dois canhões que, na ausência de animais de carga, eram puxados com muito sacrifício pelos soldados.

Para os moradores, foram horas de tensão e medo. Todos acreditavam que o Porto — a segunda mais importante cidade de Portugal, depois da capital Lisboa — seria atacado pelos liberais e que o exército miguelista a defenderia até o último homem. Curiosamente, não foi o que aconteceu. Os miguelistas evacuaram o Porto sem trocar tiros com a minguada força liberal que se aproximava. Até hoje este é o maior mistério da guerra civil portuguesa.

Os oficiais de dom Miguel não apenas deixaram a cidade sem proteção, como ali abandonaram milhares de armas, balas e munições, incluindo cinquenta canhões. Se os absolutistas tivessem mantido suas posições, a derrota de dom Pedro estaria selada logo de início.

Na falta de um cavalo de grande porte, dom Pedro entrou no Porto cavalgando um garrano — um cavalo pequeno —, que um morador simpático à causa liberal providenciara no percurso entre a praia e a cidade. Era a sina irônica que o acompanhava nos momentos de glória: tinha sido também num animal modesto como esse, uma besta de carga, que dera o Grito do Ipiranga, dez anos antes.



A entrada de dom Pedro no Porto

Seus soldados o acompanhavam levando na ponta dos fuzis cachos de hortênsias recolhidas à beira da estrada e cujas pétalas azuis e brancas reproduziam as cores símbolo da monarquia constitucional. As forcas da praça Nova foram desmontadas. Os presos, libertados. O carrasco João Branco, odiado pela crueldade com que executava os adversários, foi morto a tiros de espingarda. Os moradores, porém, reagiram com uma mistura de alívio e apreensão. Sabiam que o futuro era incerto e perigoso.



A RATOEIRA

Os temores logo se confirmaram. Os liberais haviam sido atraídos para uma ratoeira. Depois do primeiro recuo, os miguelistas fecharam um arco em torno do Porto, impedindo a entrada de pessoas, armas, munições e alimentos. Os meses seguintes foram de fome, doença, desespero e muito sacrifício. Nenhum socorro chegava de fora. Esfomeados, soldados e moradores caçavam cães,

gatos, burros, cavalos e roedores em terrenos baldios e áreas alagadiças. A madeira das casas era usada para acender fogueiras com as quais se tentava amenizar o frio.

Em meio à adversidade, dom Pedro revelou-se o chefe militar dedicado e carismático que haveria de ficar para sempre na memória da cidade do Porto. Cabia ao “rei-soldado”, como passou a ser chamado desde então, cuidar da defesa da cidade e também alimentar e zelar pela sobrevivência de cerca de 60 mil habitantes, prisioneiros do cerco junto com seu exército.

Nos dias chuvosos de inverno, percorria a cidade a pé, com as botas cobertas de lama e usando um capote militar longo até os pés, que o protegia do frio. Incansável e hiperativo, envolvia-se em tudo. Descia às trincheiras, orientava os atiradores, supervisionava os armazéns, visitava os hospitais e feridos, participava das reuniões para a tomada de decisões estratégicas.

Às vezes, expunha-se a riscos desnecessários. No local chamado Bateria Vitória, situado na parte alta da cidade, uma bala disparada da margem oposta do rio Douro matou um oficial que estava a seu lado. Outra ricocheteou na parede da igreja vizinha e passou de raspão junto da cabeça do imperador.

Apesar da situação aflitiva, encontrava tempo para passear, divertir-se e, detalhe ainda mais surpreendente, namorar. Ao partir para a guerra, havia deixado a imperatriz Amélia e as duas filhas na França. Distante da mulher por dezenove longos meses, dom Pedro procurou consolo em braços plebeus. Ainda nos Açores, enquanto organizava a expedição, envolvera-se com uma freira, Ana Augusta Peregrino Faleiro Toste, de 23 anos, sineira do convento da Esperança na ilha Terceira. Ana Augusta deu à luz o último filho bastardo de dom Pedro, um menino que, batizado com o mesmo nome do futuro Pedro II do Brasil — Pedro de Alcântara —, morreu cedo e foi sepultado com honras pelos chefes liberais açorianos. Alguns historiadores dizem que dom Pedro teria tido ainda um derradeiro caso amoroso durante o Cerco do Porto, com uma comerciante de louças da rua da Assunção. O resultado, nesse caso, teria sido uma infecção venérea, com a qual o imperador conviveria até a morte.

Iniciado em julho de 1832, o Cerco do Porto durou até meados do ano seguinte. Ao todo os miguelistas fizeram 29 ataques à cidade. Alguns foram repelidos em desespero pelos liberais quando os adversários já ocupavam ruas e praças importantes. Segundo os cálculos do coronel Owen, o total de mortos entre os liberais foi de 2.792 soldados. Ou seja, de cada dois voluntários que haviam embarcado com dom Pedro nos Açores, um morreu. O exército miguelista, porém, teve baixas muito maiores, de 23.004 homens. As vítimas civis foram estimadas em cerca de 3 mil, das quais mil atingidas pelo fogo dos canhões e fuzis e 2 mil de doenças.

O cerco foi rompido graças a uma rápida sequência de acontecimentos que mudariam os rumos da guerra em menos de dois meses. Em Londres, o embaixador informal dos liberais, dom Pedro de Sousa Holstein, marquês de Palmela, conseguiu dos ingleses, depois de muita insistência, o apoio que dom Pedro buscava desde o começo da campanha. No dia 1º de junho de 1833, cinco navios de guerra a vapor britânicos, comandados pelo almirante Charles Napier, apareceram na foz do rio Douro trazendo peças de artilharia, 150 marinheiros e 322 soldados experientes e bem treinados. Três semanas depois, Napier enganou a vigilância do inimigo e, em um golpe de grande audácia, desembarcou no Algarve, extremo sul do território português, 2.500 soldados sob o comando do duque da Terceira.

Essa tropa avançou rapidamente pelo Alentejo em direção a Lisboa, enquanto no mar o genial Napier obtinha uma vitória memorável ao destruir a esquadra de dom Miguel perto do cabo São Vicente. Em seguida, seus navios entraram pelo rio Tejo e bloquearam a capital, que, sem resistência, foi ocupada no dia 24 de junho.

No dia 28, dom Pedro deixou o Porto em direção à capital, onde foi recebido em triunfo. A guerra em Portugal, no entanto, ainda estava longe de terminar. Dom Miguel refugiou-se em Santarém, tradicional reduto absolutista, e dali passou a comandar a resistência nas cidades do interior. A capitulação só veio em 26 de maio de 1834.



Dom Pedro com tuberculose em Lisboa

RESISTINDO À “MOLÉSTIA MORTAL”

Ao final da guerra, o coronel Owen fez uma lista de vinte fatores que teriam contribuído para triunfo liberal contra todas as aparentes adversidades. A mais importante de todas as explicações foi: “A milagrosa conservação da existência de dom Pedro, que durou o tempo necessário para a execução de seus planos, sob padecimentos de uma moléstia mortal”.

O legado de dom Pedro na história portuguesa seria longo e profundo. Sua obra modernizadora das leis e dos costumes avançou ainda mais ao fim da guerra contra o irmão. Além disso, mostrando uma capacidade de perdoar que não condizia nem com sua família nem com seu próprio comportamento, no

episódio da Confederação do Equador, impediu a vingança dos liberais mais exaltados que defendiam prisão e penas de morte para os derrotados. Concedeu, em vez disso, anistia aos adversários e permitiu que o irmão partisse para o exílio, sem represálias.

O povo português, no entanto, queria sangue. Ninguém se conformava com o tratamento generoso dispensado aos homens que tantos sofrimentos haviam imposto ao país. Certa noite, ao chegar ao Teatro Nacional de São Carlos, em Lisboa, dom Pedro foi cercado pela multidão enfurecida, que atirava lama e pedras em sua carruagem. Indiferente aos gritos e ofensas, subiu ao camarote acompanhado da mulher e das filhas. A plateia o recebeu com demorada vaia. Algumas pessoas jogaram moedas em sua direção, insinuando que teria vendido a própria honra ao contemporizar com os derrotados.

Pálido, o imperador teve um acesso de tosse. O lenço branco ficou vermelho de sangue. Estava tuberculoso. Surpresa com a cena, a multidão fez silêncio. Dom Pedro guardou o lenço e, com a voz enrouquecida, ordenou que o espetáculo seguisse.

O FIM

Até na morte dom Pedro continuou dividido entre Brasil e Portugal. Em 1972, ano do Sesquicentenário da Independência, seus restos mortais foram trasladados da igreja de São Vicente de Fora, local do sepultamento em Lisboa, para o Mausoléu do Ipiranga, em São Paulo, onde hoje é reverenciado pelos brasileiros. Seu coração, no entanto, permanece guardado na igreja da Lapa, situada na heroica cidade do Porto e fundada no século XVIII por iniciativa de um músico e missionário paulista, o padre Ângelo de Sequeira.

Foi seu último desejo antes de morrer, em sinal de gratidão aos “tripeiros”, como são carinhosamente conhecidos os moradores do Porto e em cuja companhia havia enfrentado os momentos mais incertos e difíceis de sua vida, na guerra contra o irmão dom Miguel.

Dom Pedro morreu nos braços da imperatriz Amélia às duas e meia da tarde de 24 de setembro de 1834, faltando duas semanas e meia para completar 36 anos. A autópsia, feita no dia seguinte, revelou um quadro devastador. A tuberculose tinha consumido todo o pulmão esquerdo, inundado por um líquido negro e sanguinolento. Apenas uma pequena porção da parte superior ainda funcionava. O coração e o fígado estavam bem maiores do que o normal. Os rins, onde foi encontrado um cálculo, apresentavam cor esbranquiçada. O baço, amolecido, começava a se dissolver.



A igreja da Lapa

Os transtornos físicos, já antigos em dom Pedro, agravaram-se na guerra contra o irmão. Durante o Cerco do Porto, começou a sentir cansaço, irregularidade na respiração, palpitações noturnas e sobressaltos ao acordar. Um edema nos pés indicava problemas circulatórios.

“Dom Pedro julgava ser um homem fisicamente robusto, forte, resistente”, observou o historiador Eugénio dos Santos. “A verdade era, porém, outra. Alimentava-se mal, repousava pouco, gastava-se excessivamente.” Epilético desde a infância, sofria de deficiência renal e vomitava com frequência. Aventureiro e destemido, partira diversas costelas em quedas de cavalo. As doenças venéreas eram constantes, como ele próprio registrara nas famosas cartas à marquesa de Santos.

MORRENDO COMO VIVEU

Diante de um quadro de saúde tão frágil, seus dias finais foram surpreendentes. Dom Pedro enfrentou a morte como viveu, mantendo um ritmo intenso de atividades. No seu último compromisso oficial, a 27 de julho, tinha ido ao Porto. Foi recebido com fogos, repicar de sinos, salvas de canhões e festejos na rua. Ali passou dez dias animados e felizes. Ao partir, sabia que jamais voltaria: “Adeus, Porto, nunca mais te verei”, teria dito.

A saúde piorava rapidamente. Tinha a pele descorada e precocemente envelhecida. A longa barba escondia o rosto magro, no qual se destacavam os olhos fundos, sem brilho e emoldurados por grossas olheiras. Nas primeiras semanas de setembro, teve uma noite repleta de maus presságios. Sonhou que morreria no dia 21. Contou isso à imperatriz Amélia. Errou por apenas 72 horas.



Enquanto agonizava no palácio de Queluz, construído no século anterior pelo avô, dom Pedro III de Portugal — e no mesmo leito em que a mãe, Carlota Joaquina, o dera à luz —, promoveu sucessivas reuniões com deputados, ministros e auxiliares, nas quais tomou decisões, pediu providências, distribuiu conselhos e, por fim, prestou homenagens a todos aqueles que julgava merecedores de sua gratidão. A seu pedido, os deputados decretaram a maioria da rainha dona Maria II, cujo primeiro ato oficial foi conceder ao pai a Grã-Cruz da Ordem Torre e Espada, a mais alta honraria portuguesa.

Ainda no leito de morte, aconselhou a filha que concedesse liberdade a todos os presos políticos, sem exceção. Pediu também que, no seu enterro, não houvesse exéquias reais, como mandava o protocolo. Queria ser enterrado em

caixão de madeira simples, como um soldado, comandante do Exército português.



Grã-Cruz da Ordem Torre e Espada

Em seguida, mandou chamar um soldado do Batalhão de Caçadores 5, famoso pela resistência no Cerco do Porto. A escolha recaiu sobre o soldado número 82, Manuel Pereira, de 37 anos, nascido na ilha de São Jorge, nos Açores. Recostado nas almofadas da cama, dom Pedro lançou o braço direito sobre o pescoço do companheiro de trincheiras e lhe sussurrou: “Transmite aos teus camaradas este abraço em sinal da justa saudade que me acompanha neste momento, e do apreço em que sempre tive seus relevantes serviços”. Com as pernas trêmulas, o soldado teve um choro convulsivo e foi consolado pelo imperador moribundo.

Algumas semanas mais tarde, um menino de olhar tristonho e melancólico, o futuro imperador Pedro II do Brasil, recebeu duas cartas no Rio de Janeiro. Traziam notícias da morte do pai. A primeira, da madrastra Amélia, dava detalhes da autópsia e enviava, enfim, a mecha de cabelo que o pequeno príncipe havia pedido algum tempo antes a dom Pedro na tentativa de amenizar as saudades que o dilaceravam. A segunda carta era de José Bonifácio, parceiro do pai na Independência brasileira:

Hoje [...] eu vou dar os pêsames pela irreparável perda de seu augusto pai, o meu amigo. [...] Dom Pedro não morreu, só morrem os homens vulgares, e não os heróis... sua alma imortal vive no céu para fazer a felicidade futura do Brasil...

O CORAÇÃO DE DOM PEDRO

Por um curioso fenômeno fotoquímico, o coração de dom Pedro se expande continuamente dentro da ânfora de cristal em que foi depositado após sua morte, em 1834. Hoje, está tão deformado que a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, responsável por sua conservação, decidiu protegê-lo da curiosidade pública, mantendo-o lacrado na escuridão atrás de uma parede da igreja. A lápide de pedra que guarda a ânfora só é aberta em ocasiões muito especiais. Uma delas ocorreu em janeiro de 2015, para as filmagens do documentário *O sentido da vida*, produzido pelo cineasta Fernando Meirelles. Na presença de diversas autoridades, historiadores e jornalistas, a lápide foi retirada da parede da igreja da Lapa.

Curiosamente, os portugueses de hoje tampouco sabem a respeito do jovial príncipe quase imberbe que fez a Independência brasileira. Com os cabelos encaracolados mais longos, a calva levemente pronunciada e o olhar austero, o dom Pedro IV de Portugal parece mais velho, mais sábio e mais sofrido do que o dom Pedro I do Brasil. É como se, depois de abdicar do trono brasileiro, tivesse reencarnado em Portugal na pele de algum de seus ancestrais mais remotos.

Dom Pedro permanece hoje como um laço de aproximação entre brasileiros e portugueses. Apesar das divergências do passado e das incertezas de um mundo em rápido processo de transformação no presente, Brasil e Portugal têm conseguido manter e reforçar com relativo sucesso seus vínculos ancestrais. Todos os anos, mais de 1 milhão de passageiros atravessam o Atlântico em viagens de turismo ou negócios entre os dois países. A produção cultural brasileira — em especial a música, o cinema e as novelas e minisséries de televisão — é admirada e avidamente consumida em Portugal. Na

economia, ocorre o oposto. Há cerca de setecentas empresas portuguesas em território brasileiro, algumas das quais são líderes em setores estratégicos como transportes, comunicações, energia, produção de alimentos e comércio.

Esses números são uma prova de que, dois séculos depois, o sonho do Reino Unido alimentado por inúmeros brasileiros e portugueses até 1822 ainda se mantém vivo. É um reino menos formal do que o imaginado por dom João VI, dom Pedro I e José Bonifácio de Andrada e Silva, porém mais sólido e duradouro porque tem suas raízes plantadas na língua e na cultura que sempre funcionaram como a identidade entre os dois povos.

